

Isabelle Oglouyan de Campos – N° USP 8996138

**Mulheres na Academia:**

Desigualdades de Gênero no Corpo Docente da Faculdade de Direito da Universidade de  
São Paulo

Orientador: Professor Doutor Conrado Hübner Mendes

São Paulo

2019

Isabelle Oglouyan de Campos – Nº USP 8996138

**Mulheres na Academia:**

Desigualdades de Gênero no Corpo Docente da Faculdade de Direito da Universidade de  
São Paulo

Trabalho apresentado como requisito parcial  
para obtenção do grau de bacharel em Direito  
pela Faculdade de Direito da Universidade de  
São Paulo, Departamento de Direito do Estado,  
sob orientação do Professor Doutor Conrado  
Hübner Mendes.

São Paulo

2019

## **Catologação na publicação**

## Folha de aprovação

Isabelle Oglouyan de Campos

Mulheres na Academia: Desigualdades de Gênero no Corpo Docente da Faculdade de Direito da USP.

Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Departamento de Direito do Estado, sob orientação do Professor Doutor Conrado Hübner Mendes.

Data de aprovação \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca examinadora:

Prof. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. \_\_\_\_\_

Instituição \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

São Paulo

2019

## **Agradecimentos**

Esse trabalho representa da forma mais verdadeira possível o impacto que a Faculdade de Direito da USP teve na minha vida nesses últimos cinco anos (e meio). Nas arcadas que me descobri feminista, e que tive a oportunidade de construir laços e agarrar oportunidades que me moldaram e fizeram eu ser quem eu sou hoje. Por isso, alguns agradecimentos devem ser feitos.

Agradeço ao Professor Conrado Hübner Mendes por acreditar nesse trabalho e me dar a oportunidade de produzir o que eu espero que seja um legado para que as próximas alunas da faculdade possam se sentir cada vez mais pertencentes àquele espaço.

Agradeço a todas as integrantes do Grupo de Pesquisa e Estudos de Inclusão na Academia (GPEIA), na pessoa da Professora Sheila Christina Neder Cerezetti, pelo lindo trabalho que construímos desde 2015, que culminou na publicação do livro “Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?” pela Cátedra da UNESCO. Nem em nossos maiores sonhos imaginamos que chegaríamos tão longe. Espero que seja apenas o começo.

Agradeço também a todas as integrantes do Núcleo Direito, Discriminação e Diversidade, que me permitiram repensar o ensino jurídico e entender que o verdadeiro aprendizado só se dá a partir da criação de um espaço mútuo de respeito, pluralidade e troca – valores que vêm sendo sistematicamente destruídos pela conjuntura política atual.

Agradeço ao maravilhoso grupo de amigos e amigas que construí ao longo desses anos, que são não apenas o meu suporte, mas também a minha maior fonte de inspiração: Amanda Mattar, André Houang, Andrea Carbone, Bruno Lescher, Felipe Mansur, Felipe Martinez, Fernanda Cappelossa, Joana Schmidt, João Gabriel Sampaio, João Vidal, Maraisa Cezarino, Mariana Rodrigues, Mateus Manzano e Paula Masulk. Nada disso teria feito sentido sem a companhia de vocês.

Agradeço à minha família pelo constante apoio e pela reconstrução diária, principalmente às minhas primas-irmãs que questionam o mundo do meu lado e fazem de tudo para reconstruí-lo junto comigo.

Agradeço ao Pierre Moutier por me ensinar o verdadeiro significado de amor, apoio e companheirismo, mesmo a 9.400km de distância.

Por fim, agradeço aos meus pais e ao meu irmão. O amor de vocês é, sem dúvida alguma, a maior sorte que eu tenho na minha vida. Tudo que sou, é graças a vocês. Obrigada por tanto. Esse trabalho é para vocês.

Estou  
no topo dos sacrifício  
de milhões de mulheres antes de mim  
a pensar  
*que posso fazer para tornar mais alta esta montanha*  
*para que as mulheres depois de mim*  
*possam ver mais longe*

– herança  
(Kaur, 2018)

## Resumo

CAMPOS, I. O. **Mulheres na Academia:** Desigualdades de Gênero no Corpo Docente da Faculdade de Direito da USP. 2019. 152 f. Tese (Conclusão de Curso) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

Esta pesquisa busca investigar as desigualdades de gênero no corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para testar hipóteses sobre a dificuldade de ingresso e ascensão das mulheres aos cargos de professoras doutoras, associadas e, finalmente, titulares. Apesar de as alunas representarem aproximadamente 41% do número total de estudantes, as mulheres são apenas 18% do corpo docente. Nesse sentido, pretende-se analisar os concursos de ingresso, livre-docência e titularidade na faculdade, no período entre 2008 e 2017, para analisar se o reduzido número de mulheres no corpo docente da faculdade é resultado das características de seu processo seletivo.

Palavras chave: gênero – docência – ensino jurídico.

## Abstract

CAMPOS, I. O. **Women in Academy:** Gender inequalities in the Faculty of Law of the University of São Paulo. 2019. 152 p. Thesis (Undergraduate Degree) – Faculty of Law, University of São Paulo. São Paulo, 2019.

This research seeks to investigate gender inequalities within the University of São Paulo's Law School to test hypotheses related to women's difficulties to access and ascend to higher positions between the faculty members. Although women account for approximately 41% of undergraduate students, they are only 18% of the teachers. In this sense, this research analyzes the public tenders in the faculty from 2008 to 2017, to examine whether the reduced number of women as teachers is a result of the characteristics of its selection process.

Key words: gender - teaching - legal education.

## **Lista de anexos**

ANEXO I – Estatísticas sobre os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período entre 1998 e 2017.....	76
ANEXO II – Dados dos concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 2008 a 2017.....	83
ANEXO III – Primeira inscrição de uma mulher para os concurso públicos da carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1947 .....	143
ANEXO IV – Ata do primeiro concurso público da carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com uma mulher vencedora, em 1948 .....	145



## Lista de gráficos

Gráfico 1 – Relação entre alunos e alunas nas primeiras décadas do século XX na Faculdade de Direito da USP.....	27
Gráfico 2 – Relação entre alunos e alunas entre os anos de 2012 e 2016 na Faculdade de Direito da USP .....	33
Gráfico 3 – Relação de docentes por gênero na rede pública de ensino .....	33
Gráfico 4 – Relação de docentes por gênero na Faculdade de Direito da USP.....	34
Gráfico 5 – Relação de cargos docentes por gênero na Faculdade de Direito da USP em 2017 .....	34
Gráfico 6 – Relação de candidatos inscritos por gênero para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP entre 2007 e 2018 .....	47
Gráfico 7 – Relação de candidatos inscritos por gênero e por ano para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP .....	48
Gráfico 8 – Relação de candidatos vencedores por gênero e por ano para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP .....	51
Gráfico 9 – Relação de membros por gênero nas comissões julgadoras de concursos para docentes na Faculdade de Direito da USP.....	53
Gráfico 10 – Participação de mulheres nas comissões julgadoras nos últimos dez anos de concurso para a carreira docente na Faculdade de Direito da USP .....	55
Gráfico 11 – Relação de membros por gênero e departamento nas comissões julgadoras de concursos para docentes na Faculdade de Direito da USP .....	56
Gráfico 12 – Relação de docentes por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP em 2017 .....	59
Gráfico 13 – Relação de candidatos inscritos por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP em 2017 .....	60

Gráfico 14 – Relação de candidatos vencedores por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP, de 2008 a 2017.....	61
Gráfico 15 – Relação dos vencedores dos concursos públicos para o cargo de professor titular por gênero de 2008 a 2017 na Faculdade de Direito da USP .....	64
Gráfico 16 – Relação dos vencedores dos concursos públicos para o cargo de professor titular por gênero e por departamento de 2008 a 2017 na Faculdade de Direito da USP.....	65

## Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>13</b>
1.1. <i>Justificativa e objetivos .....</i>	<i>13</i>
1.2. <i>Metodologia.....</i>	<i>16</i>
<b>2. Desigualdades de gênero no ensino jurídico .....</b>	<b>20</b>
2.1. <i>O marcador “gênero” .....</i>	<i>20</i>
2.2. <i>Gênero e o ensino jurídico: um currículo oculto .....</i>	<i>21</i>
<b>3. A criação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo .....</b>	<b>24</b>
3.1. <i>Panorama histórico .....</i>	<i>24</i>
3.2. <i>A Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo nos dias de hoje.....</i>	<i>31</i>
<b>4. Os concursos públicos para a carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.....</b>	<b>37</b>
4.1. <i>Concurso para o cargo de professor doutor .....</i>	<i>37</i>
4.2. <i>Concurso para o título de livre-docência.....</i>	<i>38</i>
4.3. <i>Concurso para o cargo de professor titular.....</i>	<i>39</i>
<b>5. Desigualdades de gênero presentes no processo de ingresso e progressão na carreira acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo .....</b>	<b>41</b>
5.1. <i>As previsões do Regimento Geral da USP e do Regimento Interno da Faculdade de Direito da USP .....</i>	<i>42</i>
5.2. <i>O momento da inscrição.....</i>	<i>46</i>
5.3. <i>A composição da comissão julgadora.....</i>	<i>51</i>
5.4. <i>Concentração horizontal: desigualdades de gênero nas diferentes áreas de conhecimento.....</i>	<i>58</i>
5.5. <i>Concentração vertical por cargos: o “teto de vidro” no início da carreira .....</i>	<i>61</i>
<b>6. Considerações finais .....</b>	<b>67</b>
<b>Referências .....</b>	<b>71</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>76</b>



## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi iniciada em agosto de 2017, ao traçar as linhas gerais que definiriam seu tema, para, finalmente, ser entregue este Trabalho de Conclusão de Curso, em junho de 2019, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em direito.

O objeto de estudo tem como ponto central a análise das desigualdades de gênero na carreira docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (“USP”), para testar hipóteses sobre a dificuldade de ingresso e ascensão das mulheres aos cargos de professoras doutoras, associadas e, finalmente, titulares. Nesse sentido, pretende-se analisar a criação do curso de Direito da USP e as desigualdades de gênero que permeiam a sua estrutura, bem como os concursos de ingresso, livre-docência e titularidade na faculdade, realizados no período entre 2008 e 2017. Com esta análise, busca-se verificar se o reduzido número de mulheres no corpo docente da faculdade é resultado das características de seu processo seletivo. Especificamente em relação aos concursos públicos da faculdade, serão analisados dados sobre a participação das mulheres, observando (i) as exigências dos editais; (ii) o número de mulheres inscritas e vencedoras; (iii) a formação da banca examinadora; (iv) o número de mulheres participantes em cada departamento; e (v) a progressão na carreira.

### 1.1. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

As profissões e o ensino jurídico apresentam um padrão masculino, marcado por grupos étnico-religiosos dominantes (Adorno, 1988; Venâncio Filho, 1977). Por essa razão, a participação das mulheres no Direito até a década de 1990, quando ocorreu a ampliação dos cursos de Direito no Brasil e da presença da mulher no mercado de trabalho, era ínfima. Atualmente, as mulheres representam 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior entre os universitários de 18 a 24 anos de idade (IBGE, 2010). Nos cursos de Direito no Brasil, as mulheres já representam a maioria do alunado (Bonelli, 2017).

Essa realidade, no entanto, ainda não se reflete na Faculdade de Direito da USP: as mulheres representavam, em 2017, aproximadamente 41% dos estudantes [Anexo I]. Em relação às professoras, esse número é consideravelmente menor.

Apenas na década de 1960 as mulheres começaram a ocupar cargos de docência nesse curso, e, até hoje, são minoria entre os professores. Segundo dados do Observatório do Ensino do Direito da Fundação Getúlio Vargas (2013), em 2012, as mulheres docentes correspondiam a 38,4% dos professores de Direito no Brasil, cujo perfil predominante é masculino e branco.

O mesmo relatório indica que na rede pública de ensino a porcentagem de mulheres docentes é ainda menor, de 36%.

Na Faculdade de Direito da USP, a porcentagem de docentes mulheres cai pela metade, chegando a apenas 18%. Em 2017, dentre 165 professores, apenas 30 eram mulheres: (i) de 40 titulares, 6 eram mulheres; (ii) de 58 associados, 12 eram mulheres; e (iii) de 67 doutores, 12 eram mulheres<sup>1</sup>. Esses dados revelam não só o reduzido número de professoras em relação ao número total de docentes, mas também a relação inversamente proporcional de professoras em relação aos cargos mais altos (i.e., professores titulares), o que indica que, ao chegar à etapa final da trajetória acadêmica, as mulheres perdem espaço na universidade.

Em 2014, algumas professoras da Faculdade de Direito da USP deram entrevistas sobre o tema “Mulheres e carreira: docência em foco”<sup>2</sup>. A percepção geral das professoras era uníssona: as desigualdades de gênero impactam diretamente a carreira acadêmica das mulheres, seja fazendo com que tenham que se dedicar muito mais do que seus colegas homens para conquistarem progressões na carreira, seja retirando-as forçadamente dos espaços predominantemente masculinos.

Essa mesma percepção se repete em outras universidades, tanto nacional quanto internacionalmente. A maioria das análises internacionais sobre o assunto aponta para a segregação ou incorporação de mulheres em cargos subalternos no meio acadêmico do direito, reproduzindo estereótipos de gênero da vida privada que se verificam, entre outros, na concentração de professoras em áreas institucionais tidas como femininas – a chamada segregação horizontal (Bonelli, 2017).

Nos Estados Unidos, a comparação de estatísticas da Associação Americana de Faculdades de Direito indica uma maior participação de mulheres na docência, que, no entanto, concentram-se em posições de baixo prestígio, com remunerações igualmente mais baixas. Elas não se encontram nas posições que concorrem à estabilidade – chamadas de *tenure-track* – ou nas disciplinas prestigiadas. No Reino Unido, um *survey* realizado nas escolas de Direito revelou que a posição das mulheres na carreira reflete desigualdades na remuneração, preconceitos e marginalização. A proporção entre homens e mulheres no total de docentes é de 60% para eles e 40% para elas. No final da carreira essa disparidade aumenta, sendo que 83% dos *professors* são homens. Na Austrália, a presença das mulheres é maior nos cargos próximos ao ingresso na docência, chegando, em 2013, a 57,1%, mas diminui significativamente ao longo

---

<sup>1</sup> Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/index\\_docentes\\_01.php](http://www.direito.usp.br/index_docentes_01.php)>. Acesso em 7 ago. 2017.

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NWTmsOVvBYA&t=754s>>. Acesso em 13 mai. 2019.

da carreira, sendo que a porcentagem de mulheres no cargo mais alto é de apenas 34,6% (Bonelli, 2017).

No Brasil, estudos realizados em universidades públicas revelam que as mulheres docentes (i) têm mais dificuldade de ingressar em certas áreas disciplinares do que seus colegas homens; (ii) possuem chances de chegar aos cargos mais altos da carreira que estão relacionadas às unidades de ensino às quais se vinculam; e (iii) levam mais tempo para chegar aos cargos mais altos do que seus colegas homens. Ainda, em relação aos cargos de gestão, indicam que as mulheres têm mais chances de ser coordenadoras de graduação, mas estão excluídas da coordenação da pós-graduação, das diretorias das faculdades e institutos, da reitoria e do conselho universitário (Moschkovich; Almeida, 2015).

Os dados quantitativos levantados em relação à Faculdade de Direito da USP apontam para a existência desses e de outros obstáculos em relação ao ingresso e à ascensão das mulheres na carreira docente. Nesse contexto, uma das formas possíveis de investigar essas desigualdades de gênero é pela análise de dados quantitativos sobre os concursos de (i) ingresso; (ii) livre-docência; e (iii) titularidade, tais como (a) as exigências dos editais; (b) o número de mulheres inscritas e vencedoras; (c) a formação da banca examinadora; (d) o número de mulheres participantes em cada departamento; e (e) a progressão na carreira.

A escolha preliminar destes dados se justifica por algumas hipóteses sobre as características dos concursos para docência que parecem penalizar mais as mulheres do que os homens, fundamentadas na observação da realidade empírica. Aqui, cabe a observação de que esta pesquisa nasceu da vivência: das experiências proporcionadas por ser mulher no ambiente da Faculdade de Direito da USP e dos sentimentos gerados por esse marcador de gênero. Por isso, muitas das hipóteses foram levantadas a partir do compartilhamento de experiências com outras mulheres desse mesmo espaço, de forma a testar, nos números, as percepções acerca das vivências individuais e coletivas lá experimentadas.

Nesse sentido, a ausência de diagnósticos sistematizados da desigualdade de gênero na faculdade foi a grande motivação desta pesquisa. Por mais que episódios de preconceito sejam reportados e discutidos reiteradamente pelas alunas e professoras, havia um espaço científico a ser ocupado. A primeira etapa dessa ocupação se deu com a divulgação do livro “Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?” (Neder et. al., 2019), que, por meio de uma pesquisa etnográfica, buscou analisar e descrever as interações de gênero nas salas de aula (discente-discente, docente-discente e docente-docente) para compreender como e de que maneira o processo de ensino e aprendizagem dentro da faculdade é marcado por dinâmicas de gênero. Agora, com o enfoque em outra faceta do complexo

fenômeno da desigualdade de gênero na academia, mais uma etapa pode ser cumprida, com a sistematização de dados que expliquem a ausência de mulheres no corpo docente da faculdade.

Para tanto, em um primeiro momento, busca-se analisar a literatura específica do histórico do ensino jurídico da Faculdade de Direito da USP, de forma a investigar se o ambiente acadêmico carrega masculinidades intrínsecas. Em um segundo momento, busca-se analisar se as mulheres, após a graduação, não participam dos espaços acadêmicos na mesma proporção, motivadas pela predominância do espaço por homens. Em um terceiro momento, investiga-se a hipótese de que as exigências dos editais favorecem os homens, que têm maior flexibilidade de horário para programarem seus estudos em um intervalo de tempo reduzido. A seguir, analisa-se a hipótese de que as bancas examinadoras, em sua maioria formadas apenas por homens, tendem a aprovar mais homens do que mulheres. Posteriormente, investiga-se a hipótese de que existe uma concentração horizontal de mulheres em algumas áreas disciplinares. Por fim, analisa-se a hipótese de que há uma concentração vertical que dificulta a ascensão de mulheres aos cargos mais altos da carreira docente.

O ambiente masculinizado da Faculdade de Direito da USP se coloca na contramão do papel da universidade como local de fortalecimento dos direitos e liberdades fundamentais, que adquire especial importância quando inserida em um contexto de profundas desigualdades (Barreto, 2014). Assim, esta pesquisa busca trazer luz às desigualdades de gênero que podem estar presentes na trajetória acadêmica das mulheres no contexto da Faculdade de Direito da USP, com o objetivo de fomentar o debate sobre o assunto e construir, conjuntamente, processos de ingresso e progressão de carreira que ofereçam condições materialmente – e não formalmente – igualitárias para homens e mulheres. O desafio de transformar as práticas para valorizar saberes diversificados e romper com preconceitos que permeiam as oportunidades para homens e mulheres deve ser feito em conjunto, tendo em vista a concentração hierárquica dos espaços decisórios nas universidades públicas. A partir da compreensão do fenômeno da desigualdade de gênero com lentes institucionais, esta pesquisa busca fornecer dados que possam permitir a formulação de medidas de promoção de igualdade e impulsionar mudanças positivas para a faculdade como um todo.

## **1.2. METODOLOGIA**

A pesquisa aqui proposta utilizará a metodologia da Teorização Fundamentada nos Dados, que tem como objetivo gerar hipóteses que levem à construção de uma proposta teórica, a partir da observação da realidade empírica, para que essa proposta seja posteriormente



verificada, discutida e comparada à luz de outras teorias já existentes (Cappi, 2017). O objetivo é, portanto, a “elaboração de uma teoria, decerto enraizada na realidade empírica, porém não constituindo uma simples descrição; os casos empiricamente observados não são aí considerados em si mesmos, mas sim, como instâncias do fenômeno social observado” (Lapèrriere, 2008).

Dessa forma, é possível que, a partir de postulados gerados pelo olhar da pesquisadora sobre o objeto observado, uma proposta teórica seja testada. Nesse contexto, a partir da observação da composição do corpo docente da Faculdade de Direito da USP e de depoimentos prestados pelas próprias professoras que o integram, sugere-se a proposta teórica de que condições estruturais da faculdade têm impacto direto na presença de mulheres na docência. A partir dessa hipótese, a análise de dados empíricos seguirá as três etapas fundamentais da teorização fundamentada nos dados: (i) a codificação aberta, (ii) a codificação axial e (iii) a codificação seletiva.

Em um primeiro momento, a etapa de codificação aberta foi realizada pela formulação de conceitos para os elementos observados, a partir da revisão da literatura sobre gênero e ensino jurídico e da coleta de dados sobre os concursos de ingresso, livre-docência e titularidade da Faculdade de Direito da USP. Nessa primeira etapa, foram realizadas as seguintes ações: (i) revisão bibliográfica sobre a participação de mulheres na docência do Direito; (ii) levantamento de dados sobre os editais dos concursos de ingresso, livre-docência e titularidade na Faculdade de Direito da USP; e (iii) levantamento de dados sobre a realização dos concursos públicos para a carreira docente na Faculdade de Direito da USP de 2008 a 2017, mais especificamente sobre os candidatos, a comissão julgadora e os vencedores.

Posteriormente, a etapa de codificação axial foi realizada pela comparação das categorias abstraídas dos dados empíricos: a partir do estabelecimento de correlações entre elas, foram elaboradas hipóteses. Essas hipóteses foram testadas pelo retorno às observações iniciais, levando à estabilização de uma proposta teórica. Nessa segunda etapa, foram realizadas as seguintes ações: (i) comparação entre o número de mulheres e homens inscritos nos concursos, observando o departamento escolhido; (ii) comparação entre o número de mulheres e homens inscritos nos concursos, observando o cargo ao qual concorrem; (iii) comparação do gênero dos vencedores dos concursos; e (iv) comparação entre o número de mulheres e homens que compuseram as comissões julgadoras.

Por último, a codificação seletiva permitiu a integração final de uma proposta teórica, desvendando relações significativas e recorrentes entre as categorias que se enquadram no conjunto de dados empíricos analisados. Essa última etapa, portanto, consistiu na análise dos

dados coletados sobre os concursos e das comparações entre as categorias abstraídas à luz das propostas teóricas já existentes sobre a mulher na docência do direito. Para tanto, foram realizadas as seguintes ações: (i) a análise das exigências dos editais para concursos públicos, para verificar se elas penalizam, de alguma forma, as mulheres e não os homens; (ii) a análise da proporção das mulheres inscritas nos concursos e das mulheres vencedoras, comparando-a com a proporção dos mesmos fatores em relação aos homens, para verificar se as mulheres deixam de participar do ambiente acadêmico ou se elas são impedidas de dele fazer parte; (iii) a análise dos departamentos nos quais as mulheres mais se inscrevem, para observar se são áreas tidas como femininas ou se possuem um maior número de mulheres que já o integram; (iv) a análise das exigências de progressão na carreira, observando se elas também penalizam, de alguma maneira, docentes do gênero feminino.

O recorte temporal escolhido para a análise dos dados empíricos compreende os anos de 2008 a 2017. A escolha desse período decorre da aprovação da nova Estrutura Curricular da Faculdade em 26 de abril de 2007<sup>3</sup>, que dividiu as turmas de cada ano em quatro por período (Turmas 11, 12, 13 e 14 no período Diurno e Turmas 21, 22, 23 e 24 no período Noturno), alterando-se a configuração anterior de duas turmas por período (Diurno Ímpar, Diurno Par, Noturno Ímpar, Noturno Par)<sup>4</sup>. Com isso, abriu-se um número considerável de vagas de concursos públicos para docentes, tendo em vista a necessidade de mais professores diante das novas turmas. Dessa maneira, o ano de 2008 apresenta uma amostra significativa de concursos que podem ser analisados, e, ainda, delimitando a análise até os concursos de 2017, tem-se um recorte temporal sólido de 10 anos.

Os dados dos concursos públicos foram obtidos junto à secretaria da Faculdade de Direito da USP, com a grande ajuda da assistente técnica acadêmica Rosana Midori Yachimori Hashimoto [Anexo II]. Os dados sobre os alunos da faculdade foram obtidos junto ao *site* da Associação de Antigos Alunos da Faculdade de Direito da USP<sup>5</sup> e junto à Seção de Arquivo e Museu da Faculdade de Direito da USP, com o apoio de Hideu Suzuki e Heloisa Maria Silveira Barbuy, que gentilmente forneceram todos os livros de inscrição em concursos públicos para a carreira docente de 1881 a 2007; livros de provas de concursos públicos para a carreira docente de 1874 a 1879, 1881 a 1908, 1909 e 1926 a 1947; livros de atas de concursos públicos para a carreira docente de 1881 a 2005; e livros reunindo documentação relativa às diferentes etapas

---

<sup>3</sup> Comunicado oficial do diretor João Grandino Rodas de 21 de maio de 2007. Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/grade\\_01.php](http://www.direito.usp.br/grade_01.php)>. Acesso em 13 mai. 2019.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/graduacao/arquivos/grade\\_curricular\\_1\\_ao\\_4ano.pdf](http://www.direito.usp.br/graduacao/arquivos/grade_curricular_1_ao_4ano.pdf)>. Acesso em 13 mai. 2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <[http://www.arcadas.org.br/antigos\\_alunos.php](http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php)>. Acesso em 13 mai. 2019.

de cada concurso. Já os dados sobre o corpo docente da faculdade no ano de 2017 – ano base utilizado para a análise de todas as hipóteses desta pesquisa – foram obtidos junto ao *site* da faculdade<sup>6</sup> no final de 2017.

Por fim, de forma a verificar a aplicação das regras dos Regimentos Geral da USP e pelo Interno da Faculdade de Direito da USP, foi realizado o acompanhamento *in loco* do concurso público para o cargo de professor substituto do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD), realizado na Sala da Congregação no dia 22 de maio de 2019.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/index\\_docentes\\_01.php](http://www.direito.usp.br/index_docentes_01.php)>. Acesso em 19 dez. 2017.

## 2. DESIGUALDADES DE GÊNERO NO ENSINO JURÍDICO

### 2.1. O MARCADOR “GÊNERO”

Como já antecipado por Joan Scott, “[a]quelas pessoas que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas que elas pretendem significar, têm uma história” (Scott, 1995, p. 71). Não se pretende, aqui, apresentar uma definição exata do termo “gênero”. No entanto, sendo um conceito central que permeia todo o desenrolar desta pesquisa, deve-se apontar que o termo foi utilizado para indicar a construção cultural e social que naturaliza diferenças entre homens e mulheres, feminilidade e masculinidade, de forma que “as desigualdades entre uns e outras são percebidas como resultado dessas diferenças” (Piscitelli, 2009, p. 119).

A categoria “gênero” questiona a naturalização da dualidade entre os sexos masculino e feminino como algo biológico, constitutivo da essência fixa do ser, de modo a reconhecer que as diferenças entre homens e mulheres são relacional e historicamente situadas (Scott, 1995, p. 74). Desde a introdução do termo “identidade de gênero” por Robert Stoller em 1963, apontava-se para a dicotomia entre o sexo, vinculado à biologia (hormônios, genes, sistema nervoso e morfologia), e gênero, vinculado à cultura (psicologia e sociologia) (Haraway, 2004, p. 216).

Enquanto categoria analítica, o gênero desconstruiu a concepção biológica de diferenças inatas às genitálias. Não só: além de um “fator” da análise, o gênero é também uma “marca” da diferença biológica, linguística e cultural dos indivíduos (Butler, 2003, p. 28).

“Nestes últimos casos, o gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo (já) diferenciado sexualmente; contudo, mesmo assim esse significado só existe *em relação* a outro significado oposto. Algumas teóricas feministas afirmam ser o gênero ‘uma relação’, aliás um conjunto de relações, e não um atributo individual. Outras, na senda de Beauvoir, argumentam que somente o gênero feminino é marcado, que a pessoa universal e o gênero masculino se fundem em um só gênero, definindo com isso, as mulheres nos termos do sexo deles e enaltecendo os homens como portadores de uma personalidade universal que transcende o corpo.

Num movimento que complica ainda mais a discussão, Luce Irigaray argumenta que as mulheres constituem um paradoxo, se não uma contradição, no seio do próprio discurso da identidade. As mulheres são o ‘sexo’ que não é ‘uno’. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas” (Butler, 2003, p. 28).

Mesmo diante da ausência de um consenso sobre a forma de manifestação do marcador de gênero, é seguro concluir que ele constitui uma premissa teórica que revela que as relações

sociais de gênero são uma variável importante para a compreensão da realidade e da estrutura social.

Tal concepção ganha especial relevância quando se observa que o que se considera “universal” carrega, na realidade, traços essencialmente masculinos. A neutralidade, longe de representar um equilíbrio estável entre as relações de gênero, espelha as práticas caracterizadoras do masculino. É essa significação cultural inscrita nos corpos que leva à conclusão de que “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2003, p. 48).

## 2.2. GÊNERO E O ENSINO JURÍDICO: UM CURRÍCULO OCULTO

O gênero ganha uma dimensão especial quando tratado no âmbito do ensino jurídico, já que o ponto de partida para esse estudo é dar visibilidade para o invisível. Historicamente, as profissões e o ensino jurídico foram sempre dominados por um padrão masculino, marcado por grupos étnicos e religiosos predominantes que controlavam o acesso à profissão e garantiam a exclusão dos grupos distintos dos que detinham o poder (MacKinnon, 2003; Chamberlain, 1988; Venâncio Filho, 1977; Adorno, 1988; Bonelli, 2017). Mesmo após a inserção de mulheres nesses espaços, o Direito continuou masculinizado. No âmbito das universidades, espaço primário de tensão entre a manutenção e a transformação da estrutura de reprodução social, a dinâmica de gênero torna-se ainda mais complexa – principalmente no ensino do direito, um instrumento que, até hoje, é utilizado principalmente para a manutenção do *status quo* das estruturas e instituições, e não para a promoção de alterações sociais e inclusão de minorias.

No Brasil, a inclusão de mulheres no ensino jurídico tornou-se relevante apenas na década de 90, com o crescimento exponencial dos cursos privados de direito motivado pela lógica empresarial de mercado. De 1991 a 2011, o Brasil presenciou um aumento de 612% de cursos jurídicos – de 165 para 1.174<sup>7</sup> –, sendo que em 2010 o número de cursos de Direito no Brasil superou a somatória desses cursos no resto do mundo<sup>8</sup>. A expansão das faculdades de direito não foi acompanhada de uma discussão sobre os moldes do ensino jurídico estabelecido no país, contribuindo para a manutenção do que vem sendo chamado de “currículo oculto”, que pode ser composto, entre outros aspectos, por padrões de comportamento, normas socialmente

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/ophir-condena-excesso-do-numero-de-faculdades-autorizadas-pelo-mec/?cHash=095d36838a41413aa3e32896e2a3f0cd>> Acesso em: 25 mai. 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.oabes.org.br/noticias/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises-553164.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

estabelecidas, expectativas e pontos de vista que podem influenciar o processo de ensino e de aprendizagem.

O conceito “currículo oculto” foi recentemente utilizado em uma pesquisa realizada dentro da Faculdade de Direito da USP pelo Grupo de Pesquisa e Estudos de Inclusão na Academia, intitulada “Interações de Gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?” (Neder et. al., 2019). A noção de currículo oculto utilizada na pergunta de pesquisa foi definida como “conteúdos que, embora não formalmente categorizados como saberes a serem aprendidos (ou seja, como conteúdo programático), são informal e sistematicamente reproduzidos num determinado espaço educacional” (Neder et. al., 2019, p. 11). Entre eles, encontram-se os que reforçam estereótipos e dinâmicas de gênero socialmente estabelecidos.

O reconhecimento da desigualdade de gênero enquanto algo invisível para o ensino jurídico leva à conclusão de que, para que uma verdadeira transformação ocorra dentro das profissões e dos cursos jurídicos, um primeiro passo a ser tomado é o de trazer esses problemas à tona. Principalmente porque, apesar dos mecanismos discretos e invisíveis usados para a perpetuação do machismo, as violências de gênero experimentadas pelas mulheres nesses ambientes não são nada sutis.

Ao analisar o que seria necessário para que o feminismo se tornasse uma realidade dentro do ensino jurídico, Catharine MacKinnon concluiu que o objetivo final seria chegar ao momento em que não fosse mais necessário ter coragem para ser uma feminista dentro do ambiente acadêmico do direito (MacKinnon, 2003, p. 212). Assim, para formar advogados e advogadas dispostos a desafiar as desigualdades de gênero, seria necessário (i) familiarizá-los com o tema da discriminação através de cursos focados no estudo da situação das mulheres, além de reformar os cursos tradicionais para promover a integração da perspectiva feminista; (ii) criar ambientes educativos propícios que permitam uma verdadeira liberdade de participação para as mulheres; e (iii) garantir a presença igualitária de mulheres no ensino jurídico, que ultrapasse a mera presença e inclua também o acesso aos espaços de poder, de tomada de decisões e de prestígio (Lamaitre, 2005, pp. 175-176).

A análise atual das desigualdades de gênero na academia pretende desconstruir o mito da meritocracia para revelar a existência de uma barreira não apenas ao ingresso e à ascensão das mulheres, mas também ao simples pertencimento a esse espaço público de detenção de conhecimento.

“Muitos acreditam que o sucesso feminino é a melhor arma contra um mundo predominantemente masculino. Como sou um pouco incrédula em relação ao

conceito de sucesso (por não entender muito bem o que ele significa e quais os parâmetros que o definem), prefiro acreditar que a resistência se dá por palavras. Palavras públicas. Dedo na ferida. É preciso desnudar a ignorância machista e apontá-la no flagra. Nosso papel é tornar o invisível, visível” (Pinheiro-Machado, 2015).

Enquanto instrumento de formação e transformação, a academia deve se atentar não apenas para o conteúdo veiculado dentro das salas de aula, mas para qualquer conduta “implícita” que pode carregar consigo ideologias que promovam a exclusão de qualquer minoria do espaço público. Apenas com a identificação e a desmistificação da desigualdade de gênero será possível confrontá-la.

### 3. A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

#### 3.1. PANORAMA HISTÓRICO

O ensino jurídico no Brasil teve início em 11 de agosto de 1827, com a criação do curso de ciências jurídicas e sociais nas cidades de São Paulo e Olinda pelo então Imperador D. Pedro I. No contexto de expansão do controle burocrático sobre todas as atividades do Estado, as universidades tinham o duplo objetivo de formar a burocracia estatal e as lideranças políticas, e de educar as elites nacionais. A partir de uma intrincada gama de relações sociais cujo fim político era a formação de cidadãos hábeis para a condução de negócios públicos, nasce a figura do bacharel:

“A criação de uma verdadeira *intelligentzia* profissional liberal, nascida no bojo da sociedade agrário-escravista, compreendida, na sua grande maioria, de bacharéis, promoveu a ampliação dos quadros políticos e administrativos, sedimentou a solidariedade intra-elite de modo a rearticular as alianças entre os grupos sociais representantes do mundo rural e do mundo urbano e, sobretudo, possibilitou a separação entre poder doméstico e poder público, fundamental para a emergência de uma concepção de cidadania” (Adorno, 1988, p. 78).

Os bacharéis, portanto, seriam responsáveis não apenas pela ocupação e condução dos cargos públicos, mas também pela formação do próprio conceito de cidadania que se adequaria às necessidades da época.

Em São Paulo, inaugurou-se o curso jurídico em 1º de março de 1828 no Convento de São Francisco, cedido em parte pelos franciscanos para a realização das aulas. Segundo um recorte de um jornal paulistano da época, “a sala destinada à aula, que mede noventa palmos de comprimento, estava apinhada de gente; até muitas das principais senhoras da cidade, tendo sido convidadas, assistiram este ato brilhantíssimo” (Venâncio Filho, 1977, p. 36). Já em seu primeiro dia, a dinâmica da universidade deixava claro o papel reservado às “senhoras”: o de meras espectadoras.

Durante muitos anos, a entrada do Convento de São Francisco era compartilhada por alunos que se dirigiam às aulas e fiéis que se dirigiam às orações. Além disso, os sinos da igreja eram também os sinais das aulas. Mas não era apenas a localização física que ligava os cursos de Direito ao poder eclesiástico: dos dez primeiros professores do curso, quatro eram clérigos (Venâncio Filho, 1977).

Os professores – ou “lentes”, como eram chamados à época – eram nomeados dentre os profissionais jurídicos mais proeminentes em suas respectivas áreas, sendo ministros, secretários de justiça, juízes e alguns advogados privados. Não havia a previsão de realização



de concursos para a escolha de professores: o fato de que gozavam de amplo reconhecimento social e profissional era suficiente para que fossem considerados, de forma automática, aptos para lecionar.

A realidade, no entanto, mostrou-se outra. Em 1837, os acadêmicos vivenciaram a chamada “crise dos lentes”, em razão do grande número de professores afastados das salas de aula por causas permanentes ou transitórias. O padre Lopes Gama, diretor do curso jurídico de Olinda, descreveu a situação das universidades em ofício enviado ao Governo:

“Em 19 de dezembro, Lopes Gama presta informações sobre o estado da Academia; comenta, primeiro, a má escolha dos lentes, ao criar-se a Academia, os quais, ‘não gozando de nenhum crédito literário’ e sendo escolhidos ‘por escandaloso patronato’, têm concorrido grandemente para o crédito da mesma. Em vez de se procurar em notabilidades com poucas e honrosas exceções, só se cuidou de arranjar afilhados, de sorte que homens que sempre foram conhecidos por zero na república das letras estavam ocupando importantes lugares de lentes nas academias jurídicas do Brasil” (Venâncio Filho, 1977, p. 55).

Para o preenchimento de cargos vagos de professores, estabeleceu-se que seria escolhido o substituto mais antigo, e, somente na falta deste, seria realizado um concurso. Estariam aptos a participar deste concurso aqueles que apresentassem o título de Doutor e elaborassem uma tese. Cada membro da Congregação indicaria um ponto para dissertação a cada um dos participantes, que teriam uma hora de arguição, e a votação seria feita por todos os professores assistentes (Venâncio Filho, 1977).

Apesar do concurso estar revestido de uma aparente imparcialidade no julgamento, cujo objetivo era avaliar qualidades intelectuais e didáticas dos participantes, pautava-se por interpretações particulares das regras institucionais. Segundo Adorno (1988), a subjetividade era um procedimento corrente, e, muitas vezes, critérios estranhos à avaliação tinham interferência direta nos processos seletivos. Dessa forma, “nada obsta a se pensar que a subjetividade e a arbitrariedade pareciam regras nos julgamentos” (Adorno, 1988, p. 147).

Os “afilhados” que ocupavam as posições de detentores do conhecimento nos anos iniciais de formação dos cursos jurídicos no Brasil tiveram um importante papel no molde da estrutura da faculdade, que perdura em traços essenciais de sua identidade até os dias de hoje. Os concursos não tinham como objetivo final a formação de um quadro docente aprimorado e prestigiado. Muito mais importante era o “efeito ideológico produzido por essa cerimônia institucional [que] residia em fazer reconhecer, tanto a estudantes quanto a professores, sua filiação comum a uma comunidade que se arvorava quadro dirigente dos destinos intelectuais e políticos da sociedade” (Adorno, 1988, p. 146).

Assim, cabia aos professores selecionar os candidatos que melhor se enquadrariam na posição de “cidadão” que eles mesmos estavam moldando, de forma a suprir da maneira mais efetiva os quadros burocráticos do Estado. Partindo do reconhecimento de uma “filiação comum”, os candidatos selecionados seriam os que possuísem características comuns aos responsáveis pela seleção. Uma dessas características era extremamente fácil de se identificar: o gênero masculino.

Os contornos masculinizados da cidadania se fortaleciam, sem se estender às mulheres, moldando a representação sociocultural da mulher como autônoma no espaço doméstico e de sujeição no espaço público.

“Destinada a fomentar, pela anulação de sua identidade social, o caráter do cidadão necessário ao desenvolvimento político da ordem social competitiva em emergência na sociedade brasileira, foi a mulher designada para objeto privilegiado da tutela a ser exercida por um conjunto de instâncias produtoras de saber sobre o corpo e a ‘alma’ femininos. Ao fazer isso, e ao reconhecer um tipo exclusivo de condição feminina como a condição universal da mulher na sociedade brasileira, suprimiu-lhe um mecanismo que necessariamente teria enveredado pelo caminho democrático: impediu que elas pudessem compartilhar publicamente seus problemas, necessidades e vontades vivenciadas cotidianamente e silenciosamente na esfera doméstica. Juridicamente dependente da tutela conjugal, foram constrangidas a assumir a identidade da parcela frágil e dócil da sociedade” (Adorno, 1988, p. 209).

A educação, incluída na esfera do espaço público, era também restrita aos homens. Apesar da instrução da população no Brasil ser ínfima nas décadas iniciais do Império, a situação era diferente entre homens e mulheres. Na cidade de São Paulo, apenas um quarto da população sabia ler: para cada 10 homens, apenas 3 ou 4 eram alfabetizados; entre as mulheres, apenas 2 em cada 10 eram alfabetizadas (Blay; Lang, 2004).

O curso jurídico de São Paulo receberia sua primeira aluna somente em 1898. Maria Augusta Saraiva ingressou na Faculdade de Direito com 19 anos, após uma trajetória acadêmica de destaque. Foi aprovada com distinção em diversas matérias ao longo da graduação, e formou-se junto aos outros colegas homens em 1902. O discurso realizado pelo professor Brasília Machado, paraninfo da turma, na cerimônia da colação de grau revela o caráter excepcional daquele feito para a Faculdade de Direito até então:

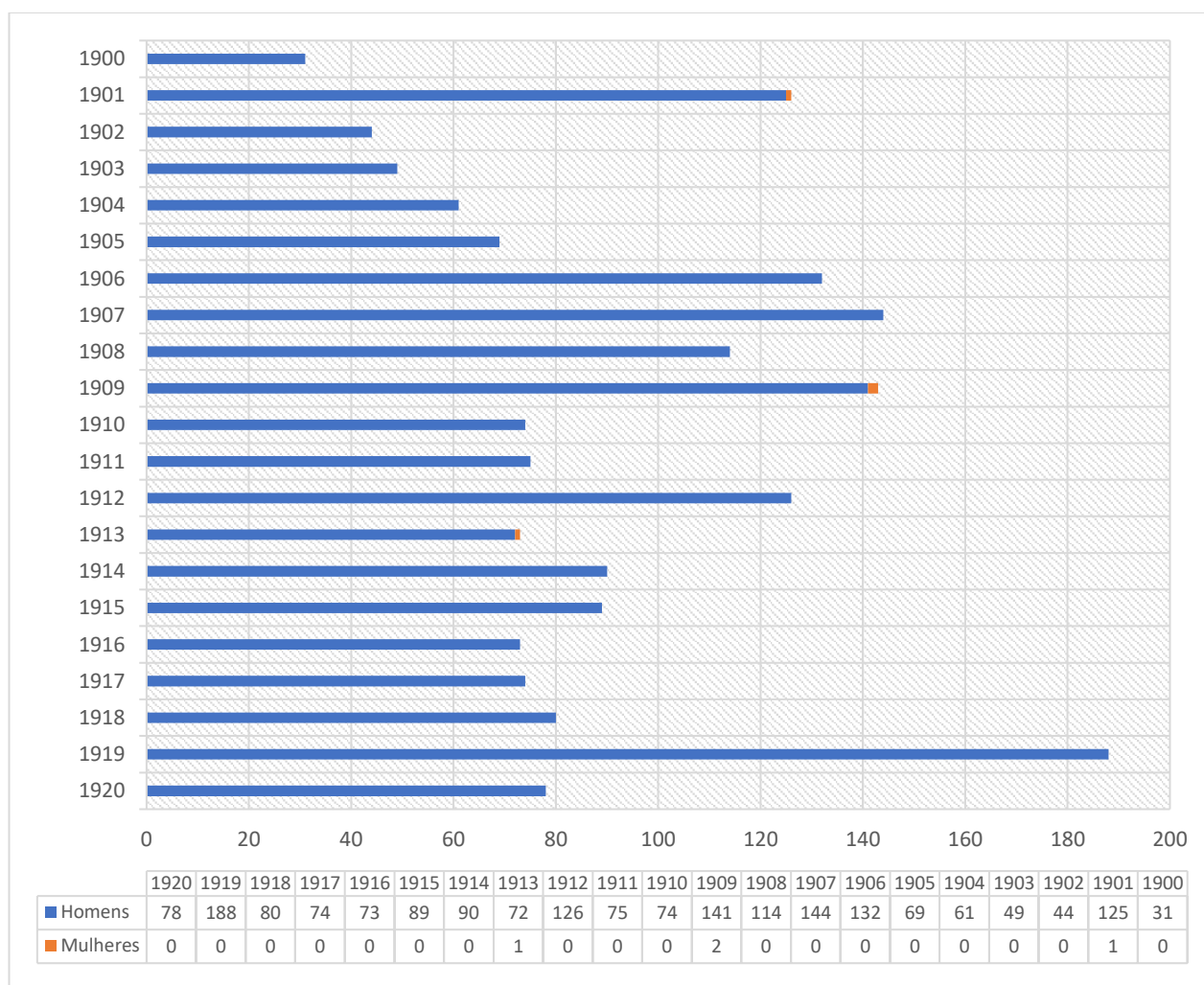
“No meio de vós, e pela primeira vez nesta Faculdade, veio uma senhora compartilhar o prêmio alcançado, e trazer o contingente de sua fraqueza, que é uma força, para a obra viril da restauração do direito.  
Bem-vinda seja!  
Aos primeiros movimentos revolucionários de 89, Mirabeau instava com os seus conjurados:  
Nossa vitória depende do concurso da mulher!  
E a revolução destruiu o direito.  
Por que não poderemos nesta hora dizer também:

Vinde, senhora. Não se trata mais de destruir o direito, mas de reconstruir o direito.

Nossa missão precisa do concurso da mulher” (Alcântara, 2002, p. 3).

Apesar das palavras receptivas, a reconstrução do direito não contou com a participação das mulheres nos anos que se seguiram. Nas duas primeiras décadas do século XX, a universidade formou apenas outras três mulheres: as irmãs Maria Andréa de Oliveira e Maria Luiza de Oliveira, e Walkyria Moreira da Silva [Gráfico 1].

*Gráfico 1 – Relação entre alunos e alunas nas primeiras décadas do século XX na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

As mulheres continuaram ausentes das cerimônias de colação de grau até 1925, com a presença de Maria Immaculada Xavier da Silveira, e em 1926, com Celeste Sampaio Vianna, Regina Cecília Nolf Nazario e Ruth de Assis. Em 1927, ano do centenário da fundação da faculdade, apenas Adalzira Bittencourt representou as mulheres dentre os incontáveis homens

que passavam pelas Arcadas, tornando-se figuras ilustres da vida pública do país – seja na literatura, no jornalismo, na docência ou nas carreiras jurídicas.

Apenas na década de 30 outros nomes femininos voltam a aparecer: em 1934, formam-se Amélia Duarte e Iracema Tavares Dias. Na década de 40, a situação começa a tomar uma forma diferente: no ano de 1944, seis mulheres participaram da cerimônia da colação de grau. Entre elas estava Esther de Figueiredo Ferraz, que receberia os prêmios Rodrigues Alves e Livreiro Saraiva por ter obtido grau dez em todas as matérias do curso<sup>9</sup> – um indício de que, para resistirem, as mulheres tinham que provar a sua capacidade a todo instante, sendo constantemente destaques entre as turmas do curso de direito.

Esther foi a primeira mulher a participar do concurso para livre-docência na Faculdade de Direito da USP, em 1947 [Anexo III]. Em 1948, em sua segunda tentativa, consagrou-se a primeira professora da faculdade, no Departamento de Direito Penal. Entre os dias 13 e 20 de novembro de 1948, Esther submeteu-se (i) ao julgamento de títulos; (ii) à prova escrita; (iii) à prova pública oral de arguição de tese; e (iv) à prova pública oral de erudição. Com uma média geral de 8,15 pontos, foi unanimemente habilitada [Anexo IV]. Por ocasião de sua morte, sua sobrinha Gilda Figueiredo Ferraz de Andrade escreveu que “um dos professores catedráticos que comporiam a banca que a examinaria se recusou a participar, sob o seguinte argumento: ‘Fossem quais fossem os resultados, a candidata era uma mulher’” (Andrade, 2009).

Esther de Figueiredo Ferraz não foi pioneira apenas na docência do Largo de São Francisco: foi a primeira mulher a integrar o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil (seccional paulista), a primeira mulher a ocupar a reitoria de uma universidade na América Latina, a primeira ministra da história da República e a primeira mulher a se responsabilizar pela Educação em um governo federal. Mesmo assim, sofreu enorme resistência por parte dos professores da faculdade pelo simples fato de ser uma mulher, a despeito de toda a trajetória de provações a qual havia se submetido.

Depois de Esther, a próxima professora a se inscrever para o concurso de livre-docência da Faculdade de Direito da USP foi Nair Lemos Gonçalves, em 1960. Uma década mais tarde, ela se tornaria a primeira professora titular da faculdade, no Departamento de Direito do Trabalho. Por ocasião de sua posse, o professor Oscar Barreto Filho fez um discurso relacionando a sensibilidade da mulher e sua “missão nobilitante” desempenhada no lar e nas escolas que, agora, também passava a ser desempenhada nas universidades:

---

<sup>9</sup> Conforme verbete biográfico da plataforma do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV. Disponível em: < <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbetes-biografico/ferraz-ester-figueiredo>>. Acesso em 13.5.2019.

“Ressalte-se, desde logo, a feliz circunstância de que, nos cento e cinquenta anos de vida da Academia, é a Professora Nair Lemos Gonçalves a primeira mulher a ascender à culminância do último grau da carreira universitária, exatamente para ensinar a matéria em cujo conteúdo se inserem as normas de tutela do trabalho. Circunstância essa que não pode e não deve ser atribuída apenas a uma coincidência fortuita, mas na qual se podem vislumbrar os desígnios imperscrutáveis da Providência. Nada mais certo, com efeito, do que confiar à inteligência, à cultura e à sensibilidade de uma Mulher do porte da nossa homenageada a nobre tarefa de promover o ensino e a pesquisa do Direito Social, que, além do Direito do Trabalho propriamente dito, abrange ainda todo o sistema da segurança social. Assim, à sua missão nobilitante desempenhada no recesso do lar e da escola, vem agora a Mulher contribuir decisivamente para a implantação de uma ordem social mais justa e mais humana” (Editor, 1977).

Nas décadas que se seguiram, apesar de se verificar um número crescente de alunas, a realidade ainda era de uma maioria esmagadora de homens. Ada Pellegrini Grinover, formanda da turma de 1957, que contou com 65 alunas – uma proporção de 20% do total de alunos –, contou em uma entrevista parte de suas experiências enquanto mulher na Faculdade de Direito da USP:

“Eu me lembro, por exemplo, que no Centro Acadêmico XI de Agosto, o restaurante só era frequentado por meninos. Então nós exigimos entrar no restaurante e os meninos disseram que, se nós entrássemos, eles ficariam nus. E nós dissemos: ‘Tudo bem, o problema é de vocês’. E fomos frequentar o Centro Acadêmico [...].

Naquela época, nas aulas de medicina forense, quando o professor entrava na matéria de sexologia, pedia às moças que se retirassem da sala. Então nós perguntamos: ‘Mas essa matéria vai cair na prova?’. ‘Vai’. ‘Então nós vamos assistir à aula’. [...]

Naquela época havia o departamento feminino separado do Centro Acadêmico XI de Agosto. As mulheres ficavam no departamento feminino, os homens ficavam no Centro Acadêmico. Nós conseguimos acabar com o departamento feminino” (Paiva, 2009).

As mulheres não podiam exercer o simples ato de pertencimento ao espaço público da faculdade. Apesar de regularmente inscritas nas matérias do curso jurídico, não podiam frequentar livremente todos os espaços – aquele ambiente, criado por homens para homens, que já havia moldado tantos “cidadãos” que vieram a exercer papéis de excelência na política brasileira, não havia se preparado para receber mulheres. A permanência das alunas era colocada à prova por homens que não queriam dividir aquele espaço com elas, sejam alunos, sejam professores.

Outra mulher que obteve seu diploma no ano de 1957 foi Ivette Senise Ferreira, a única mulher a ocupar o cargo de diretora da faculdade nos 192 anos de sua existência. Seu discurso de posse, proferido em 10 de agosto de 1998, exalta o “redimensionamento salutar que certamente produzi[ria] seus frutos no próximo milênio”, tendo em vista a “conjugação de

circunstâncias, e feliz coincidência” de ter mulheres nos cargos de diretoria, vice-diretoria e, pela primeira vez, presidência da agremiação estudantil – o Centro Acadêmico XI de Agosto (Ferreira, 1998, p. 477).

O discurso de Ivette foi marcado por uma análise crítica das desigualdades de gênero que permearam sua trajetória acadêmica. A partir do resgate de informações sobre as antigas alunas do curso nas primeiras décadas do século XX e sobre a crescente número de mulheres dentro da faculdade, a professora assim contextualizou sua posse como diretora:

“[N]a conclusão de um processo irreversível de transformação a que foi submetida esta tradicional Instituição de Ensino derivado das mudanças havidas na sociedade, em decorrência do próprio Direito que passou a assegurar a igualdade de todos perante a lei, que na prática se traduz por igualdade de oportunidades baseada apenas na capacidade individual, na competência e no preparo profissional como critérios a serem privilegiados” (Ferreira, 1998, pp. 476-477).

A percepção de Ivette sobre a aparente promoção de igualdade calcada em instrumentos meritocráticos de inserção e ascensão aos cargos públicos da faculdade infelizmente não foram comprovados na prática. A própria análise de sua página na Galeria de Diretores do *site* da faculdade traz reflexões importantes<sup>10</sup>. Um breve resumo de seu discurso traz as seguintes informações:

“Nesta conquista de láurea após láurea, a titular de Direito Penal fez refulgir aos ecos do Salão Nobre, cuja platéia a aplaudiu de pé, nomes como Hannah Arendt, Esther de Figueiredo Ferraz, Ada Pellegrini Grinover, as escritoras Simone de Beauvoir, Maria Antonia Palia, as estadistas Golda Meir, Indira Gandhi, Margareth Thatcher e Andréa Mustafa, primeira acadêmica a presidir o Centro Acadêmico XI de Agosto, dentre outras, colocando-as na vanguarda de como as mulheres se emanciparam e tiveram destaque nestes últimos anos”.

A menção a mulheres vanguardistas é imediatamente seguida de uma preposição adversativa que revela a verdadeira visão que a sociedade da época ainda guardava em relação às mulheres que ocupavam posições de liderança: “Todavia, a mesma platéia estava ciente de que a oradora, que tomava posse naquele dia, é uma mulher ocupada mas que encontra tempo para tudo, professora, mãe, pesquisadora, orientadora e, acima de tudo, humana [...]”.

Deve-se notar que os textos sobre os diretores não trazem, em momento algum, algum tipo de preocupação em relação à organização de seu tempo pessoal. É um estigma particular das mulheres, que, mesmo quando conquistam espaços hierarquizados de poder, devem provar que serão capazes de organizar todas as áreas de sua vida, tanto profissional quanto pessoal. A direção de Ivette foi a única direção feminina que a faculdade teve a oportunidade de

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index\\_faculdade\\_diretor\\_37.php](http://www.direito.usp.br/faculdade/diretores/index_faculdade_diretor_37.php)>. Acesso em 14 mai. 2019.

experimental. O “processo irreversível de transformação” visualizado pela professora à época foi, na verdade, quase que um desvio do caminho natural das coisas para a faculdade.

### **3.2. A FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO NOS DIAS DE HOJE**

O início do novo milênio continuou marcado pela desigualdade de gênero. Apesar dos processos transformativos vivenciados pela sociedade brasileira na virada do século, a Faculdade de Direito da USP continuou fortemente ligada às suas tradições e raízes – o que inclui, em grande medida, uma resistência à inclusão de mulheres em seus ambientes.

As masculinidades intrínsecas do ambiente da faculdade podem ser observadas por meio de uma rápida visita ao prédio histórico. Na entrada do edifício, à direita, encontra-se o Pátio das Arcadas, um dos mais importantes espaços de convivência para os estudantes. Em cada uma das arcadas, há uma placa em homenagem a um antigo aluno que se tornou Presidente da República – até hoje, foram 13, todos homens – ou figuras notáveis da política nacional.



Fonte: Edilson Dantas, Agência “O Globo”

À esquerda da entrada, encontra-se o Túmulo do Julius Frank, uma homenagem ao professor alemão do curso preparatório da faculdade. Para subir aos outros andares do prédio histórico, as escadas são enfeitadas com vitrais, cada qual com uma cena diferente: no térreo, uma mulher e um homem passeiam pelas ruas da cidade com trajes da época; no primeiro andar, a catequização da população indígena; no segundo andar, a independência do Brasil; e no terceiro andar, a Lei das XII Tábuas. Além disso, o vitral da escada direita do primeiro andar

traz a única representação de pessoas negras em toda a faculdade – como escravos. O apego à tradição é palpável por onde quer que se passe.

No primeiro andar, à direita, encontra-se a Sala da Congregação, cujas paredes são decoradas com os dizeres do decreto de 11 de agosto de 1827 e com a lista de todos os diretores da faculdade, da qual consta o nome solitário de Ivette Senise Ferreira como a única mulher a ter ocupado esse cargo. À esquerda do primeiro andar, há o espaço mais solene e tradicional do prédio histórico: o Salão Nobre, espaço com pé direito alto, cortinas vermelhas, cadeiras de madeira e um imponente quadro de D. Pedro I atrás do palco, utilizado para eventos formais e de grandes audiências.

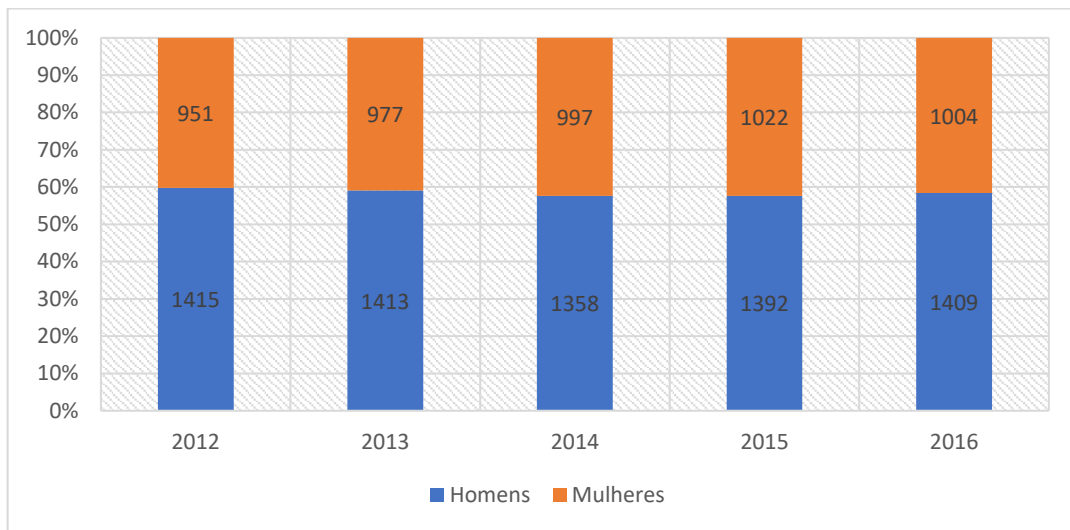
O segundo e o terceiro andar são utilizados majoritariamente para salas de aula. Cada sala de aula é “batizada” com nomes de antigos professores, e trazem placas douradas com seu nome e um pequeno resumo de sua biografia nas portas. Dentro das salas, há enormes quadros com o retrato desses antigos professores trajando togas pretas e segurando livros. Como resultado da entrada recente de mulheres ao corpo docente da faculdade, nenhuma professora, até hoje, foi homenageada com seu nome em uma sala de aula. Em 2016, Lygia Fagundes Telles recebeu homenagem semelhante, mas em relação à sala utilizada pela Academia de Letras da faculdade, grupo do qual tornou-se, em 1945, a primeira secretária mulher. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse espaço não é utilizado como sala de aula, mas apenas como ponto de encontro dos integrantes desse grupo.

A arquitetura suntuosa da faculdade é a materialização da tradição e da imponência que a acompanham desde o momento de sua criação. Desenhada e idealizada por homens para homens, o espaço físico da faculdade carrega a sua história e impacta não somente sua estrutura, sua grade curricular e a formatação do curso e das salas de aula, mas também a sensação de pertencimento de mulheres, o que se reflete nos números levantados sobre a sua participação para fins desta pesquisa.

Apesar de as mulheres representarem, atualmente, 57,1% do total de estudantes que frequentam o ensino superior entre os universitários de 18 a 24 anos de idade (IBGE, 2010), e representarem a maioria do alunado nos cursos de Direito no Brasil (Bonelli, 2017, p. 98), a realidade da Faculdade de Direito da USP é outra. Dados obtidos junto à faculdade revelam que, de 2012 a 2017, as alunas não passaram de 41% do total de alunos, uma porcentagem significativamente menor do que a realidade observada no restante do país [Gráfico 2].



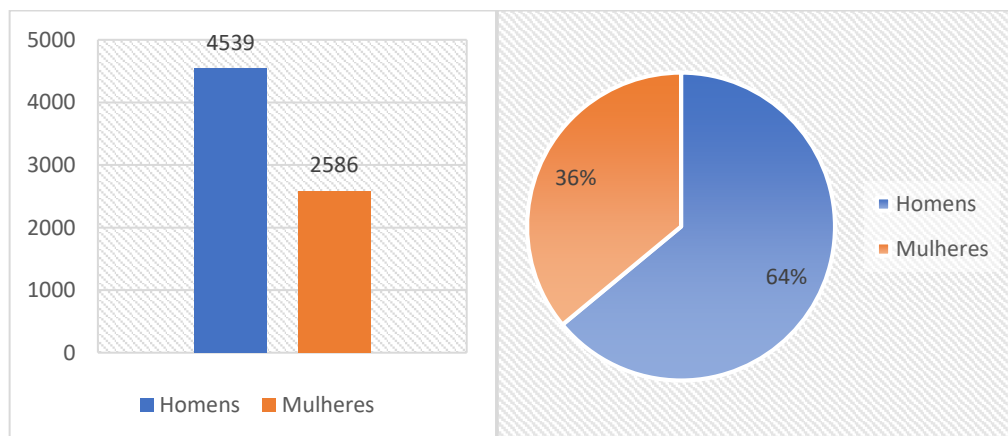
*Gráfico 2 – Relação entre alunos e alunas entre os anos de 2012 e 2016 na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

Situação ainda mais grave é a do corpo docente. Em 2012, as mulheres docentes eram 38,4% dos professores de direito no Brasil, cujo perfil predominante é masculino e branco (Fundação Getúlio Vargas, 2012) – sendo que, na rede pública de ensino, a porcentagem cai para 36% do número total de professores [Gráfico 3]. A predominância de homens nas instituições públicas é ainda mais notável quando se considera que o processo seletivo da rede pública é realizado, em grande parte, por meio de concursos públicos, o que levaria à conclusão de que existe uma maior igualdade de oportunidades – que, infelizmente, não se verifica na prática (Barreto, 2012, p. 21).

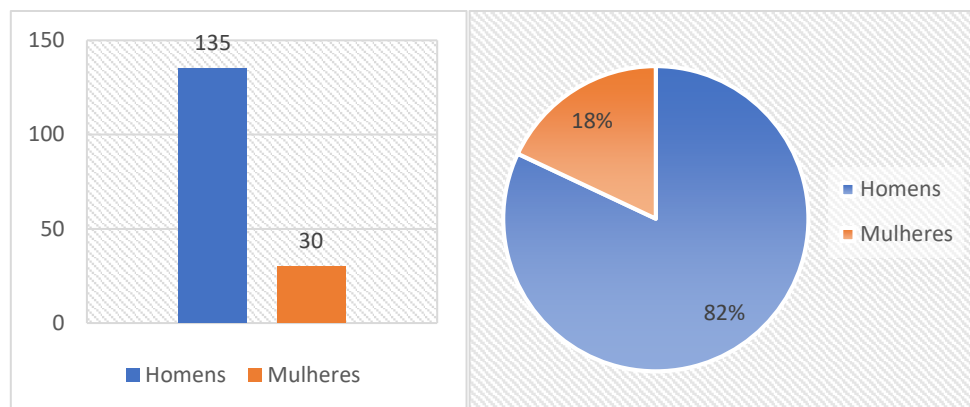
*Gráfico 3 – Relação de docentes por gênero na rede pública de ensino*



Fonte: elaboração própria.

Novamente, a realidade da Faculdade de Direito da USP se revela ainda mais desigual. Em 2017, dentre 165 professores, apenas 30 eram mulheres. A porcentagem de professoras da Faculdade de Direito da USP em relação à porcentagem da rede pública de ensino nacional, acima exposta, diminui pela metade [Gráfico 4].

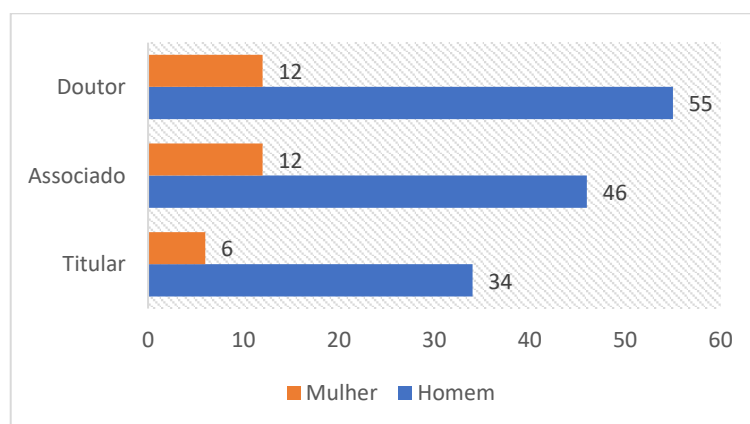
*Gráfico 4 – Relação de docentes por gênero na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

Não só o reduzido número de professoras em relação ao número total de docentes, mas também a relação inversamente proporcional de professoras em relação aos cargos mais altos (i.e., professores associados e titulares) indica que, ao chegar à etapa final da trajetória acadêmica, as mulheres perdem espaço na Universidade. Dentre os 40 professores titulares, 6 são mulheres; dentre os 58 professores associados, 12 são mulheres; e dentre os 67 professores doutores, 12 são mulheres [Gráfico 5].

*Gráfico 5 – Relação de cargos docentes por gênero na Faculdade de Direito da USP em 2017*



Fonte: elaboração própria.

A dificuldade no ingresso e na ascensão de docentes mulheres na Faculdade de Direito da USP, para além dos números, foi confirmada por diversas professoras na ocasião da gravação do vídeo “Mulheres e carreira: docência em foco”, em 2014. As professoras entrevistadas compartilharam uma percepção uníssona: a de que as desigualdades de gênero impactam diretamente a carreira acadêmica das mulheres, obrigando-as a se dedicar muito mais do que seus colegas homens para conquistarem progressões similares na carreira, e impedindo-as de ocupar os espaços predominantemente masculinos.

Uma das professoras associadas relata sua experiência durante o período em que decidiu participar do concurso para livre-docência. Não apenas a falta de suporte, mas o julgamento da sociedade perante a decisão de continuar a ascensão na carreira acadêmica foram essenciais para a sua compreensão de que a mulher, no ambiente acadêmico, tem que se esforçar mais do que o homem para conseguir uma ascensão equivalente à dele.

“Eu tive essa sensação. Tinha alguns comentários, a falta de apoio de muitas pessoas, entendeu? Outras apoiaram? Apoiaram, mas a demora para marcar meu concurso. Hoje com 40 anos, eu posso dizer com toda a convicção: para uma mulher brilhar na carreira acadêmica, ela tem que se dedicar no mínimo três vezes que qualquer homem. Ela tem que estudar três vezes mais, abrir mão de mais coisas na sua vida pessoal, lazer e tudo mais, para ela poder ter uma ascensão equivalente à do homem” (Mulheres e carreira, 2014).

Outra professora doutora, analisando os números de doutorandas e doutoras e comparando-os com o número de professoras, relata a existência de uma dificuldade, seja de ingresso ou de ascensão, no mundo acadêmico como um todo – já que a menor presença de mulheres nos cargos mais altos da docência não é um padrão verificado apenas da Faculdade de Direito da USP, mas no país e em diversas instituições do mundo todo.

“Se olharmos o número de doutorandos e doutores, ele é praticamente igual ao número de doutorandas e doutoras, mas seguindo na carreira acadêmica com a participação de professoras esse número já se reduz para 30%, e se olharmos para o número de professoras titulares, percebemos que a porcentagem vai de 11% a 18%. Então existe uma dificuldade seja de ingresso seja de ascensão no mundo acadêmico como um todo [...]. A atividade docente seria o terceiro turno do trabalho da mulher: ela trabalha na casa, trabalha no escritório e ela vem à faculdade. Não posso falar da minha experiência pessoal, mas é o que percebo aqui. A dificuldade é devida à estrutura social na qual a nossa faculdade de Direito se insere. Isso cria sim dificuldades adicionais à mulher, mas como eu disse, isso não é uma realidade só da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco nem só no Brasil. Existem estudos de outras instituições acadêmicas que demonstram que existem menos mulheres nos cargos mais altos da docência, por exemplo” (Mulheres e carreira, 2014).

A partir da observação dos dados quantitativos relacionados à docência na Faculdade de Direito da USP e aos relatos das professoras dessa instituição de ensino, busca-se analisar

de quais maneiras o concurso de (i) ingresso; (ii) livre-docência; e (iii) titularidade podem impactar a presença de mulheres no corpo docente da faculdade.

Feitas as considerações acerca da escolha dos dados que serão analisados, a pesquisa passará, a seguir, ao estudo específico de cada uma das hipóteses sobre os concursos para docência na Faculdade de Direito da USP que podem impactar o ingresso e ascensão de mulheres no corpo docente da instituição.

## **4. OS CONCURSOS PÚBLICOS PARA A CARREIRA DOCENTE NA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Incorporada pela USP em 9 de maio de 1934, a Faculdade de Direito é regulada pelo Regimento Geral da Universidade de São Paulo (Resolução nº 3.745/1990)<sup>11</sup> e pelo Regimento Interno da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Resolução nº 5.377/2006)<sup>12</sup>.

Nesta universidade, há uma carreira institucionalizada com três níveis de progressão: doutor, associado e titular. Para cada nível, é exigida a realização de concursos públicos abertos, respectivamente o concurso para o cargo de professor doutor, o concurso para livre-docência e o concurso para o cargo de professor titular.

### **4.1. CONCURSO PARA O CARGO DE PROFESSOR DOUTOR**

Para a inscrição no concurso de professor doutor, o candidato deve apresentar “memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos” e “título de doutor outorgado pela USP, por ela reconhecido ou de validade nacional” (Resolução nº 3.745/1990, art. 133). As inscrições são julgadas pela Congregação, e a decisão publicada em edital (Resolução nº 3.745/1990, art. 134). O concurso, que deve ser realizado no prazo de trinta a cento e vinte dias após a publicação da decisão (Resolução nº 3.745/1990, art. 135), pode ser feito em uma ou duas fases (Resolução nº 3.745/1990, art. 135).

Na Faculdade de Direito, escolheu-se duas fases: (i) prova escrita eliminatória e (ii) prova pública de arguição de memorial e prova didática (Resolução nº 5.377/2006, art. 41-A). A prova escrita (Resolução nº 3.745/1990, art. 139), organizada pela comissão julgadora, contém dez pontos baseados no programa do concurso. Vinte e quatro horas após a divulgação da prova aos candidatos, realiza-se o sorteio do ponto. Os candidatos têm, então, cinco horas improrrogáveis para a realização da prova, sendo que na primeira hora é permitida a consulta a livros, periódicos e outros documentos bibliográficos, e as anotações feitas durante o período de consulta podem ser utilizadas no decorrer da prova. A comissão julgadora apresenta as notas recebidas pelo candidato em sessão pública, sendo considerado eliminado do concurso o

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-3745-de-19-de-outubro-de-1990#t6>>. Acesso em 17.5.2019.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-5377-de-05-de-dezembro-de-2006>>. Acesso em 17.5.2019.

candidato que obtiver nota menor do que sete pela maioria dos membros da comissão julgadora (Resolução nº 5.377/2006, art. 41-A, §§2º e 3º).

Já a prova pública de arguição do memorial consiste na avaliação, pela comissão julgadora, dos seguintes fatores: (i) produção científica, literária, filosófica ou artística; (ii) atividade didática universitária; (iii) atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade; (iv) atividades profissionais ou outras, quando for o caso; e (v) diplomas e dignidades universitárias (Resolução nº 3.745/1990, art. 136, §1º).

Por último, a prova didática (Resolução nº 3.745/1990, art. 137) é também organizada pela comissão julgadora com dez pontos baseados no programa do concurso, mas os candidatos apenas têm acesso ao seu conteúdo imediatamente antes do sorteio do ponto. Os candidatos têm vinte e quatro horas de preparação até a realização da prova, que tem duração mínima de quarenta minutos e máxima de sessenta minutos. As notas são atribuídas após o término das provas de todos os candidatos, que podem, se necessário, ser divididos em grupos de no máximo três integrantes para fins de sorteio e realização da prova, observada a ordem de inscrição.

As notas das provas podem variar de zero a dez, sendo que a prova pública de arguição de memorial tem peso quatro e as provas didática e escrita têm peso três (Resolução nº 5.377/2006, art. 41). Ao final das provas, cada candidato recebe sua nota final, composta pela média ponderada de todas as notas, e a comissão julgadora procede à classificação dos candidatos (Resolução nº 3.745/1990, art. 142). Os candidatos que obtiverem nota final mínima sete são considerados habilitados para nomeação (Resolução nº 3.745/1990, art. 143).

Para a escolha do candidato vencedor, a comissão julgadora não precisa se basear na nota final dos candidatos – vence o que obtiver o maior número de indicações (Resolução nº 3.745/1990, art. 145).

## **4.2. CONCURSO PARA O TÍTULO DE LIVRE-DOCÊNCIA**

O concurso para o título de livre-docente segue basicamente as mesmas normas do concurso para cargos de professor doutor, com algumas poucas diferenças. Em primeiro lugar, as inscrições são abertas uma vez por ano, no prazo de trinta dias (Resolução nº 5.377/2006, art. 44). Além da prova escrita, com peso 2, da prova pública de arguição de memorial, com peso 2, e da prova didática, com peso 3, o concurso para livre-docência prevê a realização de mais uma prova: a defesa de tese, com peso 3 (Resolução nº 5.377/2006, art. 46). A tese deve ser apresentada pelo candidato no momento de sua inscrição (Resolução nº 3.745/1990, art. 165, III), e enviada a cada membro da comissão julgadora com um prazo mínimo de trinta dias

de antecedência à realização da defesa. A arguição não poderá exceder o prazo de trinta minutos por examinador, tendo o candidato tempo igual para resposta. O examinador e o candidato podem decidir pelo estabelecimento de um diálogo, desde que observado o prazo global de sessenta minutos (Resolução nº 3.745/1990, art. 170). Por último, há no Regimento Interno a previsão de que a comissão julgadora poderá formular questões sobre a aula administrada, pelo prazo máximo de 15 minutos, tendo o candidato tempo igual para resposta (Resolução nº 5.377/2006, art. 46, §2º, g).

As notas também variam de zero a dez, sendo a nota final a média ponderada das notas parciais atribuídas pelo examinador (Resolução nº 3.745/1990, art. 178). Após o julgamento, a comissão julgadora deve elaborar um relatório sobre o desempenho de cada candidato, justificando as notas atribuídas, que é posteriormente apreciado pela Congregação para fins de homologação (Resolução nº 3.745/1990, art. 179 e 180).

#### **4.3. CONCURSO PARA O CARGO DE PROFESSOR TITULAR**

Por fim, o concurso para professor titular traz algumas regras específicas. No momento da inscrição, o candidato deve apresentar “memorial circunstanciado e comprovação dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que permitam avaliação de seus méritos” e “título de livre-docente outorgado pela USP ou por ela reconhecido” (Resolução nº 3.745/1990, art. 150). As inscrições são julgadas pela Congregação, e a decisão publicada em edital (Resolução nº 3.745/1990, art. 151). O concurso deve ser realizado entre o prazo de trinta a cento e oitenta dias após a aprovação das inscrições (Resolução nº 3.745/1990, art. 151).

O concurso para professor titular exige três tipos diferentes de prova: (i) o julgamento dos títulos, com peso 3; (ii) a prova pública oral de erudição, com peso 3; e (iii) a prova pública de arguição, com peso 4 (Resolução nº 3.745/1990, art. 152 e Resolução nº 5.377/2006, art. 42). O julgamento de títulos reflete “os méritos do candidato como resultado da apreciação do conjunto e regularidade de suas atividades”, compreendendo (i) produção científica, literária, filosófica ou artística; (ii) atividade didática universitária; (iii) atividades profissionais ou outras, quando for o caso; (iv) atividade de formação e orientação de discípulos; (v) atividades relacionadas à prestação de serviços à comunidade; e (vi) diplomas e dignidades universitárias, devendo prevalecer as atividades desempenhadas nos cinco anos anteriores à inscrição (Resolução nº 3.745/1990, art. 154). Atribui-se peso 3 à produção científica, literária, filosófica

e artística e à atividade didática universitária, e peso 1 aos demais títulos. A nota global é resultado da média ponderada das notas atribuídas a cada categoria de títulos.

Já a prova pública oral de erudição versa sobre tema escolhido pelo próprio candidato, desde que a comissão julgadora decida que é pertinente ao programa. O candidato tem o prazo máximo de sessenta minutos para a sua apresentação, sendo que, ao final, a comissão pode solicitar esclarecimentos ao candidato. A nota é atribuída ao final da prova de erudição de todos os candidatos (Resolução nº 3.745/1990, art. 156). Por último, a prova pública de arguição versa sobre tese original apresentada pelo candidato (Resolução nº 5.377/2006, art. 42, parágrafo único). A atribuição de notas segue o mesmo padrão dos outros concursos, assim como a vitória por meio do maior número de indicações da comissão julgadora.



## **5. DESIGUALDADES DE GÊNERO PRESENTES NO PROCESSO DE INGRESSO E PROGRESSÃO NA CARREIRA ACADÊMICA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

O Regimento Geral e o Regimento Interno apresentam extensas regras sobre a realização dos concursos públicos para o cargo de professor doutor, professor associado e professor titular. No entanto, muitas dessas previsões – e a ausência de outras – podem penalizar mais as mulheres do que os homens, ou ser utilizadas pela comissão julgadora como veículo de suas subjetividades na avaliação do candidato.

Para verificar tal afirmação, após a etapa inicial de levantamento de dados sobre os editais dos concursos de ingresso, livre-docência e titularidade na Faculdade de Direito da USP e sobre a realização dos concursos públicos para a carreira docente nessa instituição entre 2008 e 2017, foram realizadas comparações entre as categorias abstraídas desses dados empíricos, tais como a *(i)* comparação entre o número de mulheres e homens inscritos nos concursos, observando o departamento escolhido; *(ii)* comparação entre o número de mulheres e homens inscritos nos concursos, observando o cargo ao qual concorrem; *(iii)* comparação do gênero dos vencedores dos concursos; e *(iv)* comparação entre o número de mulheres e homens que compuseram as comissões julgadoras.

Tais comparações permitiram a elaboração de hipóteses que, testadas pelo retorno às observações iniciais, levaram à estabilização de uma proposta teórica. Em primeiro lugar, a hipótese de que as mulheres, após a graduação, não participam dos espaços acadêmicos na mesma proporção, motivadas pela predominância do espaço por homens (Mulheres e carreira, 2014). Em segundo lugar, a hipótese de que as exigências dos editais favorecem os homens, que têm maior flexibilidade de horário para programarem seus estudos em um intervalo de tempo reduzido. Em terceiro lugar, a hipótese de que as comissões julgadoras, em sua maioria formadas apenas por homens, tendem a aprovar mais homens do que mulheres (Young, 1990). Em quarto lugar, a hipótese de que há uma concentração horizontal de mulheres em algumas áreas disciplinares (Bonelli, 2017, Moschkovich; Almeida, 2015). Por último, a hipótese de que há uma concentração vertical que dificulta a ascensão de mulheres aos cargos mais altos da carreira docente (Mulheres e carreira, 2014).

Para tanto, os próximos subcapítulos terão como foco *(i)* a análise das exigências dos editais para concursos públicos, para verificar se elas penalizam, de alguma forma, as mulheres e não os homens; *(ii)* a análise da proporção das mulheres inscritas nos concursos e das mulheres vencedoras, comparando-a com a proporção dos mesmos fatores em relação aos homens, para

verificar se as mulheres deixam de participar do ambiente acadêmico ou se elas são impedidas de dele fazer parte; (iii) a análise da composição da comissão julgadora, para verificar se ela impacta, de alguma maneira, o número de mulheres vencedoras; (iv) a análise dos departamentos nos quais as mulheres mais se inscrevem, para observar se são áreas tidas como femininas ou se possuem um maior número de mulheres que já o integram; e (v) a análise das exigências de progressão na carreira, observando se elas também penalizam, de alguma maneira, docentes do gênero feminino.

Dessa forma, a partir da observação da composição do corpo docente da Faculdade de Direito da USP e de depoimentos prestados pelas próprias professoras que o integram, buscou-se elaborar a proposta teórica de que condições estruturais da faculdade têm impacto direto na presença de mulheres no seu corpo docente.

## **5.1. AS PREVISÕES DO REGIMENTO GERAL DA USP E DO REGIMENTO INTERNO DA FACULDADE DE DIREITO DA USP**

Apesar de estar aparentemente revestido por critérios objetivos, a análise do regimento do Regimento Geral e do Regimento Interno revelaram diversos momentos em que a subjetividade pode ter um papel principal na avaliação dos candidatos.

Um primeiro ponto de atenção refere-se à prova escrita. De acordo com o Regimento Geral, entre o recebimento da lista de dez pontos organizada pela comissão julgadora e o sorteio do ponto, os candidatos têm vinte e quatro horas de preparação. À primeira vista, esse fato pode parecer inofensivo. No entanto, quando se pensa na divisão sexual do trabalho da sociedade atual, o prazo extremamente restrito de vinte e quatro horas pode se traduzir em uma penalidade para as mulheres, como será explorado adiante.

Para inscrever-se no concurso para o cargo de professor doutor, o primeiro degrau da carreira docente, é necessário possuir o título de doutor. Apenas a título exemplificativo, se uma mulher ingressa na faculdade com 18 anos, recebe o diploma com 23 anos, ingressa no mestrado com 24 anos e no doutorado com 27 anos, conseguirá obter o título de doutora com 30 anos de idade. No meio dessa trajetória, as mulheres podem optar por ter filhos – em 2010, a Síntese de Indicadores Sociais (SIS) revelou que mulheres com maior nível de escolaridade eram mães em média com 27,8 anos. Em algumas das entrevistas concedidas durante a gravação do vídeo “Mulheres e carreira: docência em foco”, as professoras da faculdade relacionaram muitas das dificuldades vividas no ingresso e na ascensão da carreira docente com a conciliação da vida profissional e do cuidado com a família:

“Na medida em que você tem uma vida profissional, uma vida familiar, com filhos pequenos, etc., é difícil você ainda por cima conciliar mais a carreira acadêmica. Isso foi possível, de fato, uma dedicação maior quando eu já não tinha que me preocupar mais com criança pequena. Isso é evidentemente uma verdade, porque acaba sempre ficando, apesar da divisão de tarefas hoje ser muito mais fácil, e eu ter tido a sorte de que meu marido sempre apoiou, incentivou e ajudou muito, mas é um esforço grande. Você faz uma série de concursos, você se dedica a mestrado, doutorado, são atividades muito exigentes”.

“Eu tive essa experiência, entre eu ter terminado o doutorado e ter ingressado na faculdade, não é um período tão grande, 2007 pra 2010, eu tive dois filhos. Isso eu acho uma coisa complicada, que não é uma coisa que se ensina. Não me lembro de ter vivido isso como professora, de saber disso como professora. Minha mãe também é de uma geração que já não trabalhava. Então isso eu acho meio complicado, levar tudo mesmo, parece que tudo acontece ao mesmo tempo”.

“Talvez uma explicação seja na raiz, na sociedade mesmo. É uma coisa muito complicada de se mudar. Então a família é uma questão, é uma questão que talvez esteja estruturalmente ligada ao problema que nós temos aqui de poucas professoras. Afinal, é um dado objetivo: somos poucas”.

“A atividade dos docentes seria o terceiro turno da mulher. Ela cuida da casa, ela trabalha no escritório e ela vem à faculdade. Então, claro eu não posso dizer da minha experiência pessoal, mas isso é o que eu percebo aqui. Então a dificuldade devido à estrutura social na qual a nossa faculdade se insere, isso cria sim algumas dificuldades adicionais à mulher” (Mulheres e carreira, 2014).

A dificuldade de conciliar a vida profissional, a vida acadêmica e a vida pessoal é, em grande parte, reflexo da divisão sexual do trabalho que atribui três turnos de trabalho à mulher pelo fato de que o homem, estruturalmente, não se responsabiliza da mesma maneira pelas tarefas domésticas. Na chamada “feminização da infância”, a mulher é responsável pela responsabilidade emocional, prática e econômica da criança (Jensen, 1994, p. 74), o que resulta em uma incompatibilidade entre as exigências impostas pelo mercado para a construção de uma carreira e as exigências impostas pelo gênero para o desempenho das tarefas domésticas – o que não ocorre com os homens e, conseqüentemente, apresenta-se como uma vantagem para eles no mundo profissional (Moschkovich, 2012, p. 87).

Isso pode ser observado pelos relatos das professoras de que, enquanto tinham filhos pequenos para cuidar, não era possível dedicar-se inteiramente à carreira, e que, quando o faziam, sentiam-se sobrecarregadas. A sobrecarga, por vezes, transforma-se em um sentimento de culpa: culpa por não se dedicar exclusivamente ao que a sociedade espera que as mulheres se dediquem – seja a carreira, seja a maternidade.

“Eu passei no concurso e tomei posse e engravidei, sem planejar. Eu era casada já, mas assim não estava no meu plano engravidar naquele momento. Vocês não podem imaginar o meu sentimento de culpa. [...] E hoje olhando para trás eu acho assim quase absurdo o que eu fiz. Eu fui pedir desculpa por ter engravidado”.

“Eu me lembro que em 2009, 2010, eu estava na Alemanha desenvolvendo atividades de pesquisa e intercâmbio, estava na cidade de Bonn, com um professor que eu conheço há bastante tempo, tem uma ligação comigo de muita proximidade, muito respeito, e eu passei por uma situação que eu não esperava passar na Alemanha, tida como uma sociedade mais desenvolvida, no sentido de vender o papel de cada um. Eu me lembro que um dia passeando com ele, uma aluna da faculdade, de pós graduação, a faculdade que eu estava lá na Alemanha, e essa aluna me perguntou ‘seus filhos estão bem?’, e eu falei ‘estão’. Ela me perguntou ‘onde estão seus filhos?’, e eu disse ‘meus filhos estão no Brasil’. Aí ele deu uma risadinha, olhou pra essa aluna e falou ‘ela é mãe corvo’. E eu não entendi a expressão. Aí eu olhei pra ela e falei ‘ou eu falo alemão muito mal ou eu ouvi ele falar que eu sou a mãe corvo, o que é uma mãe corvo?’. Corvo é um pássaro, a fêmea quando bota os ovos, abandona os filhos, então essa expressão alemã é para mostrar mães que não se preocupam com os filhos. [...] Como assim mãe corvo? E você, cadê os seus filhos que não estão aqui agora? Porque ele também tem filhos. Mas tudo bem os filhos dele não estarem lá, o problema é os meus não estarem” (Mulheres e carreira, 2014).

A sobrecarga é um resultado de uma mudança estrutural que se verifica pela ocupação do ambiente profissional, antes reservado aos homens, pelas mulheres. Essa ocupação, no entanto, não foi acompanhada de uma inserção do homem nas tarefas domésticas. Dessa forma, a mulher acumula duas funções, enquanto o homem permanece apenas com uma. Além disso, essas mudanças ainda não foram absorvidas pela sociedade, que continua a propagar o imaginário de que o papel da mulher é dentro de casa: quando as mulheres acabam sendo bem-sucedidas, acabam passando por diversos julgamentos – para além das inúmeras provações no meio do percurso:

“Parece que a mulher, dentro da carreira acadêmica ou no universo do direito, ocupa estereótipos. Então você tem a mulher bem sucedida, existem três alternativas pra ela, dentro do estereótipo judicial: ou ela é muito bonita e ela conseguiu as coisas por conta disso, por favores sexuais, amorosos; ou ela é mal amada, largada, homossexual, qualquer coisa que o valha... aquela mulher que não tem vida pessoal, dedica-se exclusivamente ao trabalho e até se masculinizou pra isso e é tido como, como essa imagem; ou é uma mulher ruim, no sentido de uma mãe ruim, uma mulher que abandonou a família, e ela é vista constantemente com essa carga negativa também. Então você tem que lidar com essas três, não necessariamente com as três, dependendo do perfil da mulher ela vai lidar com pelo menos uma dessas imagens”. (Mulheres e docência, 2014).

É justamente nessa desigual divisão de tarefas domésticas que os editais dos concursos públicos podem penalizar as candidatas mulheres: tendo apenas vinte e quatro horas de preparação, os homens podem ausentar-se de casa e concentrar-se unicamente ao estudo dos pontos escolhidos pela comissão julgadora. Muitas vezes, a mulher não poderá fazer o mesmo. Se, por exemplo, o filho for pequeno e precisar mamar, ou se ela não puder contar com o pai da criança para poder se ausentar nesse período, o período de vinte e quatro horas será dividido,

mais uma vez, entre as tarefas domésticas e o estudo. Esse é o primeiro momento em que os homens podem obter uma vantagem em relação às mulheres nos concursos públicos.

Um segundo momento, ainda relacionado à prova escrita, é o da atribuição de notas. Não há no Regimento Geral qualquer norma sobre a avaliação anônima dos candidatos, o que leva à conclusão de que a comissão julgadora tem ciência de qual candidato é a prova a qual estão atribuindo nota. Esse fator pode afetar a objetividade da avaliação, já que os integrantes da comissão julgadora podem atribuir notas mais altas a candidatos de sua predileção. Considerando-se que as outras etapas requerem necessariamente a identificação dos candidatos, a manutenção do anonimato poderia garantir a objetividade da avaliação em pelo menos uma parte da nota que será utilizada posteriormente na composição da nota final.

Outro ponto de atenção está na prova pública de arguição do memorial e dos títulos. Apesar de consistir na avaliação de diversas atividades desenvolvidas pelos candidatos até o momento de sua inscrição, o Regimento Geral não traz qualquer definição específica sobre os fatores analisados. Não há como afirmar com segurança o que são atividades didáticas universitárias, atividades relacionadas à prestação de serviços comunitários, dignidades universitárias, entre outros. Isso é ainda mais notável levando-se em consideração que, a despeito de a arguição do memorial ser uma prova pública, a comissão julgadora atribui notas aos candidatos em sessão secreta. Isso significa que, mais uma vez, a comissão julgadora tem discricionariedade para selecionar quais os tipos de atividade que considera mais relevantes, em detrimento de outras, o que abre espaço para avaliações subjetivas de cada um dos candidatos. Se a comissão, por qualquer razão, tiver predileção por um determinado candidato, terá mais um momento para privilegiá-lo, mesmo que seguindo as regras previstas nos Regimentos.

Um terceiro ponto de atenção, comum a todos os concursos, relaciona-se às notas. Apesar de os Regimentos preverem que as notas variam de zero a dez em cada uma das provas e que a nota final dos candidatos é composta da média ponderada entre todas elas, não há qualquer critério para essa atribuição. A comissão julgadora, de maneira arbitrária, pode escolher a nota que cada candidato merece receber, em qualquer uma das provas. Isso ganha especial relevância quando se observa que as notas podem decidir se o candidato continuará no concurso ou não, já que só os candidatos que receberem nota mínima sete serão considerados habilitados para nomeação.

O último – e mais importante – ponto de atenção é a regra que determina que vence o concurso o candidato que obtiver o maior número de indicações pela comissão julgadora, que não precisa, portanto, se basear nas notas finais para tomar essa decisão. Aqui, o concurso perde

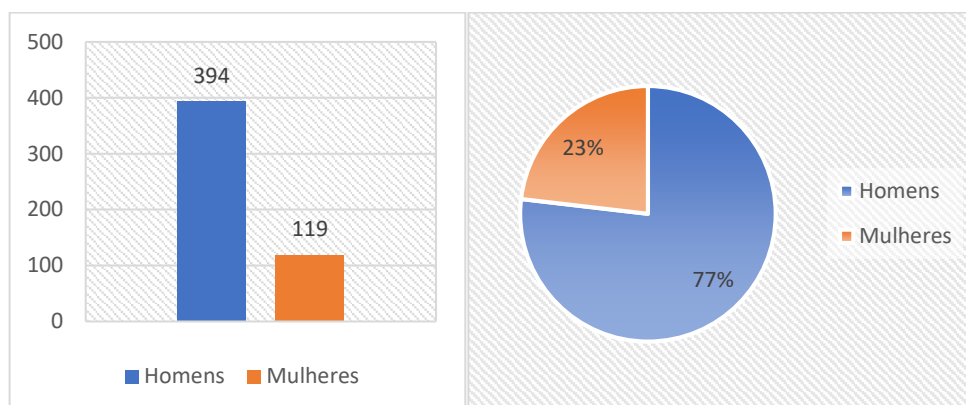
grande parte da objetividade que o revestia. Apesar de as fases anteriores conterem indícios de subjetividade, a utilização de notas padronizadas garantia a avaliação dos candidatos por meio de um mesmo critério, retirando a possibilidade de influência de fatores estranhos ao edital na avaliação dos examinadores. No entanto, o fato de que a comissão julgadora pode fechar os olhos para as notas atribuídas e proceder à indicação do candidato vencedor sem seguir qualquer tipo de norma revela definitivamente que os concursos públicos estão fortemente sujeitos à arbitrariedade da comissão julgadora, que podem decidir o resultado definitivo do concurso sem seguir qualquer regra clara a esse respeito.

Como se observa, as disposições expressas dos Regamentos Geral e Interno revelam que a suposta objetividade dos concursos públicos pode vir a ser relativizada em diversos momentos ao longo de sua realização. Um fator favorável à eliminação de subjetividades que podem influenciar o julgamento da comissão é a exigência de elaboração de relatório que justifique as notas finais atribuídas a cada um dos candidatos. A análise específica desses relatórios, no entanto, não foi possível nessa pesquisa. Mediante ofício enviado à secretaria da Faculdade de Direito no final de 2017, os únicos dados fornecidos foram os nomes dos candidatos e da comissão julgadora, sob a justificativa de que as notas atribuídas eram sigilosas pois poderiam desrespeitar a privacidade de cada um dos candidatos. Uma possível agenda de pesquisa que aqui se abriria seria o estudo de tais relatórios, que podem fornecer um rico material para a análise dos fatores observados pela comissão julgadora durante a realização dos concursos.

## **5.2. O MOMENTO DA INSCRIÇÃO**

De 2008 a 2017, o número de mulheres inscritas nos cursos de graduação, mestrado e doutorado da Faculdade de Direito da USP variou de aproximadamente 38% para 41% [Anexo I]. Esse número, no entanto, não se reflete nos dados de inscrição para os concursos da carreira docente da faculdade. Nos últimos dez anos, foram realizados 145 concursos que contaram com 513 candidatos inscritos. Dentre eles, 394 candidatos eram homens e apenas 119 eram mulheres [Gráfico 6].

*Gráfico 6 – Relação de candidatos inscritos por gênero para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP entre 2007 e 2018*



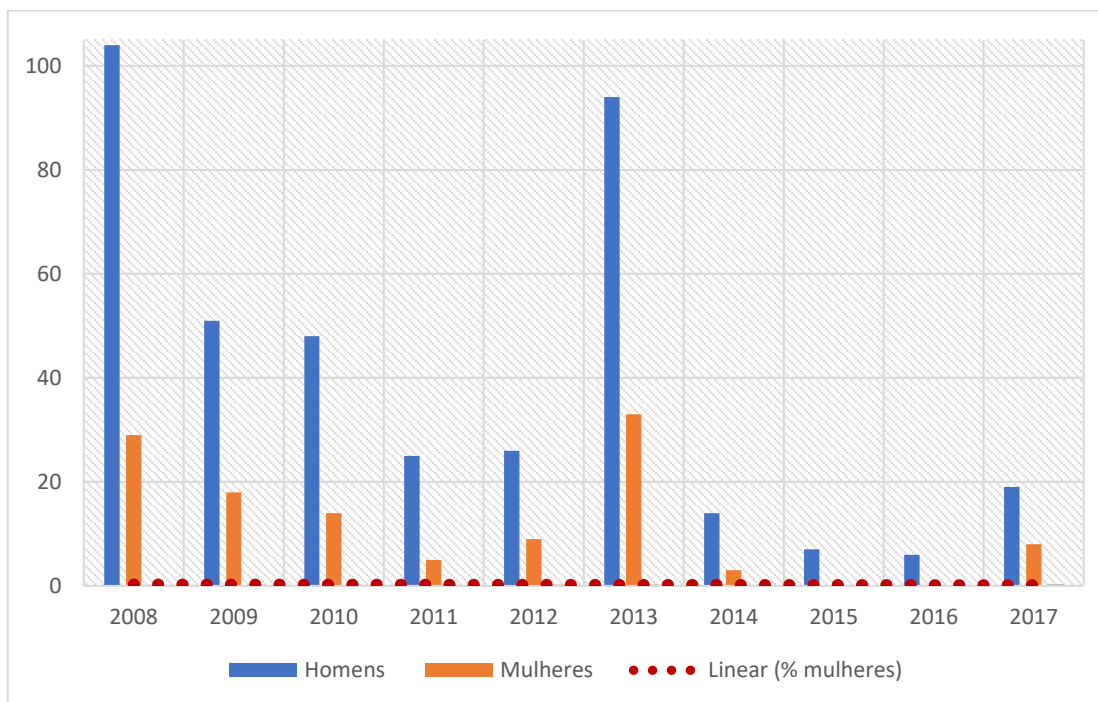
Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, os homens representam quase 80% do número total de inscritos nos concursos para a carreira docente na faculdade – um decréscimo de quase metade do número de doutorandas na mesma instituição e no mesmo período. Essa disparidade foi indicada por uma das professoras da faculdade durante as entrevistas concedidas para a gravação do vídeo “Mulheres e carreira: docência em foco”:

“Estudos mostram que se olharmos os números de doutorandas e doutoras perceberemos que eles são praticamente iguais aos números de doutores e doutorandos, mas seguindo então na carreira acadêmica, ao olharmos o ingresso de mulheres e então a participação como professoras, esse número já se reduz para mais ou menos 30% e se olharmos para os números de professoras titulares perceberemos que a porcentagem vai de 11% a 18%. Então existe sim uma dificuldade, seja de ingresso, seja de ascensão, no mundo acadêmico como um todo” (Mulheres e carreira, 2014).

Dado ainda mais grave é o de que, no período analisado, a variação de mulheres inscritas nos concursos para a carreira docente foi de 0,04% – ou seja, desde 2008 não foi possível verificar qualquer aumento na inscrição de mulheres nos concursos, nem mesmo de 1% [Gráfico 7]. Essa porcentagem vai na contramão do aumento de mulheres doutoras formadas pela faculdade, e revela que elas têm sido sistematicamente excluídas do espaço da docência.

Gráfico 7 – Relação de candidatos inscritos por gênero e por ano para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP



Fonte: elaboração própria.

Pelo fato de esta pesquisa estar restrita à análise dos dados dos concursos, focada, portanto, em um momento posterior à inscrição, não é possível identificar o por quê das mulheres não se inscreverem para concursos públicos da carreira docente da faculdade. Essa pode ser, inclusive, uma agenda de pesquisa a ser complementada com entrevistas qualitativas com mulheres que desejam seguir a carreira acadêmica. Para suprir essa lacuna momentaneamente, podemos recorrer, mais uma vez, às entrevistas concedidas para o vídeo “Mulheres e carreira: docência em foco”.

Uma percepção que se repetiu diversas vezes no discurso das professoras foi a da falta de representatividade das mulheres no corpo docente da faculdade. Dessa forma, reconhecendo que a desigualdade de gênero está ligada essencialmente a um preconceito estrutural, as professoras identificaram que a ausência de mulheres pode ser justificada pelos estereótipos a elas atribuídos pela sociedade, ligando-as a tarefas domésticas e excluindo-as do espaço de detenção de conhecimento e poder.

“A presença feminina na docência, de uma maneira geral, ela varia muito a depender de que área a gente está falando. E o direito, por ser uma dessas grandes carreiras liberais, ele reflete uma concentração de poder e de importância masculina, assim como outros domínios, como foi durante muito tempo a medicina, a arquitetura, a engenharia. Essa ideia de que as funções essenciais da sociedade vão ser exercidas por homens é uma ideia muito forte ainda”.



“Eu acho que tem também uma questão dos estereótipos tradicionais da mulher não estar tão acostumada ou das meninas, das crianças, não enxergarem tanto as mulheres em posição de liderança, mulheres como modelos de empreendedoras, de pessoas que ocupam cargos mais altos. A gente ainda tem muito exemplo de mulher em funções mais ligadas ao cuidado, um cuidado um dos outros, cuidado com a saúde, um ensino mais básico, cuidado direto com crianças... Então eu acho que isso forma um pouco também o nosso imaginário feminino”.

“Ser professora sempre foi uma atividade eminentemente feminina na educação básica, mas na educação superior parece que ela é eminentemente masculina. Eu acho curioso isso, porque parece que as mulheres podem ir até um certo ponto quando se trata de algo mais maternal, digamos assim, entre aspas, mas quando se passa para a vida profissional, aí já é um mundo dos homens”.

“Eu, quando fui aluna, e eu fui aluna, me formei há 15 anos, eu fui aluna aqui na década de 90, eu posso contar nos dedos de uma mão quantas professoras mulheres eu tive. Hoje, tem mais”.

“No último concurso de comercial, acho que tinham 18 candidatos, 15 candidatos, 2 mulheres. Só se inscreve homem. Ainda bem que não passou, foi a [...]. Mas por que isso? Talvez uma explicação seja na raiz, na sociedade mesmo. É uma coisa muito complicada de se mudar. Então a família é uma questão, é uma questão que talvez esteja estruturalmente ligada ao problema que nós temos aqui de poucas professoras. Afinal, é um dado objetivo: somos poucas. Por que somos poucas se não há preconceito aqui dentro, se a gente não sente essas barreiras aqui dentro? A resposta só pode ser estrutural”.

“Acho que subliminarmente as mulheres quando vão crescendo na carreira elas enfrentam o machismo o tempo inteiro, porque não há mulheres nos ambientes em que elas frequentam. Isso eu me lembro muito, de mesa, dentro da sala de lanche do Ministério Público, onde prevalecem muito mais homens do que mulheres. A vida acadêmica nem precisa ser dito, só pensar que hoje no Departamento de Processo eu sou a única mulher em processo civil, não existe nenhuma outra professora, e acho que isso é a realidade de vários outros departamentos aqui na faculdade. Me lembro de semana passada ter ido nas Jornadas Brasileiras de Direito Processual, eu palestrei, tinham dezenas de palestrantes na programação e quatro mulheres” (Mulheres e carreira, 2014).

Como se pode observar, a falta de representatividade pode impactar diretamente a percepção das mulheres sobre a sua própria capacidade de adentrar espaços que não foram tradicionalmente reservados a elas. Alunas que não têm professoras mulheres durante toda a sua graduação têm menos propensão a querer ocupar esse lugar no futuro, diante da perpetuação da ideia ultrapassada de que esses espaços pertencem unicamente aos homens.

A presença de mulheres em posições de poder não apenas incentiva outras mulheres a buscarem conquistas semelhantes, mas também serve de rede de apoio para que elas consigam se sentir cada vez mais pertencentes e, assim, consigam levar outras mulheres consigo – da mesma forma que, hoje, isso acontece em relação aos homens, que são 82% dos professores e 77% dos inscritos para os concursos públicos para a carreira docente.

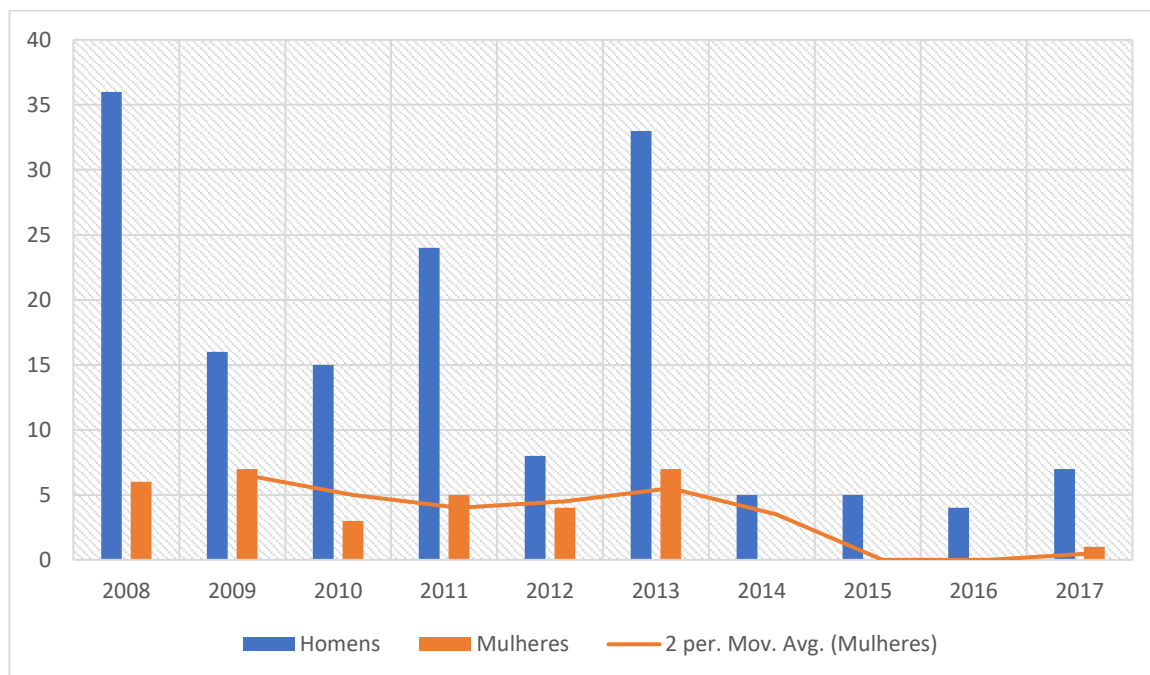
Outro dado importante de se analisar é a proporção entre a inscrição e os resultados dos concursos: se a porcentagem de mulheres fosse semelhante à porcentagem de candidatas vencedoras, isso revelaria que a ausência de mulheres no corpo docente da Faculdade de Direito da USP se dá essencialmente pelo baixo número de mulheres inscritas. Dessa forma, não haveria um problema intrínseco à forma pela qual os concursos são realizados atualmente, mas sim à falta de incentivo das mulheres em se inscreverem. Os números, entretanto, levam à conclusão oposta.

Nos últimos dez anos, a Faculdade de Direito habilitou e homologou concursos referentes a 186 candidatos. Analisando a proporção entre os inscritos e vencedores, temos que, dos 394 homens inscritos, 153 foram vencedores – uma porcentagem de 38%. Entre as mulheres, das 119 inscritas, 33 foram vencedoras – uma porcentagem de 27%. Isso significa que, para cada mulher vencedora, temos aproximadamente 4 inscritas, enquanto para cada homem vencedor, temos aproximadamente 3 inscritos.

Conclui-se, portanto, que a ausência de mulheres no corpo docente não se justifica tão somente pelo baixo número de mulheres inscritas, mas também pela existência de uma barreira para a aprovação dessas mulheres nos concursos públicos organizados pela faculdade, que pode ser explicada, por exemplo, pela composição das comissões julgadoras, que será analisada mais adiante.

O reflexo dessa barreira pode ser observado pela análise do número de aprovações entre os anos de 2007 e 2018 [Gráfico 8].

Gráfico 8 – Relação de candidatos vencedores por gênero e por ano para os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP



Fonte: elaboração própria.

Entre 2014 e 2017, apenas uma mulher foi aprovada – sendo que, no mesmo período, 21 homens foram aprovados. Tais resultados colocam-se na contramão do papel da universidade como local de transformação do *status quo* e de fortalecimento dos direitos fundamentais, com o objetivo de reduzir progressivamente as desigualdades postas pela sociedade.

### 5.3. A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO JULGADORA

A existência de uma comissão que julga os candidatos com base em regras pré-estabelecidas em editais reveste os concursos públicos de uma objetividade que, muitas vezes, não se verifica na prática. Aqui, o que se busca desconstruir é a própria ideia de imparcialidade. De acordo com Young (1990, p. 100), para se atingir a imparcialidade, busca-se um ponto de vista universal que nega as diferenças de três maneiras, de modo a reduzir a particularidade à unidade: (i) pela negação da particularidade das situações; (ii) pela eliminação da heterogeneidade na forma de sentimento; e (iii) pela redução da pluralidade de sujeitos morais para uma subjetividade. O ideal da imparcialidade é, assim, uma dicotomia entre o universal e o particular, o público e o privado, a razão e a paixão, e serve a funções ideológicas, pois mascara as maneiras pelas quais as perspectivas particulares dos grupos dominantes se

transformam no universal, justificando as estruturas hierárquicas de tomada de decisões (Young, p. 97).

A análise das regras dos editais revelou diversos momentos do concurso público em que a subjetividade pode influenciar a avaliação dos candidatos. Essa subjetividade pertence essencialmente à comissão julgadora, responsável por escolher os vencedores de cada concurso. O ideal de imparcialidade da comissão reflete as concepções de seus membros, que, como será analisado adiante, é quase unanimemente formado por homens.

A comissão é formada por cinco membros propostos pelo Conselho do Departamento ao qual o concurso é relacionado, lista que poderá ser substituída, no todo ou em parte, pela Congregação.

A comissão julgadora do concurso para os cargos de professor doutor deve ser formada por membros com título acadêmico igual ou superior ao do candidato de maior titulação. Dentre os cinco membros, é assegurada a presença de, no mínimo, três membros estranhos ao Departamento, de forma que pelo menos um e no máximo dois pertençam ao Departamento. A juízo de no mínimo dois terços dos membros da Congregação, pode ser indicado especialista estranho ao corpo docente da USP para a composição da comissão (Resolução nº 3.745/1990, art. 182). A presidência da comissão cabe ao professor de categoria mais elevada, em exercício na Unidade, e com maior tempo de serviço como docente na USP (Resolução nº 3.745/1990, art. 185).

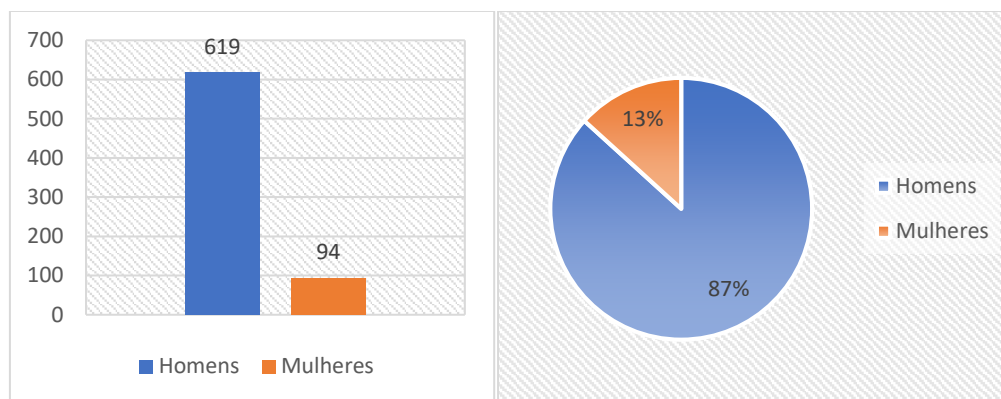
As regras são praticamente as mesmas para a comissão julgadora para o concurso de livre-docência, com uma única exceção: podem ser indicados até dois especialistas de renomado saber, não pertencentes ao corpo docente da USP, a juízo de no mínimo dois terços dos membros da Congregação (Resolução nº 3.745/1990, art. 190, §2º).

Por fim, para a comissão julgadora do concurso para o cargo de professor titular são escolhidos cinco professores titulares, sendo possível indicar até dois especialistas estranhos ao corpo docente da USP (Resolução nº 3.745/1990, art. 186, §2º). A presidência da comissão julgadora cabe ao professor titular em exercício na Unidade que for indicado pela Congregação (Resolução nº 3.745/1990, art. 189).

No período compreendido entre 2008 e 2017, foram realizados 145 concursos para professor doutor, livre-docência e professor titular na Faculdade de Direito da USP. Os números levantados em relação à composição das comissões julgadoras revelam que as mulheres são constantemente excluídas desse espaço, sendo tão subrepresentadas que não constituem sequer um membro por banca, em média. De um total de 713 membros, as mulheres são apenas 94, o

que nos leva a um inexpressivo percentual de aproximadamente 13% de mulheres convidadas [Gráfico 9].

*Gráfico 9 – Relação de membros por gênero nas comissões julgadoras de concursos para docentes na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

A sub-representação das mulheres dentro do próprio corpo docente da faculdade poderia ser uma explicação para o número extremamente baixo de mulheres convidadas para integrar a comissão julgadora. No entanto, o próprio Regimento Geral garante três das cinco vagas de cada comissão a docentes de fora da unidade, espaço que poderia ser preenchido por outras mulheres. O fato de que apenas 13% das comissões foram compostas por mulheres revela que ainda persiste um severo problema de discriminação que leva os departamentos a escolherem sempre figuras masculinas para compor esses espaços de tomada de decisão.

O resultado se torna ainda mais notável quando se observa que, das 94 indicações femininas, encontram-se apenas 39 mulheres. Uma das justificativas para a ausência de convite para mulheres foi usada, recentemente, por professores da própria faculdade em um contexto um pouco semelhante. Em setembro de 2018, a Faculdade de Direito promoveu um evento em razão dos 30 anos da Constituição Federal de 1988, programado para durar três dias, com 11 painéis diferentes. Entre os convidados, estavam 30 homens brancos e 2 mulheres. Ao ser questionada sobre a ausência de mulheres e negros(as) no evento, a organização respondeu que não tinham opções para convidar. Em reação, alunas e professoras da faculdade organizaram uma lista de 100 nomes que poderiam ter sido chamados para o evento – professoras titulares e/ou autoridades do Judiciário e doutoras na área, bem como homens negros –, de forma a dar

voz àqueles que são constantemente silenciados em detrimento de uma única perspectiva, geralmente a do homem branco<sup>13</sup>.

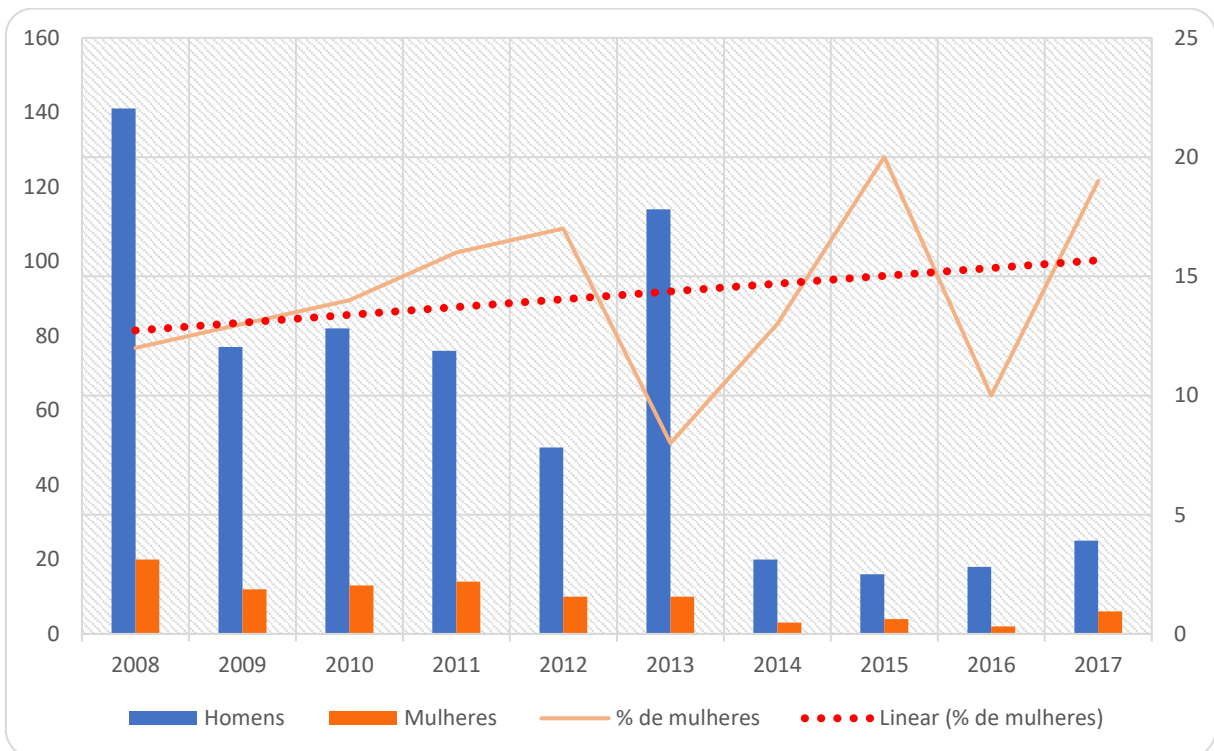
Diante da recorrência de tal justificativa – a de que não há nomes femininos para compor comissões e/ou eventos –, que não é uma realidade reservada apenas à Faculdade de Direito da USP, criou-se uma iniciativa voltada à promoção do trabalho de mulheres especialistas em áreas das Ciências Sociais, Sociais Aplicadas e Humanidades, incluindo o Direito. O “#MulheresTambémSabem” busca reduzir a invisibilidade estrutural à qual as mulheres especialistas nessas disciplinas estão sujeitas a partir da promoção de seus trabalhos, em uma plataforma que permite não apenas a identificação dessas profissionais, mas também um contato direto para que possam participar de eventos e contribuir com as atividades de pesquisa e educação. Há, sim, opções, mas a invisibilização estrutural de mulheres em espaços de detenção de conhecimento impede que elas tenham a oportunidade de deles participar.

A importância de dar visibilidade a mulheres especialistas torna-se ainda mais palpável quando se observa que, nos últimos dez anos de concurso público para a carreira docente na Faculdade de Direito, houve um aumento de aproximadamente 3,27% de mulheres na composição das comissões julgadoras [Gráfico 10]. Se as mulheres compunham em torno de 15% das comissões em 2017, seria necessário aguardar aproximadamente 117 anos para que, naturalmente, fosse atingida a paridade de gênero nas comissões julgadoras.

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11g-eISbK2I2njm4LL-xruGXKKmVp9LL5/view?fbclid=IwAR0oUd8Ln5A8kWXn2BQ39kBz-7iK8pNcZ01jUjFjboQfnNELH747x8rIqWQ1>>. Acesso em 20 mai. 2019.

*Gráfico 10 – Participação de mulheres nas comissões julgadoras nos últimos dez anos de concurso para a carreira docente na Faculdade de Direito da USP*



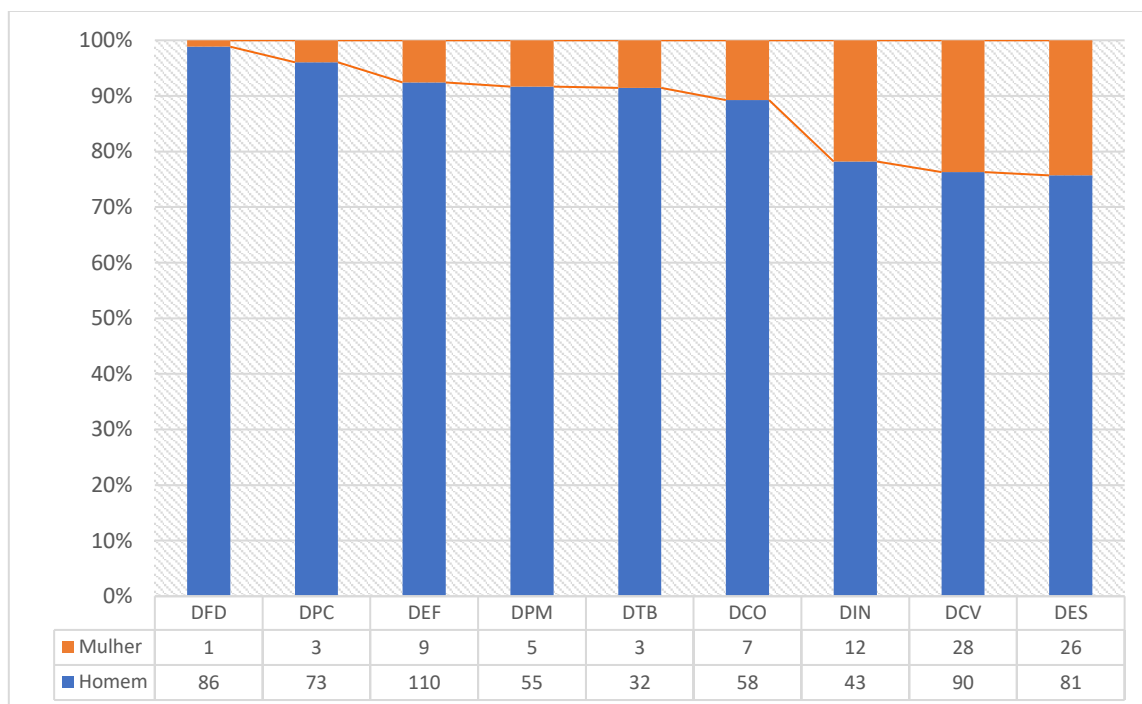
Fonte: elaboração própria.

O preconceito estrutural na indicação de membros para as comissões julgadoras também pode ser analisado a partir da composição das comissões em relação a cada departamento da Faculdade de Direito [Gráfico 11]. A título exemplificativo, o Departamento de Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia (DPM) é o que apresenta a maior quantidade de mulheres no corpo docente da faculdade: são 6 mulheres em um total de 18 professores, dentre elas uma professora titular, quatro professoras associadas e uma professora doutora. Isso, no entanto, não foi suficiente para que elas fossem convidadas a participar das comissões julgadoras para os concursos de seu departamento, já que entre 2008 e 2017 apenas 5 mulheres integraram as comissões, e nenhuma delas pertencia à Faculdade de Direito. Por outro lado, das 55 participações masculinas, 22 referem-se a apenas três professores titulares, convidados de maneira recorrente a integrar as comissões.

Aqui, mais uma vez, poderia se tentar justificar o maior número de convites para professores titulares do gênero masculino pela ausência de mulheres no cargo de professor titular, mas isso só seria verdade se os concursos analisados fossem também para professor titular – já que, como exposto anteriormente, os membros das comissões julgadoras devem ter título igual ou superior ao dos candidatos que irão avaliar. Das 22 vezes que os três professores

titulares foram convidados a integrar comissões julgadoras, apenas 4 referiam-se a concursos para professor titular.

*Gráfico 11 – Relação de membros por gênero e departamento nas comissões julgadoras de concursos para docentes na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

Um outro exemplo é o Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD). De 2008 a 2017, apenas uma mulher – que não era professora do departamento – foi convidada a integrar as comissões julgadoras para concursos desse departamento, número que se torna ainda mais impactante quando se observa que, no mesmo período, 86 homens integraram as mesmas comissões. Nesses dez anos, foram aprovados 19 homens e apenas 4 mulheres nos concursos públicos do DFD.

Ao contrário do que pode parecer em um primeiro momento, não se trata de um ciclo: a ausência de mulheres no corpo docente não é o motivo que leva à ausência de mulheres nas comissões julgadoras. Há mulheres no corpo docente da faculdade que poderiam ser convidadas para participar das comissões, mas isso não acontece por preconceitos estruturais. Uma motivação estrutural e não meramente quantitativa pode ser confirmada diante da reserva de no mínimo três vagas da comissão julgadora para pessoas estranhas à Faculdade de Direito: não há como negar que há mulheres especialistas em todo o país, e o fato de que as mulheres compuseram apenas 13% das comissões nos últimos dez anos leva novamente à conclusão de



que a ausência de mulheres nesse espaço é resultado da profunda desigualdade de gênero enraizada na sociedade.

Outro indício de que a ausência de mulheres nesses espaços é resultado de desigualdades estruturais é o fato de que resultados semelhantes foram observados em pesquisa realizada com as comissões examinadoras do concurso para a magistratura federal:

“Os dados revelam que as mulheres têm sido histórica e acentuadamente excluídas das comissões examinadoras de concurso da magistratura. Considerando que o ponto de partida da carreira é masculino, a maior parte das vagas, automaticamente preenchidas por disposição regimental dos tribunais, tende a ser ocupada por juízes homens. Porém, para além das disposições normativas, persiste um problema severo de discriminação. Mulheres poderiam ser convidadas para compor as bancas através das vagas destinadas aos advogados ou à academia ou as disposições regimentais poderiam encontrar mecanismos que, ao menos, garantissem a participação de mulheres na proporção que elas existem na carreira. Nada disto tem ocorrido e a exclusão não tem chamado a atenção no âmbito interno da magistratura” (Alves, 2017, p. 358).

Nas diversas áreas de atuação do Direito, a ausência de mulheres nos espaços de poder e de tomada de decisões apresenta-se como uma constante. Longe de ser um problema concentrado apenas na Faculdade de Direito da USP, aparece mais como um reflexo das desigualdades de gênero da sociedade dentro do universo particular da universidade. A conformação de espaços institucionais a figuras masculinas apenas reforça a ideia de que existem discriminações na nossa sociedade que permeiam, de formas talvez não tão palpáveis para a maior parte das pessoas – mas com certeza de uma forma nada sutil para as mulheres –, a trajetória acadêmica das mulheres dentro da faculdade.

Por fim, duas observações em relação aos dados analisados quanto às comissões julgadoras devem ser feitas.

Primeiro, os dados levantados não mostraram grande variação entre o número de mulheres para os concursos de professor doutor, livre-docência e professor titular. O primeiro contou com 12% de participação feminina, enquanto os dois últimos contaram com 14% de mulheres nas comissões julgadoras.

Segundo, o espaço amostral estudado não permitiu concluir se a presença de mulheres nas comissões julgadoras pode contribuir para a aprovação de mulheres nos concursos públicos para a carreira docente na Faculdade de Direito da USP. Do total de 33 professoras aprovadas nos concursos públicos dos últimos dez anos, 55% contaram com a presença de mulheres na comissão julgadora. A análise de um espaço amostral maior, que permita o estudo do impacto de mulheres na comissão julgadora para o resultado dos concursos, é uma possível agenda de pesquisa para o futuro.

#### **5.4. CONCENTRAÇÃO HORIZONTAL: DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS DIFERENTES ÁREAS DE CONHECIMENTO**

Os concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da USP são voltados para cada um de seus 9 departamentos: Direito Comercial (DCO); Direito Civil (DCV); Direito Econômico, Financeiro e Tributário (DEF); Direito do Estado (DES); Filosofia e Teoria Geral do Direito (DFD); Direito Internacional e Comparado (DIN); Direito Processual (DPC); Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia (DPM); e Direito do Trabalho e da Seguridade Social (DTB). Cada departamento é organizado por áreas de especialização e possui um corpo docente próprio, além de uma chefia e uma secretaria. É competência do departamento definir as disciplinas que serão oferecidas no curso da faculdade, com a aprovação das comissões de graduação e pós-graduação<sup>14</sup>.

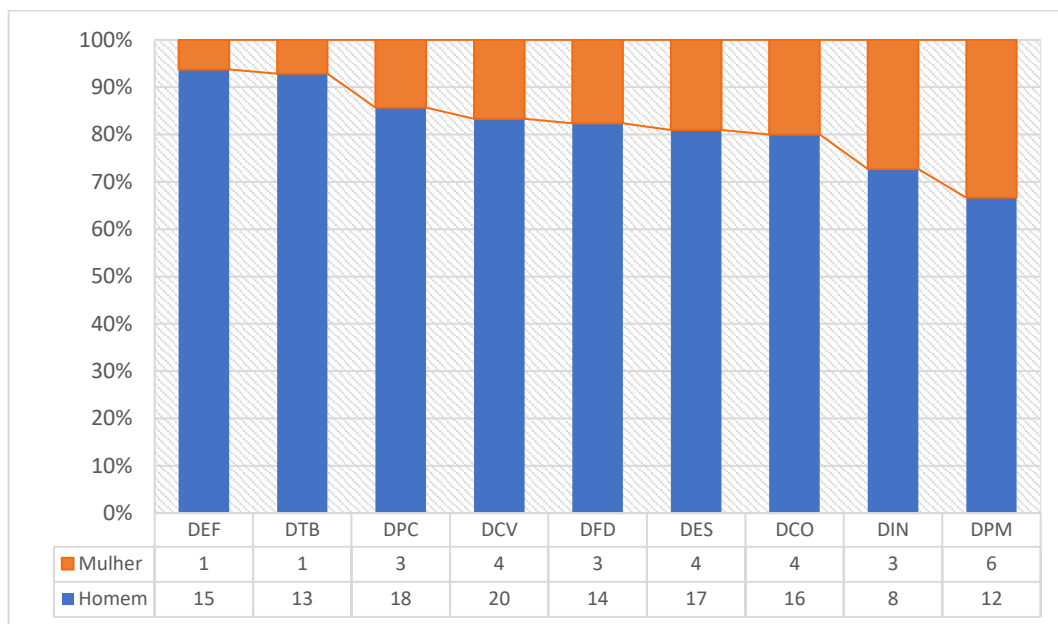
As mulheres estão espalhadas de maneira heterogênea pelos diferentes departamentos do corpo docente da faculdade, mas são, de maneira constante, minorias: nunca ultrapassam a casa dos 30% em relação aos homens [Gráfico 12]. Dessa maneira, diferente da hipótese inicial de que existiriam departamentos mais feminizados do que outros, a Faculdade de Direito não possui nenhum departamento “feminino”, já que todos são constituídos, em sua grande e expressiva maioria, por homens.

Os departamentos que possuem o maior número de mulheres são o DPM e o DIN, com 33% e 27% de professoras, respectivamente. No outro extremo, os departamentos que contam com o menor número de mulheres são o DEF e o DTB, com apenas uma professora dentre todos os docentes – o que representa, respectivamente, 6% e 7% do departamento.

---

<sup>14</sup> Disponível em: < [http://www.direito.usp.br/index\\_departamentos\\_01.php](http://www.direito.usp.br/index_departamentos_01.php)>. Acesso em 27 mai. 2019.

Gráfico 12 – Relação de docentes por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP em 2017



Fonte: elaboração própria.

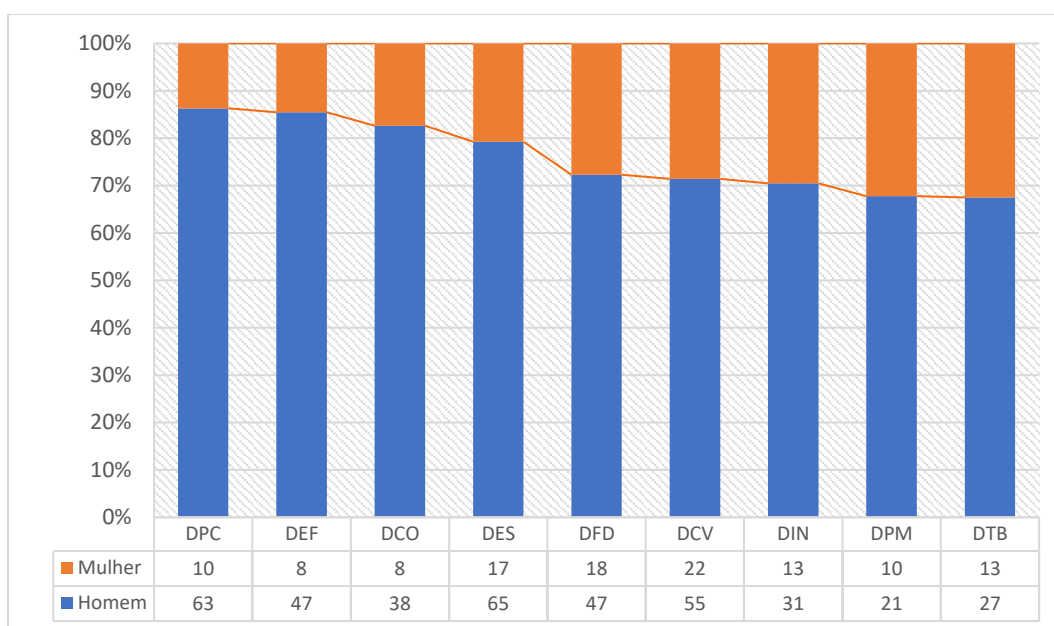
De maneira semelhante à pesquisa realizada entre o corpo docente da Unicamp (Moschkovich; Almeida, 2015), a análise da distribuição de docentes por gênero pelos departamentos da faculdade revelou que as áreas mais masculinizadas são pouco permeáveis às docentes do gênero feminino, o que sustenta a percepção de que a inserção de mulheres em áreas predominantemente masculinas é dificultada – enquanto o contrário não foi verificado.

A título exemplificativo, o DTB conta com apenas uma professora dentre o número total de 14 docentes. Nos últimos dez anos, foram realizados 7 concursos para o departamento, 4 para o cargo de professor doutor e 3 para obtenção do título de livre-docência. Em um total de 40 inscritos, havia 27 homens e 13 mulheres: uma proporção não tão alarmante de 33% de mulheres, que representa, inclusive, a maior porcentagem de mulheres inscritas dentre todos os departamentos no período analisado. No entanto, todos os 9 aprovados nos concursos eram do gênero masculino, o que demonstra que, mesmo contando com a maior taxa de inscrição feminina ao longo dos últimos dez anos, o departamento não abriu espaço para a inserção de novas professoras em seu corpo docente desde 2008. Deve-se observar que, para a formação das comissões julgadoras, o departamento indicou um total de 32 homens e apenas 3 mulheres, contribuindo ainda mais para a exclusão de professoras desse espaço.

Com exceção do caso do DTB, a análise das taxas de inscrição por departamento nos últimos dez anos pode corroborar a hipótese de que as mulheres tendem a se inscrever nos concursos públicos para departamentos que já contam com um número mais expressivo de

mulheres em seu corpo docente [Gráfico 13]. Depois do DTB, os dois departamentos com maior número de mulheres inscritas foi o DPM, com 32%, e o DIN, com 30%, justamente os departamentos com o maior número de professoras na faculdade. Por outro lado, o DEF e o DPC, departamentos que, junto com o DTB, apresentam os menores índices de mulheres no corpo docente, contaram com a inscrição de apenas 14% de mulheres para os seus concursos públicos. No entanto, deve-se ressaltar que o espaço amostral analisado, com apenas nove departamentos, não foi suficiente para a confirmação da hipótese levantada.

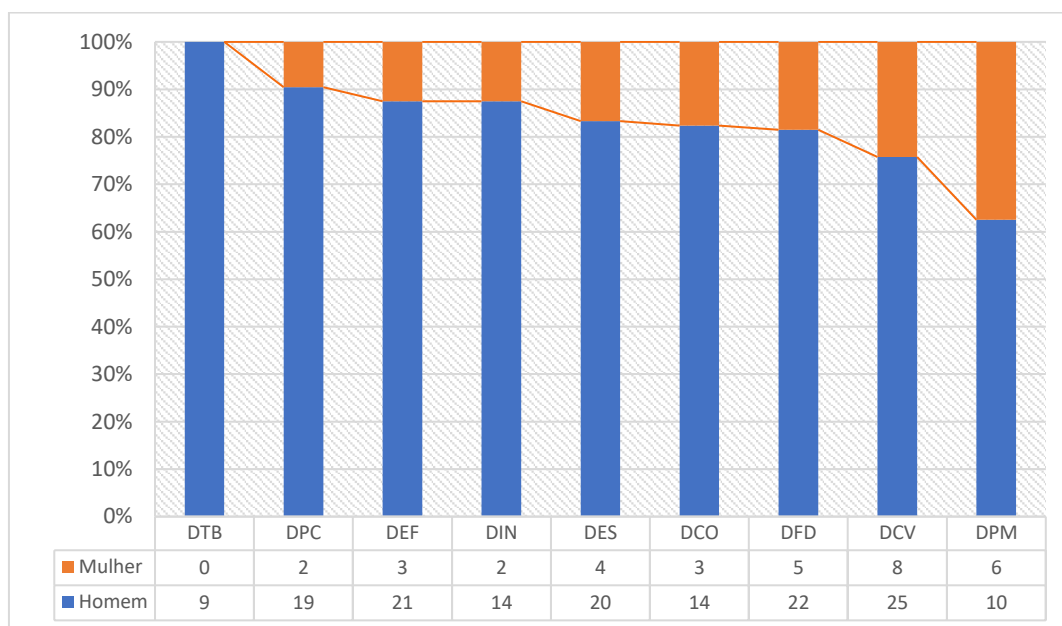
*Gráfico 13 – Relação de candidatos inscritos por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP em 2017*



Fonte: elaboração própria.

A análise dos candidatos vencedores revela, à primeira vista, uma relação direta entre o índice de aprovação de mulheres e a quantidade de professoras que integra cada departamento [Gráfico 14]. Isso porque o departamento que apresentava o maior número de professoras – o DPM – foi o que aprovou o maior número de mulheres em seus concursos, enquanto o departamento com o menor número de professoras – o DTB – não aprovou sequer uma mulher nos últimos dez anos de concursos públicos para a carreira docente na faculdade.

Gráfico 14 – Relação de candidatas vencedoras por gênero e departamento na Faculdade de Direito da USP, de 2008 a 2017



Fonte: elaboração própria.

A análise completa dos dados, no entanto, mostra que isso não é uma regra absoluta: o DIN, que contava com o segundo maior número de mulheres em seu corpo docente, aprovou apenas 2 mulheres de 2008 a 2017, sendo que, no mesmo período, aprovou 14 homens. Dessa forma, observa-se que mesmo nos departamentos com expressivo número de professoras, bem como de mulheres inscritas, ainda há uma barreira que impede o ingresso de mulheres nos quadros docentes da Faculdade de Direito da USP.

### 5.5. CONCENTRAÇÃO VERTICAL POR CARGOS: O “TETO DE VIDRO” NO INÍCIO DA CARREIRA

A análise do gênero no contexto do ensino jurídico aborda, de modo recorrente, as barreiras relacionadas ao gênero que as mulheres enfrentam, seja para ascender a posições mais elevadas na carreira, seja na vivência cotidiana de seus trabalhos. Isso porque o Direito, sendo um campo “já consolidado e masculinamente consolidado” (Barbalho, 2008), oferece maiores desafios e esforços para as mulheres. Dentre essas barreiras, podemos identificar a segregação horizontal, resultado da concentração de mulheres em áreas que reproduzem estereótipos femininos e constituem uma extensão da vida doméstica (item 5.4, *supra*), e a segregação vertical, com a restrição do acesso de mulheres às posições mais elevadas da carreira hierárquica (Maruani, 2006). A segregação vertical é muitas vezes denominada pela literatura de “teto de vidro” (*glass ceiling*), de modo a ilustrar a barreira invisível que, apesar de oferecer

uma aparente igualdade de oportunidades na progressão de carreira, inibe sistemática e estruturalmente o acesso de mulheres aos cargos mais altos da hierarquia profissional.

O teto de vidro está presente nas diversas facetas profissionais do Direito, como na advocacia e na magistratura (Alves, 2017; Barbalho, 2008; Bonelli, 2013) – e na docência não é diferente. Estudos realizados em universidades públicas no Brasil (Moschkovich, 2012; Moschkovich; Almeida, 2015) mostram que a aparente igualdade de oportunidades dos concursos públicos para a carreira docente esconde desigualdades de gênero intrínsecas ao seu funcionamento que barram as mulheres nos diferentes degraus de ascensão às posições mais elevadas da docência. Os estudos e entrevistas realizados com professores da rede pública de ensino revelaram que a trajetória profissional dos docentes é fortemente marcada pelo gênero:

“Ora, mesmo se pudermos supor que as trajetórias daqueles homens que não chegaram a tal posição sejam tão atribuladas ou mais do que as trajetórias das mulheres, ainda assim estaríamos diante de uma situação desigual: nesse caso hipotético, ficaria claro que mesmo quando chegam ao ‘topo’, as mulheres passam por mais provações, ou talvez por provações mais intensas, enquanto as ‘barreiras’ de trajetória para os homens se limitariam àqueles que ‘ficaram para trás’.

Assim, tanto o peso dos filhos, quanto as barreiras que têm de ser superadas em outras esferas da vida doméstica e da vida profissional, podem ser consideradas como fontes de uma desigualdade de gênero. Tal desigualdade, porém, não parece poder ser explicada apenas pelo ambiente profissional, nem apenas pela esfera doméstica. Como vimos, ter filhos significa coisas diferente para homens e mulheres, já que os modelos hegemônicos de paternidade e maternidade assim o são. Esses modelos hegemônicos, que estão diretamente ligados a modelos de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’ no mundo, têm um efeito diferente nas possibilidades de ter filhos ao mesmo tempo em que se constrói uma carreira ‘de sucesso’.

Além disso, outras expectativas e exigências ligadas ao sistema de gênero também entram em jogo, criando barreiras para as mulheres que seus colegas homens em geral não precisam enfrentar. Segundo as entrevistas mostram, enquanto ser homem significa passar por certas provações e critérios ao longo da carreira, ser mulher significa não apenas passar por provações e critérios, mas ser julgada mais duramente sobre eles” (Moschkovich, 2012, p. 106).

Dessa forma, mesmo que as mulheres consigam finalmente chegar ao topo da carreira, suas trajetórias se mostram muito mais turbulentas pelos impactos que o “ser mulher” têm em suas vivências cotidianas – o que nunca foi uma realidade para os homens, já que os impactos de “ser homem” são, na verdade, positivos para as suas carreiras.

Pelo fato de terem de enfrentar barreiras semelhantes e estarem constantemente sujeitas a provações e julgamentos, verificou-se também uma relação entre a feminização do corpo docente e as chances de ascensão às posições mais altas da carreira (Moschkovich, 2012, p. 769) – um reflexo positivo das dinâmicas de gênero que poderia impulsionar as mulheres na carreira.

Os dados levantados em relação ao corpo docente da Faculdade de Direito da USP indicam uma semelhança com o contexto verificado em outras universidades públicas brasileiras. Em 2017, a faculdade possuía 165 professores, dentre os quais apenas 30 eram mulheres – uma porcentagem de 18%. Dentre os 40 professores titulares, 6 eram mulheres; dentre os 58 professores associados, 12 eram mulheres; e dentre os 67 professores doutores, 12 eram mulheres. Dessa forma, observa-se que as mulheres são aproximadamente 20% das professoras doutoras e associadas, mas apenas 15% das professoras titulares da faculdade.

A comparação entre o número de inscritos e vencedores em todos os concursos demonstra que as mulheres são, em média, 23% dos inscritos e 19% dos vencedores. Especificamente em relação ao concurso para professor doutor, as mulheres são 24% dos inscritos e 15% dos vencedores. Já em relação aos concursos para livre docência, elas são 19% dos inscritos e 19% dos vencedores. Por fim, em relação ao concurso para professor titular, elas são 26% dos inscritos e 23% dos vencedores.

Esses dados revelam que o principal momento em que as mulheres são barradas na carreira docente é no ingresso – o que, conseqüentemente, impacta todos os outros degraus da carreira, já que para obter o título de titularidade é necessário ter o título de livre docência, que, por sua vez, exige a obtenção do título de doutor. Nos últimos dez anos, 380 candidatos se inscreveram no concurso para o cargo de professor doutor: desses, 289 eram homens e apenas 91 eram mulheres. O resultado final é ainda mais desproporcional: entre os vencedores, 68 eram homens e somente 12 eram mulheres.

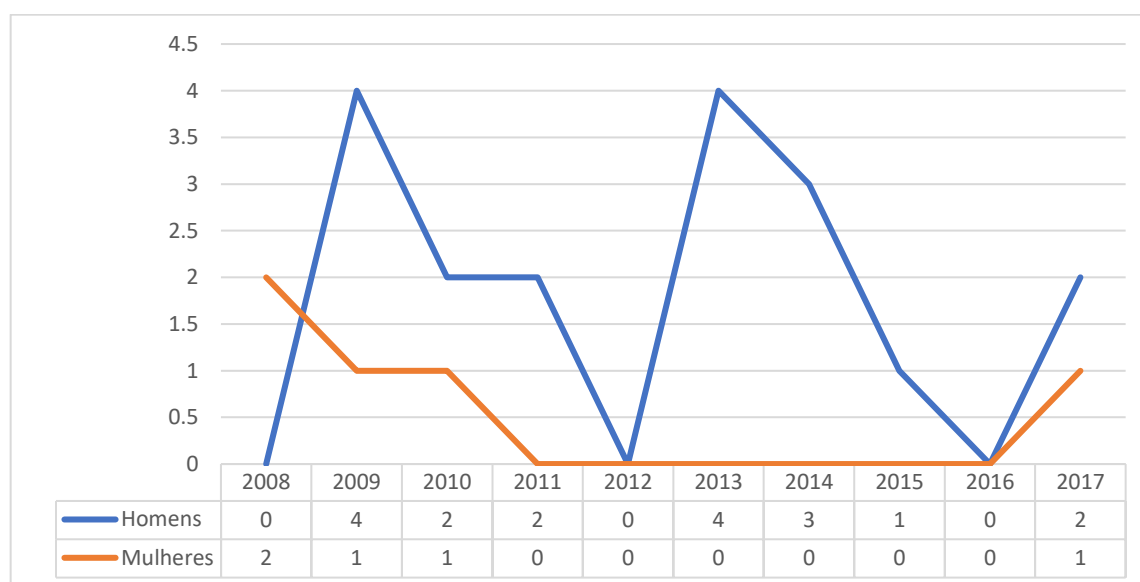
Como já exposto anteriormente (item 5.1, supra), podem existir inúmeras explicações para o baixo número de mulheres inscritas nos concursos de ingresso da carreira docente, tais como os estereótipos de gênero atrelados à profissão e a falta de representatividade entre os professores da faculdade. No entanto, afastando-se das motivações e focando no impacto desses números, observa-se que entre o doutorado e o ingresso na carreira docente, perde-se um número significativo de mulheres para a carreira acadêmica.

Os números são tão baixos que nem mesmo o fato de que quase todas as inscritas no próximo degrau – a livre-docência – foram aprovadas é suficiente para equilibrar a equação. De 2008 a 2017, das 17 mulheres inscritas no concurso para livre-docência, 16 foram aprovadas. No mesmo período, dos 73 homens inscritos, 68 foram aprovados. A livre-docência parece ser a etapa mais equilibrada em relação à proporção entre candidatos inscritos e aprovados. Isso porque não há uma verdadeira competição entre os candidatos, já que a livre-docência é uma etapa de concessão de título na progressão da carreira – diferente dos concursos para cargos de professor doutor e titular, em que há uma verdadeira disputa entre os diversos candidatos

inscritos por apenas uma vaga, e onde pode haver uma maior interferência da subjetividade da comissão julgadora na escolha do vencedor. Isso pode justificar a maior porcentagem de professoras associadas na faculdade do que em todos os outros degraus da carreira: elas são 18% das professoras doutoras, 21% das associadas e 15% das titulares.

No último degrau da carreira, há um nítido reflexo do baixo número de mulheres que conseguiram vencer as etapas iniciais para chegar ao topo: em dez anos, apenas 5 mulheres obtiveram o título de professoras titulares da faculdade, de um total de 24 vencedores. Das 5 mulheres, 4 obtiveram o título entre os anos de 2008 e 2010, e 1 obteve o título no final de 2017. Isso significa que, entre 2011 e 2016, nenhuma mulher venceu o concurso de titularidade da faculdade – enquanto, no mesmo período, 10 homens venceram [Gráfico 15].

*Gráfico 15 – Relação dos vencedores dos concursos públicos para o cargo de professor titular por gênero de 2008 a 2017 na Faculdade de Direito da USP*

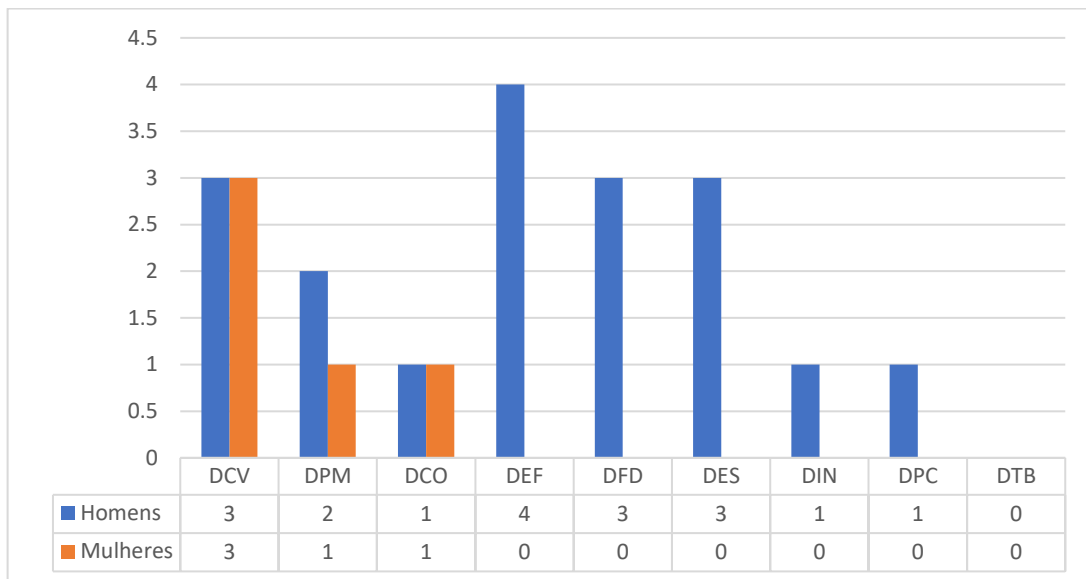


Fonte: elaboração própria.

As mulheres que conquistaram a titularidade nos últimos dez anos concentraram-se em 3 departamentos: DCV, DPM e DCO [Gráfico 16]. O DPM, como já exposto ([item 5.4, supra](#)), é o departamento com o maior número de mulheres na faculdade, com 33% de professoras no seu corpo docente. Já o DCO possui 25% de professoras e o DCV, 20% [Gráfico 12]. Considerando-se a média de 18% de professoras no corpo docente da faculdade, todos os departamentos que aprovaram mulheres como professoras titulares nos últimos dez anos apresentavam uma porcentagem acima da média de mulheres no seu corpo docente, contribuindo para a confirmação da hipótese de que existe uma relação entre a feminização do corpo docente e as chances de ascensão nas posições mais altas da carreira.



*Gráfico 16 – Relação dos vencedores dos concursos públicos para o cargo de professor titular por gênero e por departamento de 2008 a 2017 na Faculdade de Direito da USP*



Fonte: elaboração própria.

Dessa forma, não há um “teto de vidro” em relação aos cargos mais altos da docência, mas sim logo no ingresso das mulheres na carreira docente. O baixo número de professoras titulares, portanto, se justifica pelo baixo número de professoras doutoras e associadas, como um reflexo da dificuldade de inserção das mulheres no espaço da docência. Essa dificuldade não se revela apenas nos dados referentes aos concursos dos últimos dez anos, mas também nas entrevistas realizadas com as professoras da Faculdade de Direito da USP:

“Se existe uma certa, ou existia uma certa igualdade no ingresso na carreira, isso não ocorre na ascensão. Em muitas oportunidades eu tive um sentimento, que pode ser apenas um reflexo dos meus complexos, de que ‘que mais ela quer?’. É como se houvesse a frase ‘que mais ela quer?’. Ela já é professora, ela já é advogada, ela já é doutora, que mais ela quer? Esse clima pra mim foi muito palpável quando eu prestei o concurso para livre docente. Era como se eu tivesse já chegado onde era para eu chegar. Então, assim, eu tive essa sensação, de alguns comentários, a falta de apoio de muitas pessoas, entendeu? Outras apoiaram, apoiaram, mas a falta de apoio, a demora pra marcar o meu concurso... Hoje, com 40 anos, eu posso dizer com toda a convicção: para uma mulher brilhar na vida acadêmica, ela tem que se dedicar no mínimo três vezes mais do que qualquer homem. Ela tem que estudar mais, ela tem que abrir mão de mais coisas, na sua vida pessoal, lazer, e tudo mais, para ela poder ter uma ascensão equivalente à do homem”.

“Quando nós fomos olhar os cargos de chefia ou quando nós fomos olhar os postos de docente ou pesquisador que são realmente capazes de formar opinião, de incidir sobre os destinos da formação, bom, aqui nós vamos ter um número menor de mulheres. Porque a questão é essa, a mulher já ocupou um espaço extraordinário, mas ela ainda não ocupou os espaços de direção. Os espaços de tomada de decisão, particularmente na nossa área, ainda são quase que monopolizados ou, em todo caso, ainda há uma grande maioria de homens

nos locais em que se exerce o poder. São esses estereótipos que se busca colar à mulher pra evitar que ela ocupe o espaço público, pra evitar que ela se veja como um protagonista na realização da nossa história” (Mulheres e docência, 2014).

Atualmente, essas 6 professoras titulares constituem a única fonte de representatividade feminina em espaços de poder da Faculdade de Direito da USP, frente aos outros 34 professores titulares e o diretor, todas figuras masculinas. A constatação de que nos últimos dez anos os concursos públicos aprovaram 18 homens e apenas 6 mulheres revela que a Faculdade de Direito da USP está sistematicamente afastando professoras das posições mais elevadas da hierarquia docente.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criada em 1827, a Faculdade de Direito da USP é berço de simbolismos e tradições. Não apenas a sua estrutura física é a materialização dos ideais que permearam sua criação, mas a composição de seus corpos discente e docente é reflexo de uma instituição essencialmente masculina, criada por homens para homens com o objetivo de moldar o ideal de cidadão que serviria à burocracia estatal na época imperial. Essa essência, visível a olhos nus, está em toda parte: nas arcadas com os nomes dos antigos alunos, nos bustos e estátuas masculinas, nas salas batizadas com os nomes e quadros dos antigos professores, e, principalmente, no fato de que 60% dos estudantes e 82% dos professores são homens.

A inclusão de mulheres na faculdade acontece em marcha lenta: muitos sabem que Maria Augusta Saraiva foi a primeira aluna a se formar no Largo de São Francisco em 1902, mas poucos sabem que, até 1930, as arcadas receberam apenas outras oito mulheres. Mais lento do que o ingresso de alunas foi o de professoras. Esther de Figueiredo Ferraz foi a primeira docente mulher da faculdade, em 1948. Nair Lemos Gonçalves foi a primeira professora titular, em 1970. E Ivette Senise Ferreira, a primeira – e única – diretora da faculdade, em 1998.

A faculdade comemorou seus 192 anos de existência sendo palco de inúmeras transformações sociais para o país, mas poucas foram as transformações internas que sofreu no sentido de atingir a paridade de gênero dentro espaço que circunda suas arcadas. Apesar de as mulheres já serem a maioria do alunado nos cursos de Direito do país, são apenas 41% dos “franciscanos”. No mesmo sentido, as professoras de Direito da rede pública de ensino representam 36% do número total de docentes, mas na Faculdade de Direito da USP esse número cai pela metade: em 2017, dos 165 professores, somente 30 eram mulheres. Não só o reduzido número de professoras em relação ao número total de docentes, mas também a relação inversamente proporcional de professoras em relação aos cargos mais altos da docência revela uma dificuldade na ascensão da carreira, já que, dentre os 40 professores titulares, somente 6 são mulheres.

A análise dos dados dos concursos públicos de 2008 a 2017 revelou, essencialmente, que pouca coisa mudou nos últimos dez anos em relação às desigualdades de gênero intrínsecas à estrutura da faculdade.

Os 145 concursos realizados contaram com a inscrição de 513 candidatos, sendo que as mulheres eram apenas 23% desse total. No período analisado, a variação de mulheres inscritas foi de 0,04%, o que significa que, em dez anos, não houve qualquer aumento na inscrição de mulheres, apesar de o número de doutoras estar aumentando continuamente. Além disso, a

proporção entre as inscrições e os resultados dos concursos mostram que a ausência de mulheres no corpo docente da faculdade não se dá unicamente pelo baixo número de mulheres que se inscrevem nos concursos. Dos 394 homens inscritos, 153 foram vencedores – uma porcentagem de 38%. Já entre as mulheres, das 119 inscritas, apenas 33 foram vencedoras – uma porcentagem significativamente mais baixa, de 27%. Há uma barreira para a aprovação de mulheres nos concursos públicos da faculdade, que pode ser verificada pelo fato de que, de 2014 a 2017, apenas uma mulher venceu os concursos, enquanto, no mesmo período, 21 homens foram aprovados.

Um dos fatores que pode explicar essa barreira são as regras do Regimento Geral da USP e do Regimento Interno da Faculdade de Direito da USP, que poderiam ser revisados para atender às necessidades das mulheres e tornar os concursos mais objetivos e justos. Em primeiro lugar, o sorteio do ponto que será abordado pelos candidatos na prova escrita é realizado vinte e quatro horas antes da prova. Apesar de parecer uma previsão inofensiva, essa regra pode vir a penalizar as mulheres que têm de conciliar a vida profissional, acadêmica e pessoal, já que muitas vezes são as principais responsáveis por cuidar dos filhos do casal. A incompatibilidade entre as exigências impostas pelo mercado de trabalho para a construção da carreira e pelo gênero para o desempenho das tarefas domésticas foi expressamente registrado por diversas professoras da faculdade, que relataram como a sobrecarga, além de constituir uma intensa provação nas suas carreiras, foi objeto constante de julgamentos pelos seus colegas e pela sociedade, de modo geral. Em segundo lugar, as provas escritas não são anônimas, o que relativiza a imparcialidade do concurso nesse ponto. Em terceiro lugar, para a prova pública de arguição do memorial e dos títulos não há qualquer tipo de definição prévia sobre os fatores analisados, de forma a permitir que a comissão julgadora tenha total discricionariedade para selecionar os tipos de atividade que consideram mais relevantes, em detrimento de outras. Em terceiro lugar, não há um parâmetro definido para as notas atribuídas, de forma a mais uma vez abrir espaço para a discricionariedade da comissão julgadora. Por fim, o critério objetivo das notas é abandonado na fase final do concurso, pois vence o candidato que tiver o maior número de indicações pela comissão julgadora.

Todos esses fatores ganham relevância no contexto do questionamento da suposta imparcialidade e objetividade dos concursos públicos, porque a ideia de imparcialidade é, na realidade, utilizada para mascarar o modo pelo qual as perspectivas particulares de grupos dominantes são transformadas no ponto de vista universal com o objetivo de negar qualquer tipo de diferença. Sendo as comissões julgadoras dos últimos dez anos formadas por 87% de homens, conclui-se que a perspectiva privilegiada é a do gênero masculino, em detrimento do

feminino. De 2008 a 2017, foram realizadas 94 indicações de mulheres para a composição das comissões julgadoras, enquanto, no mesmo período, 619 indicações foram masculinas – o que significa que as mulheres compuseram aproximadamente 13% das comissões nos últimos dez anos.

A constatação de dados semelhantes nas comissões examinadoras dos concursos públicos para a magistratura federal – que conta com aproximadamente 10% de mulheres –, levou à formulação de uma petição pública aos conselheiros do Conselho Nacional de Justiça (“CNJ”) com o pedido de alteração da redação do artigo 19 da Resolução n. 75/2009 do CNJ, que regula os concursos para ingresso na magistratura, de modo a prever expressamente a paridade de gênero nas comissões<sup>15</sup>:

“§2º. Independentemente de normas regimentais em sentido contrário, o Tribunal organizador do concurso deve garantir a paridade entre homens e mulheres no cômputo geral de membros titulares e suplentes da comissão examinadora, assegurando que, no mínimo, duas das vagas de integrantes titulares seja ocupada por representantes de cada um dos gêneros masculino e feminino”.

Considerando-se que houve um aumento de 3,3% de mulheres nas comissões julgadoras da Faculdade de Direito da USP nos últimos dez anos, seria necessário aguardar aproximadamente 117 anos para que, naturalmente, fosse atingida a paridade de gênero nesse espaço de poder. Dessa forma, previsão semelhante à proposta ao CNJ poderia ser incluída no Regimento Interno da Faculdade de Direito da USP, de modo a permitir que a paridade entre homens e mulheres seja atingida ainda nesse século.

Outro fator que pode explicar a barreira para a aprovação de mulheres nos concursos públicos é a distribuição de docentes por gênero nos diferentes departamentos da faculdade. Isso porque a masculinização não só do corpo docente como um todo, mas também de cada um dos nove departamentos revelou a ausência de áreas “femininas” dentro da faculdade, e permitiu observar que as áreas mais masculinizadas são pouco permeáveis à inserção de mulheres. O DTB, departamento que conta com apenas uma mulher dentre seus 14 docentes, foi o departamento com a maior taxa de inscrições femininas, mas não aprovou sequer uma mulher nos últimos dez anos. Já os departamentos que possuem o maior número de mulheres – DPM e DIN, com 33% e 27% de professoras, respectivamente –, foram o segundo e terceiro departamentos com o maior número de mulheres inscritas, sendo o DPM o departamento que mais aprovou mulheres de 2008 a 2017. Pode-se verificar, dessa maneira, que a presença de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://peticaopublica.com/?pi=cnjbancasconcurso>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

professoras no corpo docente pode influenciar a escolha das áreas de inscrição das mulheres, e impulsionar a sua inserção nesses espaços.

O último fator investigado para explicar a barreira de gênero nos concursos foi a segregação vertical de mulheres, que restringe seu acesso às posições mais elevadas da carreira docente. Os dados analisados revelaram que o principal momento em que as mulheres são excluídas da carreira docente é no seu ingresso, ou seja, nos concursos públicos para os cargos de professor doutor, o que impacta todos os outros degraus da carreira e resulta em uma participação ínfima de mulheres nos cargos de titularidade: entre 2008 e 2017, dos 24 vencedores dos concursos para professor titular, apenas 5 eram mulheres. Também se observou uma relação entre a feminização do corpo docente e as chances de ascensão às posições mais altas da carreira, já que as 5 mulheres aprovadas concentraram-se em apenas 3 departamentos, todos com uma porcentagem acima da média geral da faculdade de mulheres no corpo docente.

A constatação de que há uma dificuldade no ingresso e na ascensão de mulheres no corpo docente da Faculdade de Direito da USP deve servir a um propósito: o de visibilizar as desigualdades de gênero intrínsecas à faculdade e permitir que, a partir da sistematização dessas desigualdades, medidas institucionais possam ser tomadas para que esse cenário mude, diferente do que aconteceu desde 2008. A percepção de que o número de mulheres no corpo docente da faculdade não está sendo naturalmente alterado na velocidade que deveria para que a paridade de gênero seja alcançada pode ajudar no estudo de medidas que impulsionem a inserção de mulheres nesse espaço.

A representatividade de mulheres no espaço de detenção de poder e conhecimento pode impactar a formação de futuras alunas que, enxergando aquele espaço como tangível e inclusivo, se sentirão cada vez mais convidadas e incentivadas a dele fazer parte. A faculdade, enquanto local de luta e transformação social, deve se afastar da perpetuação de desigualdades sociais que, além de impedirem a criação de um campo de ideias mais democrático e diversificado, impacta diretamente na sensação de pertencimento das mulheres àquele espaço.

Assim, trazendo à tona as desigualdades de gênero que permeiam a trajetória acadêmica das mulheres dentro da Faculdade de Direito da USP, busca-se fomentar o debate sobre gênero no âmbito do ensino jurídico e construir, conjuntamente, processos de ingresso e progressão de carreira que ofereçam condições materialmente – e não formalmente – igualitárias para homens e mulheres.

## Referências

A PRIMEIRA titular das Arcadas, Nair Lemos Gonçalves. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 72, n. 1, pp. 425-449, 1 jan. 1977. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66807/69417>>. Acesso em 25 mai. 2019.

ADORNO, Sergio. **Os aprendizes do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ALCÂNTARA, M. de. Centenário do bacharelado de Maria Augusta Saraiva. **Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo**, São Paulo, n. 97, p. 745-752. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/rfdusp/article/view/67576>>. Acesso em 15 mai. 2019.

ALVES, Clara da Mota Santos Pimenta. Gênero, espaço público e poder: uma análise sobre a composição das comissões examinadoras de concurso da magistratura. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 352-370, 2017. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/download/29652/23676>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

BARBALHO, Rennê Martins. **A feminização das carreiras jurídicas**: construções identitárias de advogadas e juízas no âmbito do profissionalismo. 2008. 194 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/6663/2026.pdf?sequence=1>>. Acesso em 13 mai. 2019.

BARRETO, Andreia. A mulher no Ensino Superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 5-46, jul-dez 2014.

BLAY, Eva Alterman; LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **Mulheres na USP**: horizontes que se abrem. São Paulo: Humanitas, 2004.

BONELLI, Maria da Gloria. Docência do direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 94-120, mar. 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000100094&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100094&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 28 mai. 2019.

BONELLI, Maria da Glória. Profissionalismo, diferença e diversidade na advocacia e na magistratura paulistas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 83, p. 125-140, out. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n83/08.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2019.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPPI, Ricardo. A “teorização fundamentada nos dados”: um método possível na pesquisa empírica em Direito. *In*: Machado, Máira (Org). **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

CHAMBERLAIN, Mariam K. Faculty Women: Preparation, Participation, and Progress. *In*: CHAMBERLAIN, Mariam K. **Women in Academe: Progress and Prospects**. New York, Russell Sage Foundation, 1988, pp. 255–274.

FERREIRA, Ivette Senise. Discurso de posse da Professora Ivette Senise Ferreira como Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 93, pp. 469-479, 1998. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/download/67415/70025/>>. Acesso em 13 mai. 2019.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, jan-jun 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

JENSEN, An-Magritt. The feminization of childhood. *In*: QVORTRUP, Jens *et al.* **Childhood Matters: social theory, practice and politics**. Averbury: European Centre Vienna, pp. 59-76, 1994.

KAUR, Rupi. **o que o sol faz com as flores**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2018.

LAPÈRRIÈRE, A. A teorização enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.



LEMAITRE, Julieta. El feminismo en la enseñanza del Derecho en los Estados Unidos: Estrategias para América Latina. **Academia: Revista sobre enseñanza del Derecho de Buenos Aires**, Buenos Aires, ano 3, n. 6, p. 175-192, 2005.

MACKINNON, Catharine A. Mainstreaming Feminism in Legal Education. **Journal of Legal Education**, v. 53, n. 2, pp. 199-212, jun. 2003.

MARUANI, Margaret. **Travail et emploi des femmes**. Paris: Découverte, 2006.

MOSCHKOVICH, Marília Bárbara Fernandes Garcia. **Teto de vidro ou paredes de fogo?: Um estudo sobre gênero na carreira acadêmica e o caso da UNICAMP**. 2013. 159 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251113>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F. Desigualdades de gênero na carreira acadêmica no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, set. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582015000300749&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300749&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 mai. 2019.

NEDER CERZETTI, Sheila Christina *et al.* **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação, 2019. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000367420?posInSet=1&queryId=1c417657-0a26-422b-aa27-4cc9edbb753b>>. Acesso em: 28 mai. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, Heloisa Buarque; SZWAKO, José Eduardo. **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul-dez 1995.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo: cento e cinquenta anos de ensino jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1977.

YOUNG, Iris Marion. **Justice and the Politics of Difference**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

## Jornais

ANDRADE, Gilda Figueiredo Ferraz de. Professora Esther. Para mim, Tetê. **Conjur**, 25 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-nov-25/esther-figueiredo-ferraz-professora-advogada-ministra-amiga>>. Acesso em 13 mai. 2019.

BRASIL, SOZINHO, tem mais faculdades de Direito que todos os países. **OAB/ES**, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://www.oabes.org.br/noticias/brasil-sozinho-tem-mais-faculdades-de-direito-que-todos-os-paises-553164.html>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

OPHIR CONDENA excesso do número de faculdades autorizadas pelo MEC. **OAB/BA**, 19 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.oab-ba.org.br/single-noticias/noticia/ophir-condena-excesso-do-numero-de-faculdades-autorizadas-pelo-mec/?cHash=095d36838a41413aa3e32896e2a3f0cd>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

PAIVA, Gustavo. Ada Pellegrini Grinover: uma jurista que fez parte do processo de conquistas da mulher. **Revista Espaço Aberto** 170. Disponível em: <<https://www.usp.br/espacoaberto/?p=3784>>. Acesso em 13 mai. 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. As faces do machismo nas universidades. **Carta Capital**, 11 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-faces-do-machismo-nas-universidades-1174>>. Acesso em 25 mai. 2019.

## Regimentos

REITORIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Resolução nº 3.745, de 19 de outubro de 1990. Baixa o Regimento Geral da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 23 out. 1990. Disponível em: <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-3745-de-19-de-outubro-de-1990-t6>>. Acesso em 17.5.2019.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 5.377, de 6 de dezembro de 2006. Baixa o Regimento da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 8 dez. 2006. Disponível em <<http://www.leginf.usp.br/?resolucao=consolidada-resolucao-no-5377-de-05-de-dezembro-de-2006>>. Acesso em 17.5.2019.

### *Website*

**30 ANOS de Constituição no Clube do Bolinha:** uma festa entre homens brancos (HBs). 2018. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/11g-eISbK2I2njm4LL-xruGXKKmVp9LL5/view?fbclid=IwAR0oUd8Ln5A8kWXn2BQ39kBz-7iK8pNcZ01jUjfJboQfnNELH747x8rIqWQ1>>. Acesso em 20 mai. 2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da FGV.** Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo>>. Acesso em 13.5.2019.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Observatório do Ensino do Direito. **Ensino superior 2012:** instituições. Quem é o professor de Direito no Brasil. FGV Direito SP, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <[http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio\\_oed\\_out\\_2013quem\\_e\\_o\\_professor\\_de\\_direito\\_no\\_brasil.pdf](http://direitosp.fgv.br/sites/direitosp.fgv.br/files/arquivos/relatorio_oed_out_2013quem_e_o_professor_de_direito_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2019.

IBGE. **Estatísticas de gênero:** uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. 2010. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv88941.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais:** uma análise da condição de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2019.

MOVIMENTO RESGATE ARCADAS. **Mulheres e carreira: docência em foco.** 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NWTmsOVvBYA&t=754s>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

## Apêndices

## ANEXO I – Estatísticas sobre os estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período entre 1998 e 2017

17/05/2019

Tycho

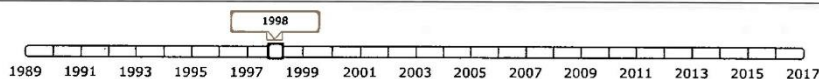


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



Indicador	em Números		Expandir tudo	
	1997	1998	1998	1999
Alunos Matriculados	-	-	-	3.284
Doutorado	-	-	-	261
Especiais	-	-	-	186
Graduação (1º semestre)	-	-	-	2.420
Homens	-	-	-	1.976 (60,17%)
Mestrado	-	-	-	417
Mulheres	-	-	-	1.308 (39,83%)
Pós-Graduação	-	-	-	678
Atividades Culturais e de Extensão				
Cursos extracurriculares	-	-	-	17
Eventos científicos e culturais	-	-	-	180
Participantes	-	-	-	110
Bibliotecas				
Acervo Físico	-	-	-	322.355
Circulação do Acervo	-	-	-	208.269
Concluintes e Títulos Outorgados	-	-	-	83
Doutorado	-	-	-	37
Mestrado	-	-	-	46
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	-	-	-	83
Dados Gerais				
Área edificada	-	-	-	22.549
Criada em	1.827	1.827	1.827	1.827
Docentes	-	-	-	130
Dedicação em tempo integral	-	-	-	16 (12,31%)
Homens	-	-	-	101 (77,69%)
Mulheres	-	-	-	29 (22,31%)
Titulação de Doutor ou acima	-	-	-	123 (94,62%)
Graduação				
Cursos oferecidos	-	-	-	1
Disciplinas ministradas (1º semestre)	-	-	-	69
Pós-Graduação				
Áreas de concentração	-	-	-	18
Áreas de Doutorado	-	-	-	9
Áreas de Mestrado	-	-	-	9
Produção Científica	-	-	-	377
No Brasil	-	-	-	367
No exterior	-	-	-	10
Técnicos-Administrativos	-	-	-	188
Homens	-	-	-	89 (47,34%)
Mulheres	-	-	-	99 (52,66%)
Nível: Básico	-	-	-	88 (46,81%)
Nível: Superior	-	-	-	15 (7,98%)
Nível: Técnico	-	-	-	85 (45,21%)

Processado em: 10/05/2019.

17/05/2019

Tycho

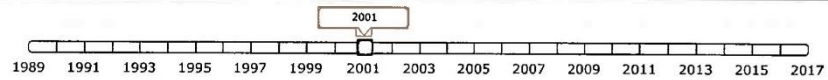


Universidade de São Paulo  
Brasil

Acesso Público  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

Acesso Restrito  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



Indicador	em Números		
	2000	2001	2002
<b>Alunos Matriculados</b>	3.259	3.110	3.096
Doutorado	269	272	271
Especiais	186	21	-
Graduação (1º semestre)	2.395	2.421	2.473
Homens	1.971 (60,48%)	1.901 (61,13%)	1.907 (61,6%)
Mestrado	409	396	352
Mulheres	1.288 (39,52%)	1.209 (38,87%)	1.189 (38,4%)
Pós-Graduação	678	668	623
<b>Atividades Culturais e de Extensão</b>			
Cursos extracurriculares	71	8	-
Eventos científicos e culturais	17	152	33
Participantes	389	701	-
<b>Bibliotecas</b>			
Acervo Físico	325.563	326.764	331.257
Circulação do Acervo	212.942	268.885	212.356
Frequência de Usuários das Bibliotecas	-	2.306	2.227
<b>Concluintes e Títulos Outorgados</b>			
Concluintes da Graduação	484	466	617
Doutorado	409	407	411
Mestrado	26	22	42
Mulheres	49	37	164
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	75	59	206
<b>Dados Gerais</b>			
Área edificada	22.549	22.549	22.549
Criada em	1.827	1.827	1.827
<b>Docentes</b>			
Dedicção em tempo integral	121	118	128
Homens	14 (11,57%)	11 (9,32%)	12 (9,38%)
Mulheres	93 (76,86%)	90 (76,27%)	99 (77,34%)
Titulação de Doutor ou acima	28 (23,14%)	28 (23,73%)	29 (22,66%)
117 (96,69%)	113 (95,76%)	124 (96,88%)	
<b>Graduação</b>			
Cursos oferecidos	1	6	6
Disciplinas ministradas (1º semestre)	71	70	71
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	460	460
<b>Pós-Graduação</b>			
Áreas de concentração	18	18	18
Áreas de Doutorado	9	9	9
Áreas de Mestrado	9	9	9
<b>Produção Científica</b>			
No Brasil	415	341	372
No exterior	410	337	371
5	4	1	
<b>Técnicos-Administrativos</b>			
Homens	183	190	188
Mulheres	86 (46,99%)	92 (48,42%)	94 (50%)
Nível: Básico	97 (53,01%)	98 (51,58%)	94 (50%)
Nível: Superior	85 (46,45%)	88 (46,32%)	88 (46,81%)
Nível: Técnico	15 (8,2%)	16 (8,42%)	15 (7,98%)
83 (45,36%)	86 (45,26%)	85 (45,21%)	

Processado em: 10/05/2019.

Créditos | Fale conosco  
© 1999 - 2019 - Superintendência de Tecnologia da Informação / Universidade de São Paulo

17/05/2019

Tycho

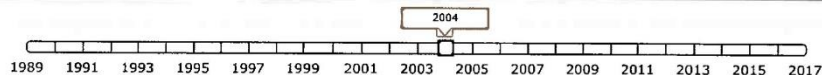


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



FD	em Números	Expandir tudo		Colapsar tudo
Indicador	2003	2004	2005	
Alunos Matriculados	3.284	3.296	3.277	
Doutorado	329	316	294	
Especiais	72	99	87	
Graduação (1º semestre)	2.500	2.486	2.432	
Homens	2.004 (61,02%)	2.043 (61,98%)	2.039 (62,22%)	
Mestrado	383	395	464	
Mulheres	1.280 (38,98%)	1.253 (38,02%)	1.238 (37,78%)	
Pós-Graduação	712	711	758	
Atividades Culturais e de Extensão				
Cursos extracurriculares	27	4	4	
Eventos científicos e culturais	137	219	28	
Participantes	209	1.042	319	
Bibliotecas				
Acervo Físico	339.727	343.448	353.399	
Circulação do Acervo	240.202	198.178	198.605	
Frequência de Usuários das Bibliotecas	1.978	2.035	2.022	
Concluintes e Títulos Outorgados	550	602	587	
Concluintes da Graduação	423	465	431	
Doutorado	55	78	62	
Mestrado	72	59	94	
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	127	137	156	
Dados Gerais				
Área edificada	22.549	22.549	22.549	
Criada em	1.827	1.827	1.827	
Docentes	136	136	136	
Dedicação em tempo integral	13 (9,56%)	12 (8,82%)	13 (9,56%)	
Homens	106 (77,94%)	107 (78,68%)	109 (80,15%)	
Mulheres	30 (22,06%)	29 (21,32%)	27 (19,85%)	
Titulação de Doutor ou acima	133 (97,79%)	133 (97,79%)	134 (98,53%)	
Graduação				
Cursos oferecidos	6	6	6	
Disciplinas ministradas (1º semestre)	73	74	72	
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	460	460	
Informática				
Impressoras	-	110	110	
Microcomputadores - total da USP	-	168	166	
Pós-Graduação				
Áreas de concentração	18	18	20	
Áreas de Doutorado	9	9	10	
Áreas de Mestrado	9	9	10	
Programas oferecidos	-	1	1	
Produção Científica	499	327	463	
No Brasil	485	324	459	
No exterior	14	3	4	
Técnicos-Administrativos	184	185	190	
Homens	92 (50%)	98 (52,97%)	103 (54,21%)	
Mulheres	92 (50%)	87 (47,03%)	87 (45,79%)	
Nível: Básico	84 (45,65%)	87 (47,03%)	87 (45,79%)	
Nível: Superior	15 (8,15%)	17 (9,19%)	18 (9,47%)	
Nível: Técnico	85 (46,2%)	81 (43,78%)	85 (44,74%)	

Processado em: 10/05/2019.

17/05/2019

Tycho

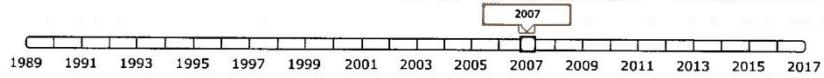


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



Indicador	2006	2007	2008
<b>Alunos Matriculados</b>	3.328	3.386	3.408
Doutorado	302	304	291
Especiais	106	133	144
Graduação (1º semestre)	2.419	2.425	2.444
Homens	2.061 (61,93%)	2.120 (62,61%)	2.099 (61,59%)
Mestrado	501	524	529
Mulheres	1.267 (38,07%)	1.266 (37,39%)	1.309 (38,41%)
Pós-Graduação	803	828	820
<b>Atividades Culturais e de Extensão</b>			
Cursos extracurriculares	2	4	7
Participantes	100	519	361
<b>Bibliotecas</b>			
Acervo Físico	359.136	363.523	368.485
Circulação do Acervo	190.742	171.872	178.804
Frequência de Usuários das Bibliotecas	1.926	1.921	1.854
<b>Concluintes e Títulos Outorgados</b>	598	584	606
Concluintes da Graduação	414	415	425
Doutorado	72	67	53
Mestrado	112	102	128
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	184	169	181
<b>Dados Gerais</b>			
Área edificada	22.549	22.549	25.146
Criada em	1.827	1.827	1.827
<b>Docentes</b>	133	128	145
Dedicação em tempo integral	14 (10,53%)	14 (10,94%)	17 (11,72%)
Homens	105 (78,95%)	102 (79,69%)	115 (79,31%)
Mulheres	28 (21,05%)	26 (20,31%)	30 (20,69%)
Titulação de Doutor ou acima	131 (98,5%)	128 (100%)	144 (99,31%)
<b>Graduação</b>			
Cursos oferecidos	6	6	7
Disciplinas ministradas (1º semestre)	75	75	78
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	460	460
<b>Informática</b>			
Impressoras	126	102	98
Microcomputadores - total da USP	264	212	245
<b>Pós-Graduação</b>			
Áreas de concentração	20	20	20
Áreas de Doutorado	10	10	10
Áreas de Mestrado	10	10	10
Avaliação CAPES - Nota 6	-	1	1
Programas oferecidos	1	1	1
<b>Prêmios e outras distinções recebidas por Docentes</b>			
No Brasil e exterior	-	32	23
<b>Produção Científica</b>	332	204	276
No Brasil	329	199	274
No exterior	3	5	2
<b>Técnicos-Administrativos</b>	183	184	183
Homens	95 (51,91%)	97 (52,72%)	96 (52,46%)
Mulheres	88 (48,09%)	87 (47,28%)	87 (47,54%)
Nível: Básico	81 (44,26%)	79 (42,93%)	80 (43,72%)
Nível: Superior	21 (11,48%)	22 (11,96%)	21 (11,48%)
Nível: Técnico	81 (44,26%)	83 (45,11%)	82 (44,81%)

<https://uspdigital.usp.br/tycho/listarUnidadeNumeros?codmnu=4201>

1/2

17/05/2019

Tycho

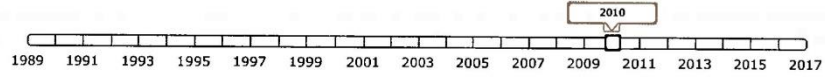


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



FD	em Números	Expandir tudo		Colapsar tudo
Indicador	2009	2010	2011	
<b>Alunos Matriculados</b>	3.460	3.618	3.815	
Doutorado	356	384	451	
Especiais	182	211	217	
<b>Graduação (1º semestre)</b>	2.434	2.439	2.423	
Homens	2.136 (61,73%)	2.192 (60,59%)	2.283 (59,84%)	
Mestrado	488	584	724	
Mulheres	1.324 (38,27%)	1.426 (39,41%)	1.532 (40,16%)	
Pós-Graduação	844	968	1.175	
<b>Atividades Culturais e de Extensão</b>				
Cursos extracurriculares	3	5	3	
Participantes	165	639	526	
<b>Bibliotecas</b>				
Acervo Físico	372.827	376.004	360.496	
Circulação do Acervo	175.182	46.234	117.581	
Frequência de Usuários das Bibliotecas	1.705	1.898	-	
<b>Concluintes e Títulos Outorgados</b>	620	651	592	
Concluintes da Graduação	424	438	415	
Doutorado	69	78	58	
Mestrado	127	135	119	
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	196	213	177	
<b>Dados Gerais</b>				
Área edificada	25.146	25.146	25.894	
Criada em	1.827	1.827	1.827	
<b>Docentes</b>	158	165	157	
Dedicação em tempo integral	19 (12,03%)	21 (12,73%)	22 (14,01%)	
Homens	125 (79,11%)	132 (80%)	127 (80,89%)	
Mulheres	33 (20,89%)	33 (20%)	30 (19,11%)	
Titulação de Doutor ou acima	157 (99,37%)	164 (99,39%)	157 (100%)	
<b>Graduação</b>				
Cursos oferecidos	7	7	6	
Disciplinas ministradas (1º semestre)	77	82	78	
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	460	460	
<b>Informática</b>				
Impressoras	95	90	72	
Microcomputadores - total da USP	249	249	245	
<b>Pós-Graduação</b>				
Áreas de concentração	20	20	21	
Áreas de Doutorado	10	10	10	
Áreas de Mestrado	10	10	11	
Avaliação CAPES - Nota 6	1	1	1	
Programas oferecidos	1	1	1	
<b>Prêmios e outras distinções recebidas por Docentes</b>				
No Brasil e exterior	21	18	19	
<b>Produção Científica</b>	271	392	100	
No Brasil	268	389	99	
No exterior	3	3	1	
<b>Técnicos-Administrativos</b>	178	186	181	
Homens	93 (52,25%)	100 (53,76%)	97 (53,59%)	
Mulheres	85 (47,75%)	86 (46,24%)	84 (46,41%)	
Nível: Básico	80 (44,94%)	84 (45,16%)	81 (44,75%)	
Nível: Superior	20 (11,24%)	23 (12,37%)	23 (12,71%)	
Nível: Técnico	78 (43,82%)	79 (42,47%)	77 (42,54%)	



17/05/2019

Tycho

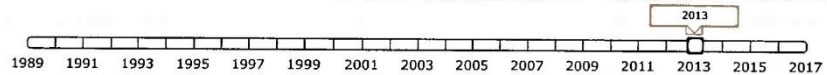


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



Indicador	Expandir tudo			Colapsar tudo
	2012	2013	2014	
<b>Alunos Matriculados</b>	3.914	4.164	4.274	
Doutorado	488	511	540	
Especiais	227	269	374	
Graduação (1º semestre)	2.442	2.466	2.445	
Homens	2.362 (60,35%)	2.480 (59,56%)	2.548 (59,62%)	
Mestrado	757	918	915	
Mulheres	1.552 (39,65%)	1.684 (40,44%)	1.726 (40,38%)	
Pós-Graduação	1.245	1.429	1.455	
<b>Atividades Culturais e de Extensão</b>				
Cursos extracurriculares	2	1	-	
Participantes	78	48	-	
<b>Bibliotecas</b>				
Acervo Físico	326.980	340.883	345.367	
Circulação do Acervo	107.005	85.249	89.692	
Frequência de Usuários das Bibliotecas	52.487	54.400	32.380	
<b>Concluintes e Títulos Outorgados</b>	656	768	714	
Concluintes da Graduação	421	429	398	
Doutorado	109	105	101	
Mestrado	126	234	215	
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	235	339	316	
<b>Dados Gerais</b>				
Área edificada	25.889	25.894	25.894	
Criada em	1.827	1.827	1.827	
<b>Docentes</b>	154	158	163	
Dedicação em tempo integral	21 (13,64%)	24 (15,19%)	24 (14,72%)	
Homens	126 (81,82%)	130 (82,28%)	134 (82,21%)	
Mulheres	28 (18,18%)	28 (17,72%)	29 (17,79%)	
Titulação de Doutor ou acima	154 (100%)	158 (100%)	163 (100%)	
<b>Graduação</b>				
Cursos oferecidos	4	4	4	
Disciplinas ministradas (1º semestre)	86	92	105	
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	460	460	
<b>Informática</b>				
Impressoras	61	56	47	
Microcomputadores - total da USP	325	317	204	
<b>Pós-Graduação</b>				
Áreas de concentração	21	21	21	
Áreas de Doutorado	10	10	10	
Áreas de Mestrado	11	11	11	
Avaliação CAPES - Nota 6	1	1	1	
Programas oferecidos	1	1	1	
<b>Prêmios e outras distinções recebidas por Docentes</b>				
No Brasil e exterior	16	22	11	
<b>Produção Científica</b>	240	396	240	
No Brasil	235	390	236	
No exterior	5	6	4	
<b>Técnicos-Administrativos</b>	182	174	169	
Homens	98 (53,85%)	93 (53,45%)	92 (54,44%)	
Mulheres	84 (46,15%)	81 (46,55%)	77 (45,56%)	
Nível: Básico	80 (43,96%)	77 (44,25%)	74 (43,79%)	
Nível: Superior	23 (12,64%)	22 (12,64%)	21 (12,43%)	
Nível: Técnico	79 (43,41%)	75 (43,1%)	74 (43,79%)	

<https://uspdigital.usp.br/tycho/listarUnidadeNumeros?codmnu=4201>

1/2

17/05/2019

Tycho

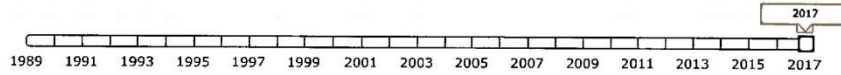


Universidade de São Paulo  
Brasil

**Acesso Público**  
Sistemas USP  
Apresentação  
Fontes de Dados  
Currículo Lattes  
Grupos de Pesquisa  
Produção Intelectual  
Especialistas  
Indicadores Gerais  
Unidade em Números

**Acesso Restrito**  
Entrar  
Esqueci a Senha  
Primeiro Acesso

Unidade em Números



FD	em Números	Expandir tudo		Colapsar tudo
Indicador	2015	2016	2017	
Alunos Matriculados	4.333	4.331	4.518	
Doutorado	541	558	576	
Especiais	447	415	621	
Graduação (1º semestre)	2.471	2.473	2.447	
Homens	2.551 (58,87%)	2.534 (58,51%)	2.648 (58,61%)	
Mestrado	874	885	874	
Mulheres	1.782 (41,13%)	1.797 (41,49%)	1.870 (41,39%)	
Pós-Graduação	1.415	1.443	1.450	
Atividades Culturais e de Extensão				
Cursos extracurriculares	3	4	2	
Participantes	324	402	338	
Bibliotecas				
Acervo Físico	347.616	352.969	355.937	
Circulação do Acervo	83.126	56.938	54.700	
Frequência de Usuários das Bibliotecas	26.969	20.560	23.817	
Concluintes e Títulos Outorgados	685	798	779	
Concluintes da Graduação	422	445	429	
Doutorado	98	125	127	
Mestrado	165	228	223	
Títulos Outorgados na Pós-Graduação	263	353	350	
Dados Gerais				
Área edificada	25.894	28.296	28.296	
Criada em	1.827	1.827	1.827	
Docentes	158	154	152	
Dedicação em tempo integral	26 (16,46%)	27 (17,53%)	25 (16,45%)	
Homens	130 (82,28%)	127 (82,47%)	126 (82,89%)	
Mulheres	28 (17,72%)	27 (17,53%)	26 (17,11%)	
Titulação de Doutor ou acima	158 (100%)	154 (100%)	152 (100%)	
Graduação				
Cursos oferecidos	3	3	3	
Disciplinas ministradas (1º semestre)	107	113	111	
Vagas oferecidas em cursos presenciais	460	368	368	
Informática				
Impressoras	39	37	37	
Microcomputadores - total da USP	284	234	237	
Pós-Graduação				
Áreas de concentração	21	21	21	
Áreas de Doutorado	10	10	10	
Áreas de Mestrado	11	11	11	
Avaliação CAPES - Nota 6	1	1	1	
Programas oferecidos	1	1	1	
Prêmios e outras distinções recebidas por Docentes				
No Brasil e exterior	20	20	32	
Produção Científica	383	454	390	
No Brasil	379	445	383	
No exterior	4	9	7	
Técnicos-Administrativos	156	146	131	
Homens	89 (57,05%)	80 (54,79%)	76 (58,02%)	
Mulheres	67 (42,95%)	66 (45,21%)	55 (41,98%)	
Nível: Básico	67 (42,95%)	61 (41,78%)	61 (46,56%)	
Nível: Superior	19 (12,18%)	18 (12,33%)	13 (9,92%)	
Nível: Técnico	70 (44,87%)	67 (45,89%)	57 (43,51%)	

**ANEXO II – Dados dos concursos públicos para a carreira docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo no período de 2008 a 2017**

<b>CONCURSOS PÚBLICOS PARA A CARREIRA DOCENTE DA FACULDADE DE DIREITO DA USP - 2008 a 2017</b>							
<b>cód.</b>	<b>CARGO</b>	<b>DEPARTAMENTO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>CANDIDATOS</b>	<b>CANDIDATOS DESISTENTES</b>	<b>COMISSÃO JULGADORA</b>	<b>RESULTADO FINAL: INDICAÇÕES</b>
1	Professor Doutor	DCV	2008	Hélcio Maciel França Madeira	Acácio Vaz de Lima	Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	Hélcio Maciel França Madeira
1	Professor Doutor	DCV	2008			João Alberto Schutzer Del Nero	
1	Professor Doutor	DCV	2008			Celso Fernandes Campilongo	
1	Professor Doutor	DCV	2008			Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux	
1	Professor Doutor	DCV	2008			Fernando Dias Menezes de Almeida	
2	Professor Doutor	DPC	2008	Marcelo José Magalhães Bonício	Marcos Vinícius Tenório da Costa Fernandes	José Roberto dos Santos Bedaque	Ricardo de Barros Leonel
2	Professor Doutor	DPC	2008	Ricardo de Barros Leonel	Caio Sérgio Paz de Barros	José Rogério Cruz e Tucci	José Carlos Baptista Puoli
2	Professor Doutor	DPC	2008	Fernão Borba Franco	Oreste Nestor Souza Laspro	Luiz Carlos de Azevedo	
2	Professor Doutor	DPC	2008	Rogério Ives Braghittoni	Carlos Alberto Salles	Leonardo Greco	

2	Professor Doutor	DPC	2008	José Carlos Baptista Puoli		Carlos Alberto Álvaro de Oliviera	
2	Professor Doutor	DPC	2008	José Marcelo Menezes Vigliar			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Fábio Guidi Tabosa Pessoa			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Nelson Rodrigues Netto			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Marco Antonio Garcia Lopes Lorencini			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Sidnei Amendoeira Júnior			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Pedro da Silva Dinamarco			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Susana Henriques da Costa			
2	Professor Doutor	DPC	2008	Cássio Scarpinella Bueno			
3	Livre Docência	DEF	2008	Alexandre Ditzel Faraco		Hermes Marcelo Huck	Alexandre Ditzel Faraco
3	Livre Docência	DEF	2008			Gilberto Bercovici	
3	Livre Docência	DEF	2008			Laurindo Leal Filho	
3	Livre Docência	DEF	2008			José Raimundo Novaes Chiappin	
3	Livre Docência	DEF	2008			Dircêo Torrencilhas Ramos	

4	Professor Doutor	DFD	2008	Lídia Helena Ferreira da Costa Passos	Alessandro Arthur Ramozzi Chiarottino	Celso Lafer	Alysson Leandro Barbate Mascaro
4	Professor Doutor	DFD	2008	Alysson Leandro Barbate Mascaro	Márcio Alves da Fonseca	Fábio Nusdeo	
4	Professor Doutor	DFD	2008		Orlando Villas Boas Filho	José Carlos de Magalhães	
5	Professor Doutor	DCV	2008	Acácio Vaz de Lima Filho		Ignácio Maria Poveda Velasco	Maria Cristina da Silva Carmignani
5	Professor Doutor	DCV	2008	Maria Cristina da Silva Carmignani		Gilberto Bercovici	
5	Professor Doutor	DCV	2008	Cristiano de Souza Zanetti		Heloisa Barbuy	
6	Professor Doutor	DCV	2008	Antonio Carlos Morato	Francismar Lamenza	Silmara Juny de Abreu Chinelato	Antonio Carlos Morato
6	Professor Doutor	DCV	2008	Sérgio Matheus Santos Garcez	Lydia Neves Bastos Telles Nunes	Álvaro Villaça Azevedo	José Fernando Simão
6	Professor Doutor	DCV	2008	Cláudio Luiz Bueno de Godoy	Luciano de Camargo Penteado	Ivette Senise Ferreira	
6	Professor Doutor	DCV	2008	Roberto Senise Lisboa	Marco Fabio Morsello	Rodolfo de Camargo Mancuso	
6	Professor Doutor	DCV	2008	Patrícia Faga Iglecias Lemos	Rômolo Russo Junior	Alberto do Amaral Junior	
6	Professor Doutor	DCV	2008	Renata Hornório Ferreira Camargo Viana	Francisco Paulo de Crescenzo Marino		
6	Professor Doutor	DCV	2008	José Fernando Simão			
6	Professor Doutor	DCV	2008	Antonio Jorge Pereira Junior			

6	Professor Doutor	DCV	2008	Roberto Grassi Neto			
6	Professor Doutor	DCV	2008	Eneas de Oliveira Matos			
6	Professor Doutor	DCV	2008	Silvia Vassilief			
7	Professor Doutor	DCO	2008	José Marcelo Martins Proença	Renato Ventura Ribeiro	Rachel Sztjan	Juliana Krueger Pela
7	Professor Doutor	DCO	2008	Juliana Krueger Pela	Maria Eugênia Reis Finkelstein	Vera Helena de Mello Franco	
7	Professor Doutor	DCO	2008	Balmes Vega Garcia	Otávio Yazbek	Alcides Tomasetti Junior	
7	Professor Doutor	DCO	2008		Luciano de Camargo Penteadó	José Tadeu de Chiara	
7	Professor Doutor	DCO	2008			João Alberto Schutzer Del Nero	
8	Professor Doutor	DEF	2008	Jean Paul Cabral Veiga da Rocha	Sérgio Varella Bruna	Eros Roberto Grau	José Maria Arruda de Andrade
8	Professor Doutor	DEF	2008	José Maria Arruda de Andrade	Igor Mauler Santiago	José Tadeu de Chiara	Luís Fernando Massonetto
8	Professor Doutor	DEF	2008	Luís Fernando Massonetto	Frederico Augusto Monte Simionato	Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo	
8	Professor Doutor	DEF	2008	Carmem Augusta Varella	José Altahyde Hage	Leda Maria Paulani	
8	Professor Doutor	DEF	2008	Rodrigo Alves Teixeira	Marcos Vinícius de Campos	Alaôr Caffé Alves	
8	Professor Doutor	DEF	2008	Emérson Rildo Araújo de Carvalho	Fernando Aurélio Arce Zilvetti		
8	Professor Doutor	DEF	2008	Maria Fernanda de Medeiros Redi			

9	Professor Doutor	DES	2008	Denise Auad	Eduardo Martinez Junior	Odete Medauar	Marcelo da Costa Pinto Neves
9	Professor Doutor	DES	2008	Luiz Sérgio Modesto	Marco Antonio Ribeiro Tura	Luiz Virgílio Afonso da Silva	
9	Professor Doutor	DES	2008	Rubens Beçak	Marco Aurélio Stradiotto de Moraes	Paulo Borba Casella	
9	Professor Doutor	DES	2008	Fernando Herren Fernandes Aguillar		Celso Fernandes Campilongo	
9	Professor Doutor	DES	2008	Marcelo da Costa Pinto Neves		Ari Marcelo Solon	
9	Professor Doutor	DES	2008	Mario Eduardo Martinelli			
10	Professor Doutor	DES	2008	Wallace Paiva Martins Junior	Nelson de Freitas Porfírio Junior	Maria Sylvia Zanella Di Pietro	Gustavo Henrique Justino de Oliveira
10	Professor Doutor	DES	2008	Carlos Bastide Horbach		Odete Medauar	
10	Professor Doutor	DES	2008	Edson Ricardo Saleme		Carlos Alberto Dabus Maluf	
10	Professor Doutor	DES	2008	Irene Patrícia Nohara		Flávio Luiz Yarshell	
10	Professor Doutor	DES	2008	Marcos Augusto Perez		Nestor Duarte	
10	Professor Doutor	DES	2008	Gustavo Henrique Justino de Oliveira			
10	Professor Doutor	DES	2008	Caio Sérgio Paz de Barros			
11	Professor Doutor	DTB	2008	Paulo Eduardo Vieira de Oliveira		Estevão Mallet	Paulo Eduardo Vieira de Oliveira

11	Professor Doutor	DTB	2008	Jair Aparecido Cardoso		Jorge Luiz Souto Maior	
11	Professor Doutor	DTB	2008	Pedro Proscursin		Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	
11	Professor Doutor	DTB	2008			Luís Virgílio Afonso da Silva	
11	Professor Doutor	DTB	2008			Walter Piva Rodrigues	
12	Professor Doutor	DPC	2008	Fauzi Hassan Choukr	Cláudio do Prado Amaral	Antonio Scarance Fernandes	Marcos Alexandre Coelho Zilli
12	Professor Doutor	DPC	2008	Cleunice Valentim Basto Pitombo	Roberto Delmanto Junior	Gustavo Henrique Righu Ivahy Badaró	
12	Professor Doutor	DPC	2008	Marcos Alexandre Coelho Zilli	Fernando Pavan Baptista	Guilherme de Souza Nucci	
12	Professor Doutor	DPC	2008	Maria Cristina Cury Saad Gimenez		Marco Antonio de Barros	
12	Professor Doutor	DPC	2008	Ricardo Alves Bento		Fernando A. Fernandes	
12	Professor Doutor	DPC	2008	Valter Foletto Santin			
12	Professor Doutor	DPC	2008	Caio Sérgio Paz de Barros			
13	Professor Doutor	DIN	2008	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	Sérgio Pereira Antunes	Luiz Olavo Baptista	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
13	Professor Doutor	DIN	2008			Paulo Borba Casella	
13	Professor Doutor	DIN	2008			Leonardo Nemer Caldeira Brant	



13	Professor Doutor	DIN	2008			Antenor Pereira Madruga Filho	
13	Professor Doutor	DIN	2008			Elizabeth Accioly Rodrigues da Costa	
14	Livre Docência	DES	2008	Renato Pereira e Silva		Edmir Netto de Araújo	Renato Pereira e Silva (não habilitado)
14	Livre Docência	DES	2008			Elival da Silva Ramos	
14	Livre Docência	DES	2008			Romeu Felipe Bacellar Filho	
14	Livre Docência	DES	2008			Dircêo Torrencilhas Ramos	
14	Livre Docência	DES	2008			André Ramos Tavares	
15	Professor Doutor	DCO	2008	Francisco Satiro de Souza Junior	José Alexandre Tavares Guerreiro	Calixto Salomão Filho	Francisco Satiro de Souza Junior
15	Professor Doutor	DCO	2008	Eduardo Secchi Munhoz	Eiane Maria Otaviano Martins	Rachel Sztjan	Eduardo Secchi Munhoz
15	Professor Doutor	DCO	2008			Fábio Nusdeo	
15	Professor Doutor	DCO	2008			João Baptista Villela	
15	Professor Doutor	DCO	2008			Osmar Brina Corrêa-Lima	
16	Livre Docência	DES	2008	César Saldanha Souza Junior		Luiz Virgílio Afonso da Silva	César Saldanha Souza Junior
16	Livre Docência	DES	2008			Anna Cândida da Cunha Ferraz	
16	Livre Docência	DES	2008			João Maurício Adeodato	

16	Livre Docência	DES	2008			Alvacir Alfredo Niez	
16	Livre Docência	DES	2008			Maria Garcia	
17	Professor Titular	DCV	2008	Teresa Ancona Lopez		Antonio Junqueira de Azevedo	Teresa Ancona Lopez
17	Professor Titular	DCV	2008			Rui Geraldo Camargo Viana	
17	Professor Titular	DCV	2008			Francisco dos Santos Amaral Neto	
17	Professor Titular	DCV	2008			Luiz Edson Fachin	
17	Professor Titular	DCV	2008			Nelson Nery Junior	
18	Livre Docência	DIN	2008	Umberto Celli Junior		Paulo Borba Casella	Umberto Celli Junior
18	Livre Docência	DIN	2008	Geraldo Miniuci Ferreira Junior		José Carlos de Magalhães	Geraldo Miniuci Ferreira Junior
18	Livre Docência	DIN	2008	José Augusto Fontoura Costa		Arnoldo Wald	José Augusto Fontoura Costa
18	Livre Docência	DIN	2008	Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa		Adherbal Meira Mattos	Ligia Maura Fernandes Garcia da Costa
18	Livre Docência	DIN	2008			Maria Cristina Cacciamalli	
19	Livre Docência	DEF	2008	Renato Lopes Becho		Tércio Sampaio Ferraz Junior	Renato Lopes Becho
19	Livre Docência	DEF	2008	Paulo Ayres Barreto		Paulo de Barros Carvalho	Paulo Ayres Barreto
19	Livre Docência	DEF	2008			José Souto Maior Borges	
19	Livre Docência	DEF	2008			Roque Antonio Carrazza	

19	Livre Docência	DEF	2008			João Maurício Leitão Adeodato	
20	Livre Docência	DPC	2008	Eduardo Talamini		José Rogério Cruz e Tucci	Eduardo Talamini
20	Livre Docência	DPC	2008			José Roberto dos Santos Bedaque	
20	Livre Docência	DPC	2008			José Manoel Arruda Alvim	
20	Livre Docência	DPC	2008			Carlos Alberto Álvaro de Oliviera	
20	Livre Docência	DPC	2008			Leonardo Greco	
21	Livre Docência	DES	2008	Florian Peixoto De Azevedo Marques Neto		Odete Medauar	Florian Peixoto De Azevedo Marques Neto
21	Livre Docência	DES	2008			Maria Sylvia Zanella Di Pietro	
21	Livre Docência	DES	2008			Marçal Justen Filho	
21	Livre Docência	DES	2008			Romeu Felipe Bacellar Filho	
21	Livre Docência	DES	2008			Silvio Luiz Ferreira da Rcoha	
22	Livre Docência	DCV	2008	Alessandro Hirata		Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	Alessandro Hirata
22	Livre Docência	DCV	2008			José Carlos Mereira Alves	
22	Livre Docência	DCV	2008			Francisco dos Santos Amaral Neto	
22	Livre Docência	DCV	2008			Hélio Borghi	

22	Livre Docência	DCV	2008			José Guilherme Braga Teixeira	
23	Professor Doutor	DFD	2008	Jean Paul Cabral Veiga da Rocha	Guilherme Assis de Almeida	José Eduardo C. de Oliveira Faria	Jean Paul Cabral Veiga da Rocha
23	Professor Doutor	DFD	2008	Pedro Scuro Neto	Antonio de Pádua Fernandes Bueno	Celso Fernandes Campilongo	
23	Professor Doutor	DFD	2008	Gisele Mascarelli Salgado	Márcio Alves da Fonseca	Alberto do Amaral Junior	
23	Professor Doutor	DFD	2008	Ana Carolina Correa da Costa Leister		Antonio Rodrigues de Freitas Junior	
23	Professor Doutor	DFD	2008			Florian Peixoto De Azevedo Marques Neto	
24	Professor Doutor	DCO	2008	José Marcelo Martins Proença	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Mauro Rodrigues Penteadado	José Marcelo Martins Proença
24	Professor Doutor	DCO	2008	Balmes Veja Garcia	Denis Alves Guimarães	Antonio Martins	
24	Professor Doutor	DCO	2008	Ivo Waisberg		José Reinaldo de Lima Lopes	
24	Professor Doutor	DCO	2008	Maria Eugênia Reis Finkelstein		Walter Piva Rodrigues	
24	Professor Doutor	DCO	2008	Érica Cristina Nadalin Gorga		João Alberto Schutzer Del Nero	
25	Professor Doutor	DIN	2008	Geraldo Miniuci Ferreira Junior	Fernando do Couto Henriques Junior	Maristela Basso	Wagner Luiz Menezes Lino
25	Professor Doutor	DIN	2008	José Cretella Neto	Fernando Fernandes da Silva	André de Carvalho Ramos	
25	Professor Doutor	DIN	2008	Vera Lúcia Viegas Liquidato		Adherbal Meira Mattos	

25	Professor Doutor	DIN	2008	Wagner Luiz Menezes Lino		Ari Possidônio Beltran	
25	Professor Doutor	DIN	2008	José Augusto Fontoura Costa		Celso Fernandes Campilongo	
25	Professor Doutor	DIN	2008	Liliana Lira Jubilit			
25	Professor Doutor	DIN	2008	Paulo Luiz de Toledo Piza			
25	Professor Doutor	DIN	2008	José Blanes Sala			
25	Professor Doutor	DIN	2008	Eugênia Cristina Godoy de Jesus Zerbini			
25	Professor Doutor	DIN	2008	George Augusto Niaradi			
25	Professor Doutor	DIN	2008	Fátima Cristina Bonassa Bucker			
25	Professor Doutor	DIN	2008	Caio Gracco Pinheiro Dias			
26	Professor Doutor	DFD	2008	Alysson Leandro Barbate Mascaro	Jean Paul Cabral Veiga da Rocha	Tércio Sampaio Ferraz Junior	Alysson Leandro Barbate Mascaro
26	Professor Doutor	DFD	2008	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Lídia Helena Ferreira da Costa Passos	Eduardo Carlos Bianca Bittar	
26	Professor Doutor	DFD	2008	Marcio Alves da Fonseca		João Maurício Leitão Adeodato	
26	Professor Doutor	DFD	2008	Orlando Villas Bôas Filho		Joaquim Carlos Salgado	
26	Professor Doutor	DFD	2008			Leonel Severo Rocha	
27	Livre Docência	DPC	2008	Maurício Zanoide de Moraes	Marco Antonio de Barros	Antônio Magalhães Gomes Filho	Maurício Zanoide de Moraes

27	Livre Docência	DPC	2008			Antonio Scarance Fernandes	
27	Livre Docência	DPC	2008			Nilzardo Carneiro Leão	
27	Livre Docência	DPC	2008			José Barcelos de Souza	
27	Livre Docência	DPC	2008			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
28	Livre Docência	DFD	2008	Gastão Rúbio de Sá Weyne		Tércio Sampaio Ferraz Junior	Clarice Von Oertzel de Araújo
28	Livre Docência	DFD	2008	Clarice Von Oertzel de Araújo		Paulo de Barros Carvalho	
28	Livre Docência	DFD	2008			João Maurício Leitão Adeodato	
28	Livre Docência	DFD	2008			Joaquim Carlos Salgado	
28	Livre Docência	DFD	2008			André Ramos Tavares	
29	Professor Doutor	DCV	2008	Alessandro Hirata	Luciano de Souza Godoy	Antonio Junqueira de Azevedo	Cristiano de Sousa Zanetti
29	Professor Doutor	DCV	2008	Regina Sahn	Antonio Jorge Pereira Junior	Rui Geraldo Camargo Viana	Claudio Luiz Bueno de Godoy
29	Professor Doutor	DCV	2008	Patrícia Faga Iglecias Lemos	Eliane Maria Agati Madeira	Heloísa Helena Gomes Barboza	Francisco Paulo de Crescenzo Marino
29	Professor Doutor	DCV	2008	Eneas de Oliveira Matos		Calixto Salomão Filho	
29	Professor Doutor	DCV	2008	Cristiano de Sousa Zanetti		Heleno Taveira Torres	
29	Professor Doutor	DCV	2008	Francismar Lamenza			

29	Professor Doutor	DCV	2008	Claudio Luiz Bueno de Godoy			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Luciano de Camargo Penteado			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Eduardo Tomasevicius Filho			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Francisco Paulo de Crescenzo Marino			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Gustavo Filipe Barbosa Garcia			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Roberto Senise Lisboa			
29	Professor Doutor	DCV	2008	José Carlos Costa Netto			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Silvia Vassilieff			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Jorge Shiguemitsu Fujita			
29	Professor Doutor	DCV	2008	Claudio Antonio Soares Levada			
30	Professor Titular	DCO	2008	Paula Andrea Forgioni		Calixto Salomão Filho	Paula Andrea Forgioni
30	Professor Titular	DCO	2008			Fábio Nusdeo	
30	Professor Titular	DCO	2008			João Baptista Villela	
30	Professor Titular	DCO	2008			Alfredo de Assis Gonçalves Neto	
30	Professor Titular	DCO	2008			Antonio Zoratto Sanvincente	

31	Professor Doutor	DEF	2008	Paulo Ayres Barreto	Renato Lopes Becho	Paulo de Barros Carvalho	Paulo Ayres Barreto
31	Professor Doutor	DEF	2008	Igor Mauler Santiago	Fernando Facury Scaff	Luís Eduardo Schoueri	
31	Professor Doutor	DEF	2008		Ana Claudia Akie Utumi	Marcelo de Oliveira Fausto Figueiredo Santos	
31	Professor Doutor	DEF	2008		João Francisco Bianco	Marcelo da Costa Pinto Neves	
31	Professor Doutor	DEF	2008		Raquel Elita Alves Preto	Alysson Leandro Barbate Mascaro	
32	Professor Doutor	DCO	2008	Maria Eugenia Reis Finkelstein	Ivo Waisberg	Mauro Rodrigues Penteadado	Balmes Veja Garcia
32	Professor Doutor	DCO	2008	Balmes Veja Garcia	José Marcelo Martins Proença	Newton Silveira	
32	Professor Doutor	DCO	2008	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Denis Alves Guimarães	Maristela Basso	
32	Professor Doutor	DCO	2008			Gilberto Bercovici	
32	Professor Doutor	DCO	2008			Fernando Campos Scaff	
33	Professor Doutor	DFD	2008	Guilherme Assis de Almeida	José Mastrodi Neto	Celso Lafer	Guilherme Assis de Almeida
33	Professor Doutor	DFD	2008	Roberto Freitas Filho	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Ari Marcelo Solon	
33	Professor Doutor	DFD	2008	Marcio Pugliesi	Marcio Alves da Fonseca	Paulo de Barros Carvalho	
33	Professor Doutor	DFD	2008	Caio Gracco Pinheiro Dias	Orlando Villas Boas Filho	Dalmo de Abreu Dallari	
33	Professor Doutor	DFD	2008		Lídia Helena Ferreira da Costa Passos	João Maurício Leitão Adeodato	



33	Professor Doutor	DFD	2008		Alysson Leandro Barbate Mascaro		
34	Professor Doutor	DPM	2009	Guilherme Guimarães Feliciano		Sérgio Salomão Shecaira	Alamiro Velludo Salvador Netto
34	Professor Doutor	DPM	2009	Alamiro Velludo Salvador Netto		Renato de Mello Jorge Silveira	Helena Regina Lobo da Costa
34	Professor Doutor	DPM	2009	Helena Regina Lobo da Costa		Antonio Magalhães Gomes Filho	
34	Professor Doutor	DPM	2009	Antonio Sergio Altieri de Moraes Pitombo		Antonio Scarance Fernandes	
34	Professor Doutor	DPM	2009			Gilberto Bercovici	
35	Professor Doutor	DCV	2009	Eliane Maria Agati Madeira	Roberto Senise Lisboa	Antonio Junqueira de Azevedo	Eduardo Tomasevicius Filho
35	Professor Doutor	DCV	2009	Acácio Vaz de Lima Filho	Paulo Eduardo Razuk	Ignácio Maria Poveda Velasco	
35	Professor Doutor	DCV	2009	Maria Cristina da Silva Carmignani		Rodolfo de Camargo Mancuso	
35	Professor Doutor	DCV	2009	Eduardo Tomasevicius Filho		Maristela Basso	
35	Professor Doutor	DCV	2009			Celso Fernandes Campilongo	
36	Professor Doutor	DTB	2009	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	Claudia José Abud	Sérgio Pinto Martins	Guilherme Guimarães Feliciano
36	Professor Doutor	DTB	2009	Gustavo Pereira Farah	Fabiola Marques	Walkure Lopes Ribeiro da Silva	Homero Batista Mateus da Silva

36	Professor Doutor	DTB	2009	Ronaldo Lima dos Santos	Ana Amélia Mascarenhas Camargo	Luis Virgilio Afonso da Silva	
36	Professor Doutor	DTB	2009	Tereza Aparecida Asta Gemignani		Gilberto Bercovici	
36	Professor Doutor	DTB	2009	Dorothee Susanne Rudiger		Florian Peixoto de Azevedo Marques Neto	
36	Professor Doutor	DTB	2009	Homero Batista Mateus da Silva			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Vilma Dias			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Guilherme Guimarães Feliciano			
36	Professor Doutor	DTB	2009	José Ribeiro de Campos			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Francisco Luciano Minharro			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Maria José Giannella Cataldi			
36	Professor Doutor	DTB	2009	Ericson Crivelli			
37	Professor Doutor	DIN	2009	Gustavo Ferraz de Campos Monaco	Salmo Caetano de Souza	Paulo Borba Casella	Gustavo Ferraz de Campos Monaco
37	Professor Doutor	DIN	2009	Sérgio Pereira Antunes	Fábio Costa Morosini	Luiz Olavo Baptista	José Augusto Fontoura Costa
37	Professor Doutor	DIN	2009	Geraldo Miniuci Ferreira Junior	Eugenia Cristina Godoy de Jesus Zerbini	Nelson Mannrich	

37	Professor Doutor	DIN	2009	José Augusto Fontoura Costa	Eduardo Damião Gonçalves	Teresa Ancona Lopez	
37	Professor Doutor	DIN	2009	Caio Gracco Pinheiro Dias		Paula Andrea Forgioni	
37	Professor Doutor	DIN	2009	Liliana Lyra Jubilit			
37	Professor Doutor	DIN	2009	Lucia Elena Arantes Ferreira Bastos			
37	Professor Doutor	DIN	2009	Vera Lúcia Viegas Liquidato			
37	Professor Doutor	DIN	2009	Fernando Fernandes da Silva			
37	Professor Doutor	DIN	2009	José Cretella Neto			
37	Professor Doutor	DIN	2009	Paulo Luiz de Toledo Piza			
38	Professor Doutor	DEF	2009	Fernando Facury Scaff	Denis Alves Guimarães	Regis Fernandes de Oliveira	Fernando Facury Scaff
38	Professor Doutor	DEF	2009	Fernando Aurélio Zilveti Arce Murilo		José Maurício Conti	
38	Professor Doutor	DEF	2009	Alessandro Serafim Octaviani Luis		Alysson Leandro Barbate Mascaro	
38	Professor Doutor	DEF	2009			Ricardo Lobo Torres	
38	Professor Doutor	DEF	2009			Adilson de Abreu Dallari	
39	Professor Doutor	DCV	2009	Patricia Faga Iglecias Lemos	Eneas de Oliveira Matos	Antonio Junqueira de Azevedo	Patricia Faga Iglecias Lemos

39	Professor Doutor	DCV	2009	Marco Fabio Morsello	Eduardo Tomasevicius Filho	Teresa Ancona Lopez	
39	Professor Doutor	DCV	2009	Rômolo Russo Junior	Silvia Vassilieff	Hermes Marcelo Huck	
39	Professor Doutor	DCV	2009	Jorge Shiguemitsu Fujita	Luciano de Camargo Penteado	José Rogério Cruz e Tucci	
39	Professor Doutor	DCV	2009	Roberto Grassi Neto	Roberto Senise Lisboa	Heleno Taveira Torres	
39	Professor Doutor	DCV	2009		Antonio Jorge Pereira Junior		
40	Professor Titular	DPC	2009	Rodolfo de Camargo Mancuso		José Rogério Cruz e Tucci	Flávio Luiz Yarshell
40	Professor Titular	DPC	2009	Flávio Luiz Yarshell		José Roberto dos Santos Bedaque	
40	Professor Titular	DPC	2009	Antonio Carlos Marcato		Carlos Alberto Alvaro de Oliveira	
40	Professor Titular	DPC	2009			Humberto Theodoro Junior	
40	Professor Titular	DPC	2009			Leonardo Greco	
41	Professor Titular	DCV	2009	Silmara Juny de Abreu Chinellato		Antonio Junqueira de Azevedo	Silmara Juny de Abreu Chinellato
41	Professor Titular	DCV	2009	Roberto Senise Lisboa		José Carlos Moreira Alves	
41	Professor Titular	DCV	2009			Ricardo Cesar Pereira Lira	
41	Professor Titular	DCV	2009			Francisco dos Santos Amaral Neto	
41	Professor Titular	DCV	2009			Luiz Edson Fachin	
42	Professor Doutor	DPC	2009	Fábio Peixinho Gomes Correa	Helena Najjar Abdo	José Rogério Cruz e Tucci	Susana Henriques da Costa

42	Professor Doutor	DPC	2009	Sidnei Amendoeira Junior		José Roberto dos Santos Bedaque	
42	Professor Doutor	DPC	2009	Eurico Ferraresi		Estevão Mallet	
42	Professor Doutor	DPC	2009	Susana Henriques da Costa		Teresa Celina de Arruda Alvim Wambier	
42	Professor Doutor	DPC	2009	Fernão Borba Franco		Sérgio Seji Shimura	
42	Professor Doutor	DPC	2009	Marcelo José Magalhães Bonicio			
42	Professor Doutor	DPC	2009	Fábio Guidi Tabosa Pessoa			
42	Professor Doutor	DPC	2009	Pedro da Silva Dinamarco			
43	Professor Titular	DES	2009	Elival da Silva Ramos		Celso Lafer	Elival da Silva Ramos
43	Professor Titular	DES	2009	Marcelo da Costa Pinto Neves		Maria Sylvia Zanella Di Pietro	
43	Professor Titular	DES	2009			Jorge Miranda	
43	Professor Titular	DES	2009			Cezar Saldanha de Souza Junior	
43	Professor Titular	DES	2009			Pedro Paulo Almeida Dutra	
44	Professor Doutor	DCO	2009	José Alexandre Tavares Guerreiro	Maria Eugênia Reis Finkelstein	Newton Silveira	José Alexandre Tavares Guerreiro
44	Professor Doutor	DCO	2009		Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa	
44	Professor Doutor	DCO	2009			José Rogério Cruz e Tucci	

44	Professor Doutor	DCO	2009			Luiz Olavo Baptista	
44	Professor Doutor	DCO	2009			José Carlos de Magalhães	
45	Professor Titular	DCO	2009	Newton de Lucca		Calixto Salomão Filho	Newton de Lucca
45	Professor Titular	DCO	2009	Rachel Sztajn		Paula Andrea Forgioni	
45	Professor Titular	DCO	2009			Marçal Justen Filho	
45	Professor Titular	DCO	2009			Osmar Brina Corrêa-Lima	
45	Professor Titular	DCO	2009			Alfredo de Assis Gonçalves Neto	
46	Professor Titular	DPM	2009	Renato de Mello Jorge Silveira		Miguel Reale Junior	Renato de Mello Jorge Silveira
46	Professor Titular	DPM	2009			Sergio Salomão Shecaira	
46	Professor Titular	DPM	2009			Luis Arroyo Zapatero	
46	Professor Titular	DPM	2009			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
46	Professor Titular	DPM	2009			Oswaldo Henrique Duck Marques	
47	Professor Doutor	DCO	2009	Rogério Alexandre de Oliveira Castro	Frederico Augusto Monte Simionato	Calixto Salomão Filho	Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa
47	Professor Doutor	DCO	2009	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Maria Eugênia Reis Finkelstein	Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França	

47	Professor Doutor	DCO	2009	Walfrido Jorge Warde Jr	Denis Alves Guimarães	Alberto do Amaral Junior	
47	Professor Doutor	DCO	2009	Carlos Pagano Botana Portugal Gouvêa		Fernando Campos Scaff	
47	Professor Doutor	DCO	2009			José Tadeu de Chiara	
48	Livre Docência	DES	2009	Nina Beatriz Stocco Ranieri		Enrique Ricardo Lewandowski	Nina Beatriz Stocco Ranieri
48	Livre Docência	DES	2009			Elival da Silva Ramos	
48	Livre Docência	DES	2009			João Gualberto de Carvalho Meneses	
48	Livre Docência	DES	2009			José Alvaro Moises	
48	Livre Docência	DES	2009			Maria Garcia	
49	Livre Docência	DCV	2009	Daisy Gogliano		Teresa Ancona Lopez	Daisy Gogliano
49	Livre Docência	DCV	2009	Romolo Russo Junior		Carlos Alberto Dabus Maluf	Romolo Russo Junior
49	Livre Docência	DCV	2009			Nelson Nery Junior	
49	Livre Docência	DCV	2009			Maria Celina Bodin de Moraes	
49	Livre Docência	DCV	2009			Helio Borghi	
50	Livre Docência	DIN	2009	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari		Celso Lafer	Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari
50	Livre Docência	DIN	2009	Claudia Perrone Moisés		João Grandino Rodas	Claudia Perrone Moisés
50	Livre Docência	DIN	2009			Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida	

50	Livre Docência	DIN	2009			Jacques Marcovitch	
50	Livre Docência	DIN	2009			Sedi Hirano	
51	Livre Docência	DFD	2009	Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho		Ignácio Maria Poveda Velasco	Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho
51	Livre Docência	DFD	2009			Eduardo Carlos Bianca Bittar	
51	Livre Docência	DFD	2009			Joaquim Carlos Salgado	
51	Livre Docência	DFD	2009			João Maurício Leitão Adodato	
52	Livre Docência	DCV	2010	Dárcio Roberto Martins Rodrigues		Eduardo Cesar Silveira Vitta Marchi	Dárcio Roberto Martins Rodrigues
52	Livre Docência	DCV	2010			José Carlos Moreira Alves	
52	Livre Docência	DCV	2010			Aloísio Surgik	
52	Livre Docência	DCV	2010			Hélio Borghi	
52	Livre Docência	DCV	2010			Cláudia Lima Marques	
53	Livre Docência	DCO	2010	Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa		Mauro Rodrigues Penteadó	Haroldo Malheiros Duclerc Verçosa
53	Livre Docência	DCO	2010			Rachel Sztajn	
53	Livre Docência	DCO	2010			João Baptista Villela	
53	Livre Docência	DCO	2010			Osmar Brina Corrêa Lima	
53	Livre Docência	DCO	2010			Alfredo de Assis Gonçalves Neto	



54	Livre Docência	DEF	2010	Diogo Coutinho Rosenthal		Hermes Marcelo Huck	Diogo Coutinho Rosenthal
54	Livre Docência	DEF	2010			Eros Roberto Grau	
54	Livre Docência	DEF	2010			João Manuel Cardoso de Melo	
54	Livre Docência	DEF	2010			Marçal Justen Filho	
54	Livre Docência	DEF	2010			Judith Hoffmeistr Martins Costa	
55	Livre Docência	DES	2010	Eduardo Ribeiro Moreira		Elival da Silva Ramos	Eduardo Ribeiro Moreira
55	Livre Docência	DES	2010			Luis Virgílio Afonso da Silva	
55	Livre Docência	DES	2010			Romeu Felipe Marcellar Filho	
55	Livre Docência	DES	2010			Maria Garcia	
55	Livre Docência	DES	2010			André Ramos Tavares	
56	Professor Doutor	DEF	2010	Alessandro Serafim Octaviani Luis	Denis Alves Guimarães	Hermes Marcelo Huck	Alessandro Serafim Octaviani Luis
56	Professor Doutor	DEF	2010			Gilberto Bercovici	
56	Professor Doutor	DEF	2010			Fábio Ulhôa Coelho	
56	Professor Doutor	DEF	2010			Judith Martins Costa	
56	Professor Doutor	DEF	2010			André Ramos Tavares	
57	Professor Doutor	DPC	2010	Marcelo José Magalhães Bonício	Marcos Paulo Veríssimo	José Rogério Cruz e Tucci	Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica

57	Professor Doutor	DPC	2010	Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica		Flávio Luiz Yarshell	Marcelo José Magalhães Bonício
57	Professor Doutor	DPC	2010	José Rubens de Moraes		Estevão Mallet	
57	Professor Doutor	DPC	2010	Fábio Guidi Tabosa Pessoa		Sebastião Botto de Barros Tojal	
57	Professor Doutor	DPC	2010	Eurico Ferraresi		Cássio Scarpinella Bueno	
57	Professor Doutor	DPC	2010	Pedro da Silva Dinamarco			
57	Professor Doutor	DPC	2010	Paulo Eduardo Alves da Silva			
57	Professor Doutor	DPC	2010	Fábio Peixinho Gomes Corrêa			
57	Professor Doutor	DPC	2010	Helena Najjar Abdo			
57	Professor Doutor	DPC	2010	Augusto Tavares Rosa Marcacini			
58	Professor Doutor	DFD	2010	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Ana Carolina Corrêa da Costa Leister	Tércio Sampaio Ferraz Junior	Orlando Villas Bôas Filho
58	Professor Doutor	DFD	2010	Orlando Villas Bôas Filho	Antonio de Pádua Fernandes Bueno	Celso Lafer	
58	Professor Doutor	DFD	2010	Alberto Alonso Muños		Paulo de Barros Carvalho	
58	Professor Doutor	DFD	2010	Caio Gracco Pinheiro Dias		André de Carvalho Ramos	
58	Professor Doutor	DFD	2010			Nina Beatriz Stocco Ranieri	

59	Professor Doutor	DTB	2010	Dorothee Susanne Rudiger		Sérgio Salomão Shecaira	Ronaldo Lima dos Santos
59	Professor Doutor	DTB	2010	Ronaldo Lima dos Santos		Renato de Mello Jorge Silveira	
59	Professor Doutor	DTB	2010	Tereza Aparecida Asta Gemignani		Marcus Orione Gonçalves Correia	
59	Professor Doutor	DTB	2010	Marcos Neves Fava		Eduardo Carlos Bianca Bittar	
59	Professor Doutor	DTB	2010	Gustavo Filipe Barbosa Garcia		Otávio Pinto e Silva	
59	Professor Doutor	DTB	2010	Manoel Carlos Toledo Filho			
59	Professor Doutor	DTB	2010	Carlos Otávio Bandeira Lins			
60	Professor Doutor	DES	2010	Richard Paulro Pae Kim	Luis Rodolfo Ararigiboia de Souza	José Rogério Cruz e Tucci	Marcos Paulo Veríssimo
60	Professor Doutor	DES	2010	José Carlos Francisco	Rubens Maman Rizek	Elival da Silva Ramos	
60	Professor Doutor	DES	2010	Rodrigo Valin de Oliveira	João Batista Gonçalves	Luis Virgílio Afonso da Silva	
60	Professor Doutor	DES	2010	Marcos Paulo Veríssimo		Celso Fernandes Campilongo	
60	Professor Doutor	DES	2010	Ana Carolina Corrêa da Costa Leister		Nestor Duarte	
61	Professor Doutor	DPC	2010	Marta Cristina Cury Saad Gimenes		Vicente Greco Filho	Marta Cristina Cury Saad Gimenes
61	Professor Doutor	DPC	2010	Fauzi Hassan Choukr		Antonio Scarance Fernandes	

61	Professor Doutor	DPC	2010			Renato de Mello Jorge Silveira	
61	Professor Doutor	DPC	2010			Maurício Zanoide de Moraes	
61	Professor Doutor	DPC	2010			Eloisa de Sousa Arruda	
61	Professor Doutor	DCV	2010	Enéas de Oliveira Matos	Silvia Vassilief	José Rogério Lauria Tucci	Marcos Fábio Morsello
62	Professor Doutor	DCV	2010	Vera Lúcia Gebrin		Luis Virgílio Afonso da Silva	
62	Professor Doutor	DCV	2010	Marco Fábio Morsello		Carlos Alberto Dabus Maluf	
62	Professor Doutor	DCV	2010	Juliana Nobre Correia		Teresa Ancona Lopez	
62	Professor Doutor	DCV	2010	Roberto Grassi Neto		Newton de Lucca	
62	Professor Doutor	DCV	2010	Rafael Domingos Fiardo Vanzella			
62	Professor Doutor	DCV	2010	Edison Tetsuzo Namba			
62	Professor Doutor	DCV	2010	Débora Gozzo			
62	Professor Doutor	DCV	2010	Jorge Shiguemitsu Fujita			
63	Professor Doutor	DPM	2010	Henrique Caivano Soares		Sérgio Salomão Shecaira	Henrique Caivano Soares
63	Professor Doutor	DPM	2010			Roberto Augusto de Carvalho Campos	
63	Professor Doutor	DPM	2010			Gustavo Henrique Rivahy Badaró	

63	Professor Doutor	DPM	2010			Daniel Romero Muñoz	
63	Professor Doutor	DPM	2010			Carmen Cinira Santos Martins	
64	Professor Doutor	DIN	2010	Geraldo Miniucci Ferreira Junior	Rogério Taiar	Paulo Borba Casella	Geraldo Miniucci Ferreira Junior
64	Professor Doutor	DIN	2010	Liliana Lyra Jubilit	Edson Beas Rodrigues Junior	Nelson Mannrich	
64	Professor Doutor	DIN	2010	Vera Lúcia Viegas Liquidato		Renato de Mello Jorge Silveira	
64	Professor Doutor	DIN	2010	Fernando Fernandes da Silva		Fernando Augusto de Albuquerque Mourão	
64	Professor Doutor	DIN	2010	Caio Gracco Pinheiro Dias		Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	
64	Professor Doutor	DIN	2010	José Cretella Neto			
65	Professor Titular	DEF	2010	Gilberto Bercovici		Hermes Marcelo Huck	Gilberto Bercovici
65	Professor Titular	DEF	2010			Paulo de Barros Carvalho	
65	Professor Titular	DEF	2010			Gabriel Cohn	
65	Professor Titular	DEF	2010			Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo	
65	Professor Titular	DEF	2010			Leda Maria Paulani	
66	Professor Doutor	DCO	2010	Rodrigo Octávio Broglia Mendes	Sheila Christina Neder Cerezetti	Newton de Lucca	Rodrigo Octávio Broglia Mendes
66	Professor Doutor	DCO	2010	Vinicius Marques de Carvalho		Paula Andrea Forgioni	
66	Professor Doutor	DCO	2010	Walfrido Jorge Warde Junior		Eros Roberto Grau	

66	Professor Doutor	DCO	2010			José Rogério Cruz e Tucci	
66	Professor Doutor	DCO	2010			Heleno Taveira Torres	
67	Livre Docência	DPM	2010	Janaina Conceição Paschoal		Miguel Reale Júnior	Janaina Conceição Paschoal
67	Livre Docência	DPM	2010			Sérgio Salomão Shecaira	
67	Livre Docência	DPM	2010			Antonio Carlos da Ponte	
67	Livre Docência	DPM	2010			Luiz Reis Prado	
67	Livre Docência	DPM	2010			Juarez Estevan Xavier Tavares	
68	Professor Titular	DIN	2010	José Augusto Fontoura Costa		Paula Andrea Forgioni	José Augusto Fontoura Costa (suspenso por força de liminar)
68	Professor Titular	DIN	2010	Lígia Maura Fernandes Garcia da Costa		Luis Eduardo Schoueri	
68	Professor Titular	DIN	2010	José Cretella Neto		Hélio Nogueira da Cruz	
68	Professor Titular	DIN	2010	Maristela Basso		Fábio Ulhôa Coelho	
68	Professor Titular	DIN	2010			Maria Arminda do Nascimento Arruda	
69	Professor Titular	DCV	2010	Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka		Teresa Ancona Lopez	Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka
69	Professor Titular	DCV	2010			Carlos Alberto Dabus Maluf	

69	Professor Titular	DCV	2010			Gustavo José Mendes Tepedino	
69	Professor Titular	DCV	2010			Francisco dos Santos Amaral Neto	
69	Professor Titular	DCV	2010			Luiz Edson Fachin	
70	Professor Titular	DEF	2010	Estevão Horvath		Hermes Marcelo Huck	Humberto Bergmann Ávila (concurso não homologado pela Congregação)
70	Professor Titular	DEF	2010	Humberto Bergmann Ávila		Eros Roberto Grau	
70	Professor Titular	DEF	2010	Heleno Taveira Torres		Diogo José Paredes Leite Campos	
70	Professor Titular	DEF	2010			Luiz Edson Fachin	
70	Professor Titular	DEF	2010			Cezar Saldanha de Souza Junior	
71	Livre Docência	DCV	2011	Nestor Duarte		Silmara Juny de Abreu Chinellato	Nestor Duarte
71	Livre Docência	DCV	2011	José Luiz Gavião de Almeida		Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka	José Luiz Gavião de Almeida
71	Livre Docência	DCV	2011			José Guilherme Braga Teixeira	
71	Livre Docência	DCV	2011			Francisco dos Santos Amaral Neto	
71	Livre Docência	DCV	2011			Heloisa Helena Gomes Barboza	

72	Livre Docência	DCV	2011	Bernardo Bissoto Queiróz de Moraes		Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	Bernardo Bissoto Queiróz de Moraes
72	Livre Docência	DCV	2011			Ignácio Maria Poveda Velasco	
72	Livre Docência	DCV	2011			Aloísio Surgik	
72	Livre Docência	DCV	2011			Hélio Borghi	
72	Livre Docência	DCV	2011			Paulo Roberto Colombo Arnoldi	
73	Livre Docência	DCV	2011	Cristiano de Souza Zanetti		Teresa Ancona Lopez	Cristiano de Souza Zanetti
73	Livre Docência	DCV	2011	Patricia Faga Iglecias Lemos		Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	Patricia Faga Iglecias Lemos
73	Livre Docência	DCV	2011			Gustavo José Mendes Tepedino	
73	Livre Docência	DCV	2011			Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade Nery	
73	Livre Docência	DCV	2011			Hélio Borghi	
74	Livre Docência	DES	2011	Fernando Dias Menezes de Almeida		Odete Medauar	Fernando Dias Menezes de Almeida
74	Livre Docência	DES	2011			Maria Sylvia Zanella Di Pietro	
74	Livre Docência	DES	2011			Romeu Felipe Barcellar Filho	
74	Livre Docência	DES	2011			Carlos Antonio Luque	
74	Livre Docência	DES	2011			Maria Garcia	



75	Livre Docência	DPC	2011	Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró		Antonio Magalhães Gomes Filho	Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró
75	Livre Docência	DPC	2011			Antonio Scarance Fernandes	
75	Livre Docência	DPC	2011			Nilzardo Carneiro Leão	
75	Livre Docência	DPC	2011			José Barcelos de Souza	
75	Livre Docência	DPC	2011			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
76	Livre Docência	DPM	2011	Alvino Augusto de Sá		Sérgio Salomão Shecaira	Alvino Augusto de Sá
76	Livre Docência	DPM	2011			Renato de Mello Jorge Silveira	
76	Livre Docência	DPM	2011			Álvaro P. Pires	
76	Livre Docência	DPM	2011			Oswaldo Henrique Duek Marques	
76	Livre Docência	DPM	2011			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
77	Livre Docência	DEF	2011	Fernando Aurélio Zilveti		Régis Fernandes de Oliveira	Fernando Aurélio Zilveti
77	Livre Docência	DEF	2011	Gerd Willi Rothmann		Alcides Jorge Costa	Gerd Willi Rothmann
77	Livre Docência	DEF	2011			Roque Antonio Carraza	
77	Livre Docência	DEF	2011			José Souto Maior Borges	
77	Livre Docência	DEF	2011			Sacha Calmon Navarro Coelho	

78	Livre Docência	DEF	2011	Maria Rita Ferragut		Luis Eduardo Schoeuri	Maria Rita Ferragut
78	Livre Docência	DEF	2011	Cristiano Rosa de Carvalho		Paulo de Barros Carvalho	Cristiano Rosa de Carvalho
78	Livre Docência	DEF	2011			Misabel Abreu Machado Derzi	
78	Livre Docência	DEF	2011			Francisco Queiro Cavalcanti	
78	Livre Docência	DEF	2011			Nelson Nery Junior	
79	Livre Docência	DFD	2011	João Maurício Leitão Adeodato		Tércio Sampaio Ferraz Junior	João Maurício Leitão Adeodato
79	Livre Docência	DFD	2011	Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux		Celso Lafer	Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux
79	Livre Docência	DFD	2011			Raffaele De Giorgi	
79	Livre Docência	DFD	2011			Joaquim Carlos Salgado	
79	Livre Docência	DFD	2011			Milton Meira Nascimento	
80	Livre Docência	DFD	2011	Juliano Souza de Albuquerque Maranhão		Celso Lafer	Juliano Souza de Albuquerque Maranhão
80	Livre Docência	DFD	2011			Newton de Lucca	
80	Livre Docência	DFD	2011			Joaquim Carlos Salgado	
80	Livre Docência	DFD	2011			Raffaele De Giorgi	
80	Livre Docência	DFD	2011			Milton Meira Nascimento	
81	Livre Docência	DPC	2011	Ricardo de Barros Leonel		José Rogério Cruz e Tucci	Ricardo de Barros Leonel

81	Livre Docência	DPC	2011	Carlos Alberto de Salles		José Roberto dos Santos Bedaque	Carlos Alberto de Salles
81	Livre Docência	DPC	2011	Augusto Rosa Marcacini		Leonardo Greco	Augusto Rosa Marcacini
81	Livre Docência	DPC	2011			Humberto Theodoro Junior	
81	Livre Docência	DPC	2011			Carlos Alberto Álvaro de Oliveira	
82	Livre Docência	DEF	2011	Ana Maria de Oliveira Nusdeo		Hermes Marcelo Huck	Ana Maria de Oliveira Nusdeo
82	Livre Docência	DEF	2011	Edson Beas Rodrigues Junior		Gilberto Bercovici	Edson Beas Rodrigues Junior (não habilitado)
82	Livre Docência	DEF	2011			Sueli Gandolfi Dallari	
82	Livre Docência	DEF	2011			João Maurício Leitão Adeodato	
82	Livre Docência	DEF	2011			André Ramos Tavares	
83	Professor Titular	DCV	2011	Fernando Campos Scaff		Teresa Ancona Lopez	Fernando Campos Scaff
83	Professor Titular	DCV	2011			Carlos Alberto Dabus Maluf	
83	Professor Titular	DCV	2011			Luiz Edson Fachin	
83	Professor Titular	DCV	2011			Gustavo José Mendes Tepedino	
83	Professor Titular	DCV	2011			Roberto Ferreira Rosas	
84	Livre Docência	DTB	2011	Enoque Ribeiro dos Santos	Francisco Pedro Jucá	Nelson Mannrich	Enoque Ribeiro dos Santos

84	Livre Docência	DTB	2011	Gustavo Filipe Barbosa Garcia		Sérgio Pinto Martins	Gustavo Filipe Barbosa Garcia
84	Livre Docência	DTB	2011			José Luiz Ferreira Prunes	
84	Livre Docência	DTB	2011			Arion Sayão Romita	
84	Livre Docência	DTB	2011			Mario Garmendia Arigón	
85	Livre Docência	DPM	2011	Ana Eisa Liberatore Silva Bechata		Miguel Reale Junior	Ana Eisa Liberatore Silva Bechata
85	Livre Docência	DPM	2011			Vicente Greco Filho	
85	Livre Docência	DPM	2011			Juarez Estevam Xavier Tavares	
85	Livre Docência	DPM	2011			Oswaldo Henrique Duek Marques	
85	Livre Docência	DPM	2011			Ana Lúcia Sabadell	
86	Professor Titular	DFD	2011	Eduardo Carlos Bianca Bittar		José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Celso Fernandes Campilongo
86	Professor Titular	DFD	2011	Celso Fernandes Campilongo		Paulo de Barros Carvalho	
86	Professor Titular	DFD	2011			Carlos Guilherme S. Mota	
86	Professor Titular	DFD	2011			Ricardo Ribeiro Terra	
86	Professor Titular	DFD	2011			Milton do Nascimento	
87	Livre Docência	DCV	2011	Roberto Grassi Neto		Carlos Alberto Dabus Maluf	Roberto Grassi Neto

87	Livre Docência	DCV	2011	José Fernando Simão		Silmara Juny de Abreu Chinellato	José Fernando Simão
87	Livre Docência	DCV	2011			José Guilherme Braga Teixeira	
87	Livre Docência	DCV	2011			Francisco dos Santos Amaral Neto	
87	Livre Docência	DCV	2011			Hélio Borghi	
88	Livre Docência	DTB	2011	Paulo Eduardo Vieira de Oliveira		Walkure Lopes Ribeiro da Silva	Paulo Eduardo Vieira de Oliveira
88	Livre Docência	DTB	2011	Otávio Pinto e Silva		Estevão Mallet	Otávio Pinto e Silva
88	Livre Docência	DTB	2011			Antonio Álvares da Silva	
88	Livre Docência	DTB	2011			Nelson Nery Junior	
88	Livre Docência	DTB	2011			Mario Garmendia Arigon	
89	Livre Docência	DIN	2012	Wagner Luiz Menezes Lino		Paulo Borba Casella	Wagner Luiz Menezes Lino
89	Livre Docência	DIN	2012			Maristela Basso	
89	Livre Docência	DIN	2012			Diego P. Fernandez Arroyo	
89	Livre Docência	DIN	2012			Claudia Lima Marques	
89	Livre Docência	DIN	2012			Odete Maria de Oliveira	
90	Livre Docência	DFD	2012	Guilherme Assis de Almeida		José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Guilherme Assis de Almeida
90	Livre Docência	DFD	2012			Celso Fernandes Campilongo	

90	Livre Docência	DFD	2012			Marco Aurélio Nogueira Cicero	
90	Livre Docência	DFD	2012			Romão Resende de Araújo	
90	Livre Docência	DFD	2012			Marcus Faro de Castro	
91	Livre Docência	DPC	2012	Fredie Souza Didier Junior		José Roberto dos Santos Bedaque	Fredie Souza Didier Junior
91	Livre Docência	DPC	2012			Flávio Luiz Yarshell	
91	Livre Docência	DPC	2012			Humberto Theodoro Junior	
91	Livre Docência	DPC	2012			Carlos Alberto Alvaro de Oliveira	
91	Livre Docência	DPC	2012			Leonardo Greco	
92	Professor Doutor	DCV	2012	Estevan Lo Ré Pousada	Rafael Chagas Mancebo	Eduardo Cesar Silveira Vita Marchi	Maria Cristina da Silva Carmignani
92	Professor Doutor	DCV	2012	Eliane Maria Agati Madeira		Ignácio Maria Poveda Velasco	
92	Professor Doutor	DCV	2012	Maria Cristina da Silva Carmignani		José Rogério Cruz e Tucci	
92	Professor Doutor	DCV	2012	Gisele Mascarelli Salgado		José Reinaldo de Lima Lopes	
92	Professor Doutor	DCV	2012			Eduardo Carlos Bianca Bittar	
93	Livre Docência	DES	2012	Irene Patricia Nohara		Odete Medauar	Irene Patricia Nohara
93	Livre Docência	DES	2012			Maria Sylvania Zanella Di Pietro	

93	Livre Docência	DES	2012			Adilson de Abreu Dallari	
93	Livre Docência	DES	2012			Carlos Antonio Luque	
93	Livre Docência	DES	2012			Pedro Paulo de Almeida Dutra	
94	Livre Docência	DES	2012	Maria Paula Dallari Bucci		Enrique Ricardo Lewandowski	Maria Paula Dallari Bucci
94	Livre Docência	DES	2012			Luis Virgílio Afonso da Silva	
94	Livre Docência	DES	2012			Clèmerson Merlin Clève	
94	Livre Docência	DES	2012			Fernando Magalhães Papaterra Limongi	
94	Livre Docência	DES	2012			Maria Garcia	
95	Livre Docência	DCO	2012	Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França		Calixto Salomão Filho	Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França
95	Livre Docência	DCO	2012	Eduardo Secchi Munhoz		Luiz Gastão Paes de Barros Leães	Eduardo Secchi Munhoz
95	Livre Docência	DCO	2012			Alfredo de Assis Gonçalves Neto	
95	Livre Docência	DCO	2012			Osmar Brina Corrêa Lima	
95	Livre Docência	DCO	2012			Gustavo José Mendes Tepedino	
96	Livre Docência	DPM	2012	Mariângela Gama de Magalhães Gomes	Ernesto Fuhrer	Miguel Reale Junior	Mariângela Gama de Magalhães Gomes

96	Livre Docência	DPM	2012			Renato de Mello Jorge Silveira	
96	Livre Docência	DPM	2012			Dirceu de Mello	
96	Livre Docência	DPM	2012			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
96	Livre Docência	DPM	2012			Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão	
97	Livre Docência	DFD	2012	Ronaldo Porto Macedo Junior		José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Ronaldo Porto Macedo Junior
97	Livre Docência	DFD	2012			Celso Fernandes Campilongo	
97	Livre Docência	DFD	2012			Cicero Romão Resende de Araújo	
97	Livre Docência	DFD	2012			Marcus Faro de Castro	
97	Livre Docência	DFD	2012			Gabriel Cohn	
98	Professor Doutor	DCO	2012	José Ignácio Ferraz de Almeida Prado Filho		Paula Andrea Forgioni	Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer
98	Professor Doutor	DCO	2012	Thiago Jabur Carneiro		Erasmus Valladão Azevedo e Novaes França	
98	Professor Doutor	DCO	2012	Roberto Augusto Castellanos Pfeiffer		Cristiano de Souza Zanetti	
98	Professor Doutor	DCO	2012	Olavo Zago Chinaglia		Hélio Nogueira da Cruz	
98	Professor Doutor	DCO	2012	Oksandro Osdival Gonçalves		Carlos Klein Zanini	



98	Professor Doutor	DCO	2012	Márcio Ferro Catapani			
98	Professor Doutor	DCO	2012	Denis Alves Guimarães			
98	Professor Doutor	DCO	2012	Álvaro Augusto Camilo Mariano			
99	Professor Doutor	DES	2012	Luis Manuel Fonseca Pires		Odete Medauar	Vitor Rhein Schirato
99	Professor Doutor	DES	2012	Ricardo Marcondes Martins		Maria Sylvia Zanella Di Pietro	
99	Professor Doutor	DES	2012	Alexandre Mazza		Nelson Mannrich	
99	Professor Doutor	DES	2012	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas		Heleno Taveira Torres	
99	Professor Doutor	DES	2012	Irene Patricia Nohara		José Maurício Conti	
99	Professor Doutor	DES	2012	Vitor Rhein Schirato			
99	Professor Doutor	DES	2012	Kleber Luiz Zanchim			
99	Professor Doutor	DES	2012	Elida Graziane Pinto			
99	Professor Doutor	DES	2012	Eduardo Pannunzio			
99	Professor Doutor	DES	2012	José Roberto Pimenta Oliveira			
99	Professor Doutor	DES	2012	Carlos Batide Horbach			
99	Professor Doutor	DES	2012	Denis Alves Guimarães			

<b>99</b>	Professor Doutor	DES	2012	Rodrigo Pagani de Souza			
<b>100</b>	Livre Docência	DTB	2012	Tereza Aparecida Asta Gemignani		Nelson Mannrich	Tereza Aparecida Asta Gemignani (não habilitada)
<b>100</b>	Livre Docência	DTB	2012			Antonio Rodrigues de Freitas Junior	
<b>100</b>	Livre Docência	DTB	2012			Claudio Salvadori Dedecca	
<b>100</b>	Livre Docência	DTB	2012			Maria Cristina Cacciamali	
<b>100</b>	Livre Docência	DTB	2012			Mario Garmendia Arigón	
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Guilherme Roman Borges	Luiz Antonio de Oliveira e Araújo	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Rafael Mafei Rabelo Queiroz
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Tácio Lacerda Gama	Gisele Mascarelli Salgado	Celso Fernandes Campilono	
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Camila de Jesus Mello Gonçalves	Thiago Francisco da Silva Brito	Diogo Rosenthal Coutinho	
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Denis Alves Guimarães	Camila Villard Duran	Antonio Rodrigues de Freitas Junior	
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Igor Mauler Santiago	Alberto Alonso Muñoz	Fernando Herren Fernandes Aguillar	
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Gabriel Nogueira Dias	Rodrigo Augusto Suzuki Dias Cintra		
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Maria Paula Costa Bertran Muñoz	Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga		
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Rafael Mafei Rabelo Queiroz			

<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Vitor Souza Lima Biotta			
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Adriano de Assis Ferreira			
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Natasha Schmitt Caccia Salinas			
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Aurora Tomazini de Carvalho			
<b>101</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Catarina Helena Cirtada Barbieri			
<b>102</b>	Livre Docência	DIN	2013	Gustavo Ferraz de Campos Mônaco		Paulo Borba Casella	Gustavo Ferraz de Campos Mônaco
<b>102</b>	Livre Docência	DIN	2013			Celso Lafer	
<b>102</b>	Livre Docência	DIN	2013			Rui Manuel Gens Moura Ramos	
<b>102</b>	Livre Docência	DIN	2013			Sedi Hirano	
<b>102</b>	Livre Docência	DIN	2013			Modesto Florenzano	
<b>103</b>	Livre Docência	DIN	2013	Marcelo Dias Varella		João Grandino Rodas	Marcelo Dias Varella
<b>103</b>	Livre Docência	DIN	2013			Paulo Borba Casella	
<b>103</b>	Livre Docência	DIN	2013			Rui Manuel Gens Moura Ramos	
<b>103</b>	Livre Docência	DIN	2013			Sedi Hirano	
<b>103</b>	Livre Docência	DIN	2013			Modesto Florenzano	
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Maria Paula Dallari Bucci	Luiz Manuel Fonseca Pires	Enrique Ricardo Lewandowski	Maria Paula Dallari Bucci

<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Jonathan Hernandes Marcantonio	Rodrigo Augusto Suzuki Dias Cintra	Alexandre de Moraes	
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Daniel Damásio Borges	Álvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga	Cláudio Luiz Bueno de Godoy	
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Caio Farah Rodriguez	Eduardo Pannunzio	Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux	
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Luiz Augusto Bambini de Assis	Marcus Paulo Rycembel Boeira		
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Gisele Mascarelli Salgado			
<b>104</b>	Professor Doutor	DES	2013	Denis Alves Guimarães			
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Cristiano Rosa de Carvalho	Tathiane dos Santos Piscitelli	Régis Fernandes de Oliveira	Renato Lopes Becho (concurso anulado)
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Fabiana Del Padre Tomé		Luis Eduardo Schoueri	
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Marcelo Guerra Martins		José Rogério Cruz e Tucci	
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Robson Maia Lins		José Eduardo Soares de Mello	
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Rodrigo Maito da Silveira		José Marcos Domingues de Oliveira	
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Maria Rita Ferragut			
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Aldo de Paula Junior			

<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Renato Lopes Becho			
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Rodrigo Antonio da Rocha Frota			
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Gustavo Gonçalves Vettori			
<b>105</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Igor Mauler Santiago			
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Conrado Hubner Mendes	Marco Antonio Hatem Beneton	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Conrado Hubner Mendes
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Renata Camilo de Oliveira	Wellington Marcio Kubliskas	Luis Virgílio Afonso da Silva	Carlos Bastide Horbach
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Ricardo Marcondes Martins	Luiz Gustavo Bambini de Assis	Elival da Silva Ramos	
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	José Carlos Francisco	Léo Ferreira Leony	Alberto do Amaral Junior	
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Roberto Baptista Dias da Silva	Paulo Adib Casseb	Cláudio Luiz Bueno de Godoy	
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Cibele Fernandes Dias	Eduardo Pannunzio		
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Carlos Bastide Horbach	José Eduardo Duarte Neto		
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Eduardo Molan Gaban			
<b>106</b>	Professor Doutor	DES	2013	Denis Alves Guimarães			
<b>107</b>	Livre Docência	DES	2013	Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy		Enrique Ricardo Lewandowski	Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

<b>107</b>	Livre Docência	DES	2013	Rubens Beçak		Nina Beatriz Stocco Ranieri	Rubens Beçak
<b>107</b>	Livre Docência	DES	2013			Clèmerson Merlin Clève	
<b>107</b>	Livre Docência	DES	2013			André Ramos Tavares	
<b>107</b>	Livre Docência	DES	2013			Maria Garcia	
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Camila de Jesus Mello Gonçalves	Natasha Schmitt Caccia Salinas	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Camila de Jesus Mello Gonçalves
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Marcelo de Azevedo Granato	Camila Villard Duran	Celso Fernandes Campilono	Marcelo de Azevedo Granato
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Alberto Alonso Muñoz	Rafael Mafei Rabelo Queiroz	Luis Virgílio Afonso da Silva	Alberto Alonso Muñoz
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Rodrigo Augusto Suzuki Dias Cintra	Igor Mauler Santiago	Antonio Rodrigues de Freitas Junior	Rodrigo Augusto Suzuki Dias Cintra
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Maria Paula Costa Bertran Muñoz	Catarina Helena Cortada Barbieri	Fernando Herren Fernandes Aguillar	Vitor Souza Lima Biotta
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Vitor Souza Lima Biotta			Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Alvaro Luiz Travassos de Azevedo Gonzaga			Gisele Mascarelli Salgado
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Marcus Paulo Rycembel Boeira			Denis Alves Guimarães
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Gisele Mascarelli Salgado			Tácio Lacerda Gama
<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Denis Alves Guimarães			(não foram habilitados para a segunda fase do concurso)

<b>108</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Tácio Lacerda Gama			
<b>109</b>	Livre Docência	DEF	2013	Ana Carla Bliacheriene		Regis Fernandes de Oliveira	Ana Carla Bliacheriene
<b>109</b>	Livre Docência	DEF	2013	Francisco Pedro Jucá		Gilberto Bercovici	Francisco Pedro Jucá
<b>109</b>	Livre Docência	DEF	2013			Roque Antonio Carrazza	
<b>109</b>	Livre Docência	DEF	2013			Nelson Nery Junior	
<b>109</b>	Livre Docência	DEF	2013			João Maurício Leitão Adeodato	
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Camila Villard Duran	Catarina Helena Cortada Barbieri	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Camila Villard Duran
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Rodrigo Augusto Suzuki Dias Cintra	Maria Paula Costa Betran Muñoz	Celso Fernandes Campilongo	
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Mariana Thorstensen Passas	Adriano de Assis Ferreira	Luis Virgílio Afonso da Silva	
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Adilson José Moreira	Jonathan Hernandes Marcantonio	Florianio Peixoto de Azevedo Marques Neto	
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Natasha Schmitt Caccia Salinas		Antonio Rodrigues de Freitas Junior	
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Mariana Felipe Amaral Calabró			
<b>110</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Gisele Mascarelli Salgado			
<b>111</b>	Livre Docência	DEF	2013	José Maria Arruda de Andrade		Hermes Marcelo Huck	José Maria Arruda de Andrade

111	Livre Docência	DEF	2013			Gilberto Bercovici	
111	Livre Docência	DEF	2013			João Maurício Leitão Adeodato	
111	Livre Docência	DEF	2013			Marcus Faro de Castro	
111	Livre Docência	DEF	2013			André Ramos Tavares	
112	Livre Docência	DCV	2013	Acácio Vaz de Lima Filho		José Rogério Cruz e Tucci	Acácio Vaz de Lima Filho
112	Livre Docência	DCV	2013			Ignácio Maria Poveda Velasco	
112	Livre Docência	DCV	2013			Francisco dos Santos Amaral Neto	
112	Livre Docência	DCV	2013			Joaquim Carlos Salgado	
112	Livre Docência	DCV	2013			Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho	
113	Professor Titular	DFD	2013	José Reinaldo de Lima Lopes		José Eduardo Campos de Oliveira Faria	José Reinaldo de Lima Lopes
113	Professor Titular	DFD	2013	Ari Marcelo Sólón		Celso Fernandes Campilongo	
113	Professor Titular	DFD	2013			Milton Meira do Nascimento	
113	Professor Titular	DFD	2013			Ricardo Ribeiro Terra	
113	Professor Titular	DFD	2013			Marcus Faro de Castro	



114	Professor Doutor	DCO	2013	Sheila Christina Neder Cerezetti	Márcio Ferro Catapani	Newton de Lucca	Sheila Christina Neder Cerezetti
114	Professor Doutor	DCO	2013	Marcelo Vieira Von Adamek	Alexandre Demetrius Pereira	Fábio Nusdeo	Vinicius Marques de Carvalho
114	Professor Doutor	DCO	2013	Vinicius Marques de Carvalho	Caio Julius Bolina	Gilberto Bercovici	Manoel de Queiroz Pereira Calças
114	Professor Doutor	DCO	2013	Denis Alves Guimarães		Flávio Luiz Yarshell	
114	Professor Doutor	DCO	2013	Adriana Valéria Publiesi		Fernando Campos Scaff	
114	Professor Doutor	DCO	2013	Marcelo Barbosa Sacramone			
114	Professor Doutor	DCO	2013	Manoel de Queiroz Pereira Calças			
114	Professor Doutor	DCO	2013	Otávio Yazbek			
114	Professor Doutor	DCO	2013	Carlos Maurício Miranda			
114	Professor Doutor	DCO	2013	Luis Felipe Amaral Calabró			
114	Professor Doutor	DCO	2013	André Antunes Soares de Camargo			
115	Professor Doutor	DES	2013	Rodrigo Pagani de Souza	Natasha Schmitt Caccia Salinas	Odete Medauar	Rodrigo Pagani de Souza
115	Professor Doutor	DES	2013	José Vicente Santos de Mendonça	Luciano de Araújo Ferraz	Luis Virgílio Afonso da Silva	Marcos Augusto Perez
115	Professor Doutor	DES	2013	Élida Graziane Pinto	Denis Alves Guimarães	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	

<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Bernardo Strobel Guimarães	Rodrigo Garcia Schwarz	Sérgio Salomão Shecaira	
<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Fernando Noia da Costa Lino		Celso Fernandes Campilongo	
<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Raul Miguel Freitas de Oliveira			
<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Francisco Pedro Jucá			
<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Irene Patrícia Nohara			
<b>115</b>	Professor Doutor	DES	2013	Marcos Augusto Perez			
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Luiz Antonio de Oliveira e Araújo		Sérgio Salomão Shecaira	Maurício Stegemann Dieter
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Davi de Paiva Costa Tangerino		Renato de Mello Jorge Silveira	
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Ana Gabriela Mendes Braga		Paulo César Endo	
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Rafael Diniz Pucci		Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer	
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Arlindo da Silva Lourenço		Theodoro Dias Neto	
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Maurides de Melo Ribeiro			
<b>116</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Maurício Stegemann Dieter			
<b>117</b>	Professor Doutor	DTB	2013	Tereza Aparecida Asta Gemignani	Carlos Henrique de Oliveira	Gilberto Bercovici	Flávio Roberto Batista
<b>117</b>	Professor Doutor	DTB	2013	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	Maria Cristina Mattioli	Celso Fernandes Campilongo	

117	Professor Doutor	DTB	2013	Jorge Cavalcanti Boucinhas Filho		Jorge Luiz Souto Maior	
117	Professor Doutor	DTB	2013	Túlio de Oliveira Massoni		Alysson Leandro Barbate Mascaro	
117	Professor Doutor	DTB	2013	Manoel Carlos Toledo Filho		Paulo Eduardo Vieira de Oliveira	
117	Professor Doutor	DTB	2013	Jorge Pinheiro Castelo			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Flávio Roberto Batista			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Beatriz Cardoso Montanhana			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Gabriela Campos Ribeiro			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Rodrigo Garcia Schwarz			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Candy Florêncio Thomé			
117	Professor Doutor	DTB	2013	Thereza Christina Nahas			
117	Professor Doutor	DTB	2013				
118	Professor Titular	DES	2013	Florian Peixoto de Azevedo Marques Neto		Odete Medauar	Florian Peixoto de Azevedo Marques Neto
118	Professor Titular	DES	2013			Luís Virgílio Afonso da Silva	
118	Professor Titular	DES	2013			Marçal Justen Filho	
118	Professor Titular	DES	2013			Adilson de Abreu Dallari	

<b>118</b>	Professor Titular	DES	2013			Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	
<b>119</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Ivan César Ribeiro	Denis Alves Guimarães	Regis Fernandes de Oliveira	André Ramos Tavares
<b>119</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Rodrigo Garcia Schwarz	Vinicius Marques Neto	Gilberto Bercovici	
<b>119</b>	Professor Doutor	DEF	2013	André Ramos Tavares	Ana Paula Martinez	Renato de Mello Jorge Silveira	
<b>119</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Leonor Augusta Giovine Cordovil	Rafael Diniz Pucci	Cícero Romão Resende de Araújo	
<b>119</b>	Professor Doutor	DEF	2013	Carlos Maurício Mirandola		Walquiria Gertrudes Domingues Leão Rêgo	
<b>120</b>	Livre Docência	DEF	2013	Fernando Facury Scaff		Regis Fernandes de Oliveira	Fernando Facury Scaff
<b>120</b>	Livre Docência	DEF	2013			Gilberto Bercovici	
<b>120</b>	Livre Docência	DEF	2013			João Maurício Leitão Adeodato	
<b>120</b>	Livre Docência	DEF	2013			Nelson Nery Junior	
<b>120</b>	Livre Docência	DEF	2013			Roque Antônio Carrazza	
<b>121</b>	Professor Titular	DES	2013	Fernando Dias Menezes de Almeida		Enrique Ricardo Lewandowski	Fernando Dias Menezes de Almeida
<b>121</b>	Professor Titular	DES	2013			Elival da Silva Ramos	
<b>121</b>	Professor Titular	DES	2013			Romeu Felipe Bacelar Filho	
<b>121</b>	Professor Titular	DES	2013			Carlos Guilherme Mota	

<b>121</b>	Professor Titular	DES	2013			Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	
<b>122</b>	Livre Docência	DPM	2013	Alamiro Velludo Salvador Netto		Miguel Reale Junior	Alamiro Velludo Salvador Netto
<b>122</b>	Livre Docência	DPM	2013	Helena Regina Lobo da Costa		Renato de Mello Jorge Silveira	Helena Regina Lobo da Costa
<b>122</b>	Livre Docência	DPM	2013	David Teixeira de Azevedo		Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão	David Teixeira de Azevedo
<b>122</b>	Livre Docência	DPM	2013			Ana Lucia Sabadeli da Silva	
<b>122</b>	Livre Docência	DPM	2013			Antonio Carlos da Ponte	
<b>123</b>	Professor Titular	DCV	2013	José Luiz Gavião de Almeida	Alessandro Hirata	Carlos Alberto Dabus Maluf	José Luiz Gavião de Almeida
<b>123</b>	Professor Titular	DCV	2013			Silmara Juny de Abreu Chinellato	
<b>123</b>	Professor Titular	DCV	2013			Francisco dos Santos Amaral Neto	
<b>123</b>	Professor Titular	DCV	2013			Maria Celina Bodin de Moraes	
<b>123</b>	Professor Titular	DCV	2013			Ricardo César Pereira Lira	
<b>124</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Vitor Bartoletti Sartori	Luiz Antônio de Oliveira e Araújo	José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Rafael Diniz Pucci
<b>124</b>	Professor Doutor	DFD	2013	Rafael Diniz Pucci	Maria Paula Costa Bertran Muñoz	José Reinaldo de Lima Lopes	
<b>124</b>	Professor Doutor	DFD	2013			Wladimir Barreto Lisboa	

<b>124</b>	Professor Doutor	DFD	2013			Rolf Nelson Kuntz	
<b>124</b>	Professor Doutor	DFD	2013			Fernando Herren Fernandes Aguillar	
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Adjair de Andrade Cintra		Sérgio Salomão Shecaira	Luciano Anderson de Souza
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Alexis Augusto Couto de Brito		Renato de Mello Jorge Silveira	
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Eduardo Saad Diniz		Gilberto Bercovici	
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Davi de Paiva Costa Tangerino		Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró	
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Marina Pinhão Coelho Araújo		André Ramos Tavares	
<b>125</b>	Professor Doutor	DPM	2013	Luciano Anderson de Souza			
<b>126</b>	Professor Titular	DFD	2014	Ronaldo Porto Macedo Junior		José Eduardo Campos de Oliveira Faria	Ronaldo Porto Macedo Junior
<b>126</b>	Professor Titular	DFD	2014	Ari Marcelo Solon		Celso Fernandes Campilongo	
<b>126</b>	Professor Titular	DFD	2014			Cícero Romão Resende de Araújo	
<b>126</b>	Professor Titular	DFD	2014			Rafaelle De Giorgi	
<b>126</b>	Professor Titular	DFD	2014			Carlos Maria Cárcova	
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo		José Roberto dos Santos Bedaque	Fábio Guidi Tabosa Pessoa
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Fernanda Tartuce Silva		Estevão Mallet	

<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Swarai Cervone de Oliveira		Cássio Scarpinella Bueno	
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Fábio Guidi Tabosa Pessoa			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Augusto Tavares Rosa Marcacini			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Helena Najjar Abdo			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Luis Fernando Guerrero			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Fábio Peixinho Gomes Corrêa			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Ricardo de Carvalho Aprigliano			
<b>127</b>	Professor Doutor	DPC	2014	Marcos André Franco Montoro			
<b>128</b>	Professor Titular	DEF	2014	Estevão Horvath		Régis Fernandes de Oliveira	Heleno Taveira Torres
<b>128</b>	Professor Titular	DEF	2014	Heleno Taveira Torres		Gilberto Bercovici	
<b>128</b>	Professor Titular	DEF	2014			Adilson Abreu Dallari	
<b>128</b>	Professor Titular	DEF	2014			Luiz Gonzaga Belluzo	
<b>128</b>	Professor Titular	DEF	2014			João Maurício Leitão Adeodato	
<b>129</b>	Professor Titular	DCV	2014	Nestor Duarte		Silmara Juny de Abreu Chinellato	Nestor Duarte

<b>129</b>	Professor Titular	DCV	2014	Daisy Gogliano		Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka	
<b>129</b>	Professor Titular	DCV	2014			Francisco dos Santos Amaral Neto	
<b>129</b>	Professor Titular	DCV	2014			Luiz Edson Fachin	
<b>129</b>	Professor Titular	DCV	2014			Maria Celina Bodin de Moraes	
<b>130</b>	Livre Docência	DES	2014	Thiago Marrara de Matos		Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto	Thiago Marrara de Matos
<b>130</b>	Livre Docência	DES	2014			Fernando Dias Menezes de Almeida	
<b>130</b>	Livre Docência	DES	2014			Joe Akira Yoshino	
<b>130</b>	Livre Docência	DES	2014			Thompson Almeida de Andrade	
<b>130</b>	Livre Docência	DES	2014			Adilson Abreu Dallari	
<b>131</b>	Livre Docência	DEF	2015	Sérgio André Rocha Gomes da Silva		Luis Eduardo Schoueri	Sérgio André Rocha Gomes da Silva
<b>131</b>	Livre Docência	DEF	2015			Humberto Bergmann Ávila	
<b>131</b>	Livre Docência	DEF	2015			Misael Abreu Machado Derzi	
<b>131</b>	Livre Docência	DEF	2015			Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti	



<b>131</b>	Livre Docência	DEF	2015			Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	
<b>132</b>	Professor Titular	DEF	2015	André Ramos Tavares		Gilberto Bercovici	André Ramos Tavares
<b>132</b>	Professor Titular	DEF	2015	Diogo Rosenthal Coutinho		Régis Fernandes de Oliveira	
<b>132</b>	Professor Titular	DEF	2015			Romeu Felipe Bacellar Filho	
<b>132</b>	Professor Titular	DEF	2015			Maria Victória de Mesquita Benevides Soares	
<b>132</b>	Professor Titular	DEF	2015			Antonio José Avelãs Nunes	
<b>133</b>	Livre Docência	DPC	2015	Antônio do Passo Cabral		José Rogério Cruz e Tucci	Antônio do Passo Cabral
<b>133</b>	Livre Docência	DPC	2015	Paulo Henrique dos Santos Lucon		Flávio Luiz Yarshell	Paulo Henrique dos Santos Lucon
<b>133</b>	Livre Docência	DPC	2015	Sidnei Agostinho Beneti		José Manoel de Arruda Alvim	
<b>133</b>	Livre Docência	DPC	2015			Humberto Theodoro Junior	
<b>133</b>	Livre Docência	DPC	2015			Ana Paula Mota da Costa e Silva	
<b>134</b>	Livre Docência	DES	2015	Fernando Mussa Abujamra Alth		Celso Fernandes Campilongo	Fernando Mussa Abujamra Aith
<b>134</b>	Livre Docência	DES	2015			Nina Beatriz Stocco Ranieri	
<b>134</b>	Livre Docência	DES	2015			Sueli Gandolfi Dallari	
<b>134</b>	Livre Docência	DES	2015			Pedro Roberto Jacob	

134	Livre Docência	DES	2015			Eduardo Cesar Leão Marques	
135	Livre Docência	DPM	2016	Pierpaolo Cruz Bottini		Sérgio Salomão Shecaira	Pierpaolo Cruz Bottini
135	Livre Docência	DPM	2016			Renato de Mello Jorge Silveira	
135	Livre Docência	DPM	2016			Juarez Estevam Xavier Tavares	
135	Livre Docência	DPM	2016			Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão	
135	Livre Docência	DPM	2016			Jacinto Nelson de Miranda Coutinho	
136	Livre Docência	DPC	2016	Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica		José Rogério Cruz e Tucci	Heitor Vitor Mendonça Fralino Sica
136	Livre Docência	DPC	2016			José Roberto dos Santos Bedaque	
136	Livre Docência	DPC	2016			Leonardo Greco	
136	Livre Docência	DPC	2016			Paulo Cezar Pinheiro Carneiro	
136	Livre Docência	DPC	2016			Eduardo Talamini	
137	Livre Docência	DCV	2016	Rodrigo de Lima Vaz Sampaio		Silmara Juny de Abreu Chinellato	Rodrigo de Lima Vaz Sampaio (não habilitado)
137	Livre Docência	DCV	2016	Eduardo Tomasevicius Filho		José Luiz Galvão de Almeida	Eduardo Tomasevicius Filho
137	Livre Docência	DCV	2016	Antonio Carlos Morato		Maria Celina Bodin de Moraes	Antônio Carlos Morato
137	Livre Docência	DCV	2016			Hélio Borghi	

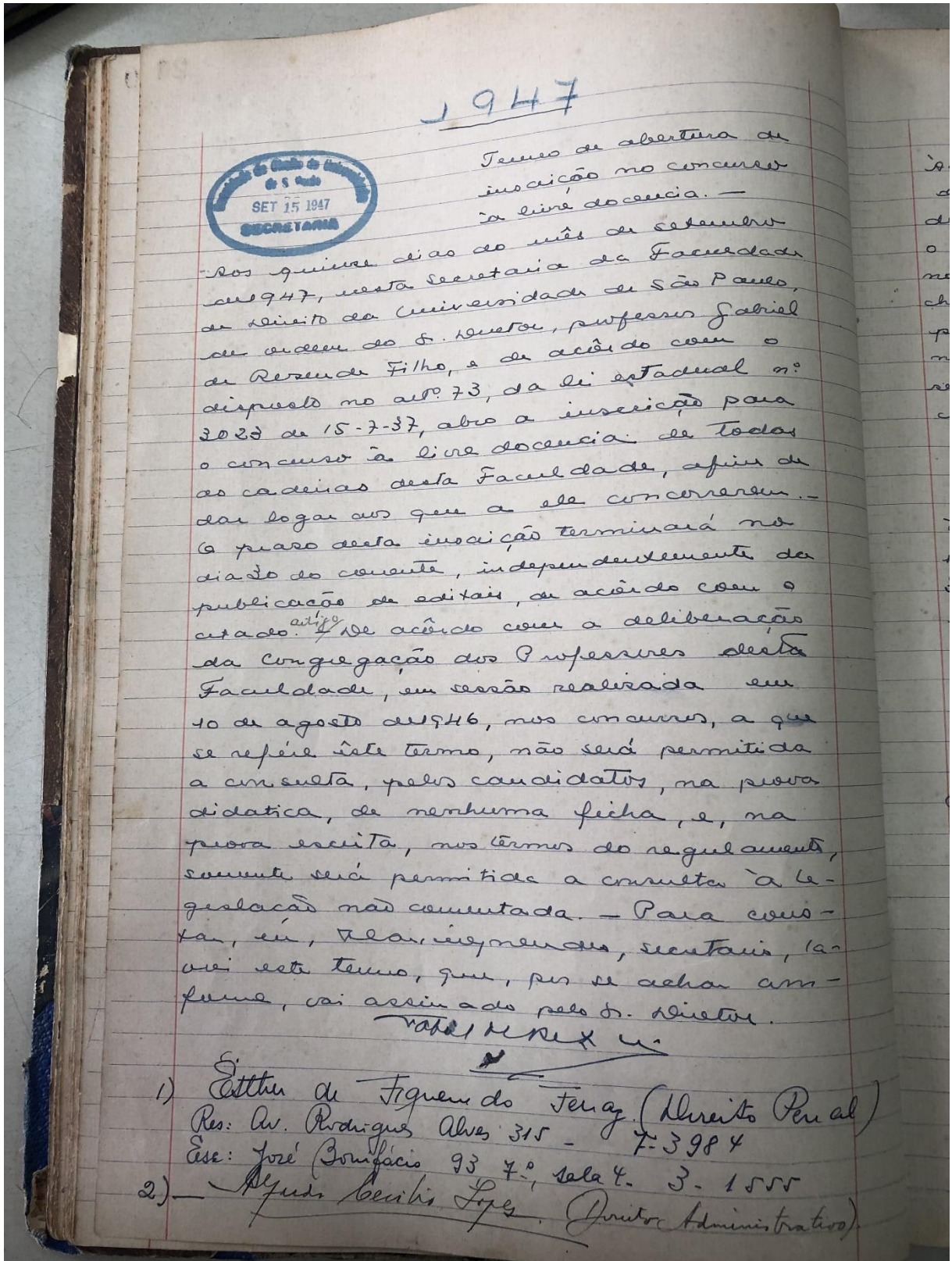
137	Livre Docência	DCV	2016			José Antonio Peres Gediel	
138	Livre Docência	DEF	2016	Edison Carlos Fernandes		Luis Eduardo Schoueri	Edison Carlos Fernandes (não habilitado)
138	Livre Docência	DEF	2016			Humberto Bergamann Ávila	
138	Livre Docência	DEF	2016			Roque Antônio Carrazza	
138	Livre Docência	DEF	2016			Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti	
138	Livre Docência	DEF	2016			Alexsandro Broedel Lopes	
139	Professor Doutor	DPC	2017	Fábio Guidi Tabosa Pessoa		Flávio Luiz Yarshell	Fábio Guidi Tabosa Pessoa
139	Professor Doutor	DPC	2017	Swarai Cervone de Oliveira		Fernando Campos Scaff	
139	Professor Doutor	DPC	2017	Lia Carolina Batista Cintra		Rodrigo Octávio Broglia Mendes	
139	Professor Doutor	DPC	2017	Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo			
139	Professor Doutor	DPC	2017	Clarisse Frechiani Lara Leite			
139	Professor Doutor	DPC	2017	Ricardo de Carvalho Aprigliano			
139	Professor Doutor	DPC	2017	Fábio Peixinho Gomes Corrêa			

<b>139</b>	Professor Doutor	DPC	2017	Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes			
<b>140</b>	Livre Docência	DPC	2017	Sidnei Agostinho Beneti		José Roberto dos Santos Bedaque	Sidnei Agostinho Beneti
<b>140</b>	Livre Docência	DPC	2017			Flávio Luiz Yarshell	
<b>140</b>	Livre Docência	DPC	2017			Humberto Theodoro Junior	
<b>140</b>	Livre Docência	DPC	2017			Aluísio Gonçalves de Castro Mendes	
<b>140</b>	Livre Docência	DPC	2017			Eduardo Talamini	
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Daniel Gustavo Falcão Pimentel dos Reis		Luis Virgílio Afonso da Silva	Dennys Marcelo Antonialli
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Sérgio Antônio Ferreira Victor		Ronaldo Porto Macedo Junior	
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Thais Novaes Cavalcanti		Ana Maria de Oliveira Nusdeo	
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Renata Camilo de Oliveira			
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Carlos Roberto de Alckmin Dutra			
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Luciana de Oliveira Ramos			
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Gustavo José Marrone de Castro Sampaio			
<b>141</b>	Professor Doutor	DES	2017	Dennys Marcelo Antonialli			

141	Professor Doutor	DES	2017	Tomás Filipe Schoeller Borges Ribeiro Paiva			
141	Professor Doutor	DES	2017	Rodrigo Caramori Petry			
142	Livre Docência	DIN	2017	Daniel Damásio Borges		Paulo Borba Casella	Daniel Damásio Borges
142	Livre Docência	DIN	2017			João Grandino Rodas	
142	Livre Docência	DIN	2017			Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari	
142	Livre Docência	DIN	2017			Sedi Hirano	
142	Livre Docência	DIN	2017			Deisy de Freitas Lima Ventura	
143	Professor Titular	DPM	2017	Janaina Conceição Paschoal		Sérgio Salomão Shecaira	Alamiro Velludo Salvador Netto
143	Professor Titular	DPM	2017	Alamiro Velludo Salvador Netto		Renato de Mello Jorge Silveira	Ana Elisa Liberatore Silva Bechara
143	Professor Titular	DPM	2017	Mariângela Gama de Magalhães Gomes		Cláudio Roberto Cintra Bezerra Brandão	
143	Professor Titular	DPM	2017	Ana Elisa Liberatore Silva Bechara		Vittorio Manes	
143	Professor Titular	DPM	2017			Maria Auxiliadora de Almeida Minahim	
144	Professor Titular	DEF	2017	Fernando Facury Scaff		Heleno Taveira Torres	Fernando Facury Scaff
144	Professor Titular	DEF	2017	José Maurício Conti		Hermes Marcelo Huck	

<b>144</b>	Professor Titular	DEF	2017			Roque Antonio Carrazza	
<b>144</b>	Professor Titular	DEF	2017			Misabel de Abreu Machado Derzi	
<b>144</b>	Professor Titular	DEF	2017			Marcus Faro de Castro	
<b>145</b>	Livre Docência	DCV	2017	Otávio Luiz Rodrigues Junior		Silmara Juny de Abreu Chinellato	Otávio Luiz Rodrigues Junior
<b>145</b>	Livre Docência	DCV	2017			Nestor Duarte	
<b>145</b>	Livre Docência	DCV	2017			Gustavo José Mendes Tepedino	
<b>145</b>	Livre Docência	DCV	2017			José Antonio Peres Gediél	
<b>145</b>	Livre Docência	DCV	2017			Heloisa Helena Gomes Barboza	

**ANEXO III – Primeira inscrição de uma mulher para os concursos públicos da carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, em 1947**



Resúmen: Rua Bahia, 831. 5-4615

Exontrés: Rua Santa Cruz, 176, 2º e 216/17 2-3218.

As 15 horas do dia 30 de setembro de 1947,  
de ordem do Sr. Reitor, professor Gabriel  
de Resende Filho, encerro a inscricão para  
o concurso à livre docência desta Faculdade,  
no corrente ano, à qual concorreram os ba-  
chareiros Estêvão de Figueiredo Ferraz, em direito  
penal, e Alfredo Cecílio Lopes, em direito admi-  
nistrativo. Para constar, eu, Flavio Mendes,  
secretário, lavrei este termo, que, por se achar  
conforme, vai assinado pelo Sr. Reitor.

Flavio Mendes

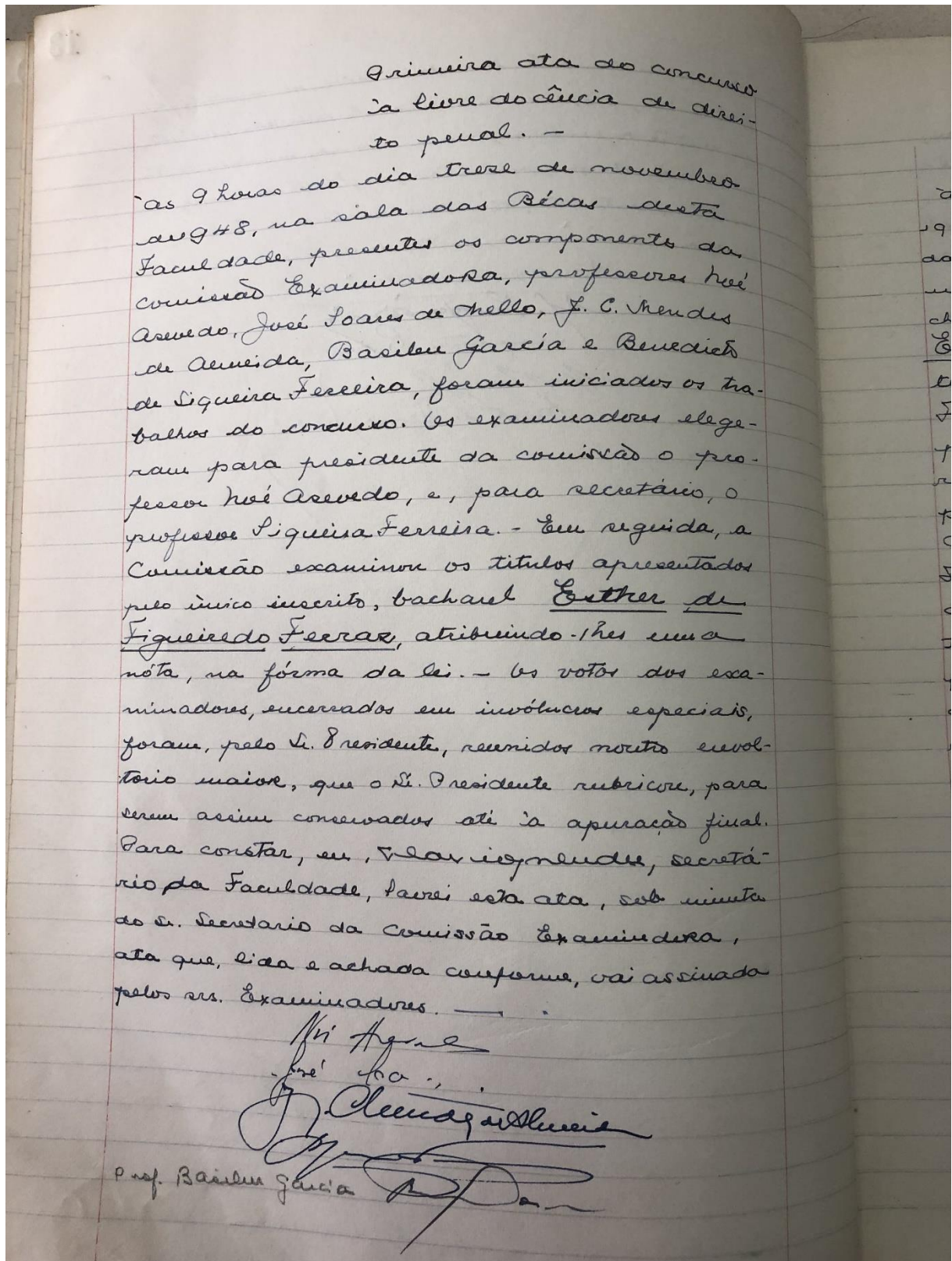
As 15 horas do dia em de outubro de  
1947, a Congregação dos Professores desta  
Faculdade, em sessão especial, resolveu  
aceitar, unanimemente, as inscricões dos dois  
concorrentes Estêvão de Figueiredo Ferraz e  
Alfredo Cecílio Lopes. Elegem, ainda, a  
Congregação as seguintes comissões examina-  
doras: — Direito Penal — Profs. Noel  
Azevedo, Soares de Mello, Basílio Garcia,  
Jon Calamita Mendes de Almeida e Figueira Fer-  
reira, suplentes Lúcio Leme e Montº de Barros Filho;  
Direito Administrativo — Profs. Cardoso de Mello  
Neto, Vicente Rão, Sampaio Borja, Mário  
Masagão, Ezequiel Leme, suplentes prof. Aníquel  
Reale, e Montº de Barros Filho. Resolveu, mais,  
a Congregação realizar os concursos em 15  
de março de 1948. — Para constar, eu, Fla-  
vio Mendes, secretário, lavrei este termo à vista do  
disposto no artº 62, § 2º, da Lei 5023 de 15-7-37,  
termo que, por se achar conforme, vai assinado pelo  
Sr. Reitor e por mim, secretário.

Flavio Mendes

Flavio Mendes



**ANEXO IV – Ata do primeiro concurso público da carreira docente na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com uma mulher vencedora, em 1948**



2ª ata do concurso à livre  
docência de direito penal.

As 8 horas do dia dezesseis de novembro de 1948, na sala da Congregação desta Faculdade, presentes os membros da Comissão Examinadora, adiante assinados, fez-se a chamada da candidata inscrita, bacharel Esther de Figueiredo Ferraz, para prestar a prova escrita, a qual compareceu. Fechadas as portas da sala, foram postas em uma urna 25 cédulas, numeradas, verificadas pela candidata, correspondentes aos 25 temas organizados pela Congregação. - Pela candidata Esther de Figueiredo Ferraz foi tirada, à sorte, a cédula n.º 9, relativa ao tema: "Da natureza jurídica da ação exclusivamente privada". Entregues à candidata as folhas de papel, rubricadas pelos srs. Examinadores, começou a correr, às 8 horas e 20 minutos, o prazo regulamentar de quatro horas para a feitura da prova escrita. - As 8 horas e 20 minutos, entregue pela candidata a prova escrita, foi esta encerrada em envoltório especial, o qual, rubricado pelos examinadores, foi encerrado e lacrado, na presença da candidata, e guardado em uma urna, de três chaves, para assim ser conservado até à ocasião da leitura da prova escrita. - As chaves da urna ficaram em poder dos srs. Examinadores, os quais fiscalizaram a prova durante todo

o tempo de sua duração - Para ceuza,  
 eu, Cláudio Augusto, secretário da Facul-  
 dade, fize esta ata, sob minuta do Sr.  
 Secretário da Comissão Examinadora, a qual  
 lida e achada conforme, vai assinada  
 pelos Srs. Examinadores Cláudio Augusto,  
 Secretário

Cláudio Augusto  
Cláudio Augusto  
Cláudio Augusto

5ª ata do concurso à livre  
 docência de direito penal. -

As 8.30 horas do dia 18 de novembro de 1948,  
 na sala João Mendes Júnior desta Faculda-  
 de, perante a Congregação presidida pelo Sr.  
 Diretor, professor Gabriel de Rezende Filho,  
 perante a Comissão Examinadora, constituída  
 pelos professores José Augusto, Soares de Mello, J. G.  
 Mendes de Almeida, Siqueira Ferreira e Al-  
 meida Júnior, este último, suplente eleito pela  
 Congregação, especialmente convocado pelo Sr. Diretor,  
 devido ao impedimento do prof. Basílio Garcia,  
 por motivo de leilão, proseguiram os trabalhos  
 do concurso. - Em prova pública, foi a  
 candidata inscrita, Bacharel Esther de  
Figueiredo Ferraz, arguida, na forma e  
 prazos regulamentares, por todos os Srs.  
 Examinadores, sobre a dissertação apresen-  
 tada - "Os delitos qualificados pelo  
 resultado". Entre as 2.ª e 3.ª arguições, hou-

15/11
 ve um intervalo para descanso. - Findas as ar-  
 guições, às 13,10 horas, os srs. Examinadores proce-  
 deram, na mesma sessão pública, ao julgamen-  
 to da prova, atribuindo notas à candidata, na  
 forma da lei. - Para constar, em, V. Excmo.  
 e. Sec. de. da Faculdade, lavrei esta  
 ata, sob num. de B. Sec. de. da Comissão  
 Examinadora, ata que, lida e achada con-  
 forme, vai assinada pelos srs. Examinadores. —

M. A. Ferraz  
 J. C. Almeida dos Santos  
 A. Almeida

4ª ata do concurso à livre  
 docência de direito penal. —

Às 9 horas do dia 19 de novembro de 1948,  
 na sala das Bêcas desta Faculdade,  
 perante a Comissão Examinadora  
 adequadamente assessorada, procedeu-se ao ser-  
 teio do ponto para a prova didática  
 da candidata inscrita, bacharel —  
 Esthe de Figueiredo Ferraz. Feita a  
 chamada e compareceu a candida-  
 ta, foram postas em uma urna, com  
 fiscalização da mesma, quarenta  
 cédulas, numeradas, correspondentes  
 aos 40 pontos organizados pela Comis-  
 são Examinadora, em face dos pro-  
 gramas da matéria. Pela candi-  
 data Esthe de Figueiredo Ferraz  
 foi tirada, à sorte, a cédula

nº 10 (dez) relativa ao ponto — "Doença mental e outras anomalias", sobre o qual deverá a candidata prelecionista avançar, às 9 horas e 15 minutos. Para constar, eu, Blas Figueiredo, Secretário da Faculdade, farei esta ata, sob munita do Sr. Secretário da Comissão Examinadora, ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos Srs. Examinadores.

Blas Figueiredo  
 J. Almeida de Almeida  
 A. Almeida

5ª ata do concurso à  
 livre docência de disci-  
 to penal. —

Às 9 horas do dia 20 de novembro de 1948, na Sala João Mendes Junior, perante a Congregação, presidida pelo exco. Sr. Diretor, prof. Gabriel de Resende Filho, e a Comissão Examinadora, adiante assinada, realizou-se a prova didática da única inscrita, bacharel Esther de Figueiredo Ferraz, aberta a sessão, foi concedida a palavra à candidata, às nove horas e quinze minutos, a qual discorreu, durante o prazo regulamentar de cinquenta minutos, marcado à ampulheta e cronometro, sobre o ponto, sorteado ontem, da lista organizada pela Comissão Examinadora, sob nº 10 — "Doença mental e outras

anomalias" a preleção não sofreu alteração em continuidade. Terminada a prova, os sus. Examinadores procederam ao julgamento da mesma, na forma da lei. —

Em seguida, a Bacharel Gethe de Figueiredo Ferraz procedeu à leitura da prova escrita, feita no dia 16, sobre o títu-  
ma — "da natureza jurídica da ação exclusivamente privada" —, da lista organi-  
zada pela Congregação.

A prova escrita foi conservada em uma, de três chaves, desde o dia em que foi feita. Antes da leitura a Comissão Exa-  
minadora verificou a integridade da urna e da sobrecarta, que continha a prova. —

O professor Almeida Junior ficou responsável a leitura da prova escrita.

Suspendeu-se, então, a sessão, reti-  
rando-se a Congregação.

A Comissão Examinadora permaneceu na Sala João Mendes Junior, onde, de portas abertas, procedeu à apuração das notas obtidas pela Bacharel Gethe de Figueiredo Ferraz nas diversas provas do concurso, com o seguinte resultado:

Professores hoje avaliado:

Titulos	—	8
Arguição	—	9
Preleção	—	8
Prova escrita	—	8
Média	—	8,25

Professor Soares de Mello:

Titulos	-	8
Arguição	-	9
Preleção	-	8
Prova escrita	-	8
Média	-	8,25

Professor J. C. Mendes de Almeida:

Titulos	-	8
Arguição	-	8
Preleção	-	8
Prova escrita	-	9
Média	-	8,25

Professor Siqueira Ferreira:

Titulos	-	8
Arguição	-	7
Preleção	-	7
Prova escrita	-	8
Média	-	7,50

Professor Almeida Júnior:

Titulos	-	8
Arguição	-	9
Preleção	-	8
Prova escrita	-	9
Média	-	8,50

Média geral — 8,15.

diante deste resultado, foi a bacharel Bethel de Siqueira Ferraz unanimemente habilitada.

Passaram, em seguida, os Sr. Examinadores para a Sala da Diretoria, a fim de elaborar o parecer que, a respeito do concurso, deverá ser submetido à Congregação da Faculdade.

*400*

A lista de títulos foi dada pelo profes-  
sor Basilio Garcia, posteriormente substi-  
tuído pelo prof. Aluísio Juvino, que julgou  
as demais provas, conforme consta de  
folhas quatorze verso deste livro. -

Para constar, eu, Elvira Mendes, secre-  
tário, lerei esta ata, sob munita do Sr.  
Secretário da Comissão Examinadora, ata  
que, lida e achada conforme, vai assina-  
da pelos Srs. Examinadores. ~~Assinada~~  
São Paulo, 20 de novembro de 1948. -

\* *Aluísio Juvino*

*fori*  
*J. Aluísio Juvino*  
*A. Mendes*

